



Universidade Federal do Pará
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

BINTO MANÉ

**O PROGRAMA NACIONAL DE CANTINAS ESCOLARES EM GUINÉ-BISSAU:
ENTRE A LUTA CONTRA A INSEGURANÇA ALIMENTAR E A INFLUÊNCIA DO
MERCADO GLOBAL**

BELÉM

2024

BINTO MANÉ

**O PROGRAMA NACIONAL DE CANTINAS ESCOLARES EM GUINÉ-BISSAU:
ENTRE A LUTA CONTRA A INSEGURANÇA ALIMENTAR E A INFLUÊNCIA DO
MERCADO GLOBAL**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientadora: Profa. Dra. Monique Medeiros.

BELÉM-PA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M274p MANE, BINTO.
O PROGRAMA NACIONAL DE CANTINAS ESCOLARES EM GUINÉ-BISSAU: ENTRE A LUTA CONTRA A INSEGURANÇA ALIMENTAR E A INFLUÊNCIA DO MERCADO GLOBAL. / BINTO MANE. — 2024.
130 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Monique Medeiros Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2024.

1. Ajuda alimentar; SAN; Soberania Alimentar; Alimentação Escolar; Cantina Escolar. . I. Título.

CDD 630.96

BINTO MANÉ

**O PROGRAMA NACIONAL DE CANTINAS ESCOLARES EM GUINÉ-BISSAU:
ENTRE A LUTA CONTRA A INSEGURANÇA ALIMENTAR E A INFLUÊNCIA DO
MERCADO GLOBAL.**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientadora: Profa. Dra. Monique Medeiros.

DATA DA AVALIAÇÃO: ____/____/____.

CONCEITO: _____



Documento assinado digitalmente
MONIQUE MEDEIROS
Data: 02/12/2024 14:43:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Monique Medeiros (Orientadora)
(INEAF/UFGA)



Documento assinado digitalmente
IVANIRA AMARAL DIAS
Data: 02/12/2024 14:31:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ivanira Dias (Membro titular) (ICS/UFGA)



Documento assinado digitalmente
PEDRO ACOSTA LEYVA
Data: 30/11/2024 05:44:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva (Membro titular) (UNILAB)



Documento assinado digitalmente
CESAR AUGUSTO MARTINS DE SOUZA
Data: 02/12/2024 17:10:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Cesar Augusto Martins de Souza (Membro suplente) (INEAF/UFGA)

Ao meu pai e o meu irmão (in memoriam),
por tudo que proporcionaram enquanto
vivos, minhas palavras não são suficientes
para expressar minha gratidão. Pelo
ensinamento, sou ternamente grata.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Allah por me conceder força, coragem e sabedoria para chegar até aqui.

À minha família, pelo apoio incondicional; à minha mãe, Maria Anita, por ser minha maior inspiração; às minhas irmãs Cadimba e Sari; e ao meu irmão caçula, Micaíl. Obrigada por cada palavra de incentivo, pelas conversas que me ajudaram a seguir em frente. Vosso apoio foi fundamental em diversos momentos, e saber que posso contar com vocês é uma grande bênção.

Ao meu companheiro e pai da nossa filha, Edson Xavier, agradeço por estar sempre ao meu lado em diferentes etapas da minha vida, nos desafios e nas conquistas, e por compartilhar o presente mais precioso que temos: nossa filha Annaya.

À minha filha Annaya, que está para nascer, mesmo antes de te conhecer, já transformou a minha vida. Você é a maior bênção que poderia receber, minha inspiração e o meu motivo para seguir em frente, meu impulso para lutar e conquistar cada dia mais.

Aos meus amigos Aramatu Injai, Aua Cassama, Okiri meu sobrinho, Fino e a todos os outros que estiveram comigo ao longo dos anos, minha profunda gratidão por todos os momentos compartilhados.

Agradeço ao Corca (meu primo) e à sua esposa Mayara (cunhada e amiga maravilhosa) pelos momentos compartilhados e por me fazerem sentir em casa, proporcionando-me a sensação de ter uma família. Agradeço também à família Marigliani pelo carinho e acolhimento, e ao meu sobrinho Salim Corca, por trazer leveza e alegria aos meus dias. Vocês são a minha família.

À Peti Mama (pri), que me recebeu de braços abertos, minha mana e conselheira com quem compartilhei momentos ruins e bons, o melhor presente desta jornada, minha eterna gratidão.

Obrigada por serem parte essencial da minha história!

À minha amiga especial e ser humano incrível, Odenira, pela amizade e pelos aprendizados compartilhados. Obrigada por fazer parte deste capítulo importante da minha vida.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Monique Medeiros, pela orientação e por me guiar com dedicação. Sua contribuição foi fundamental para a realização deste trabalho, pelas valiosas contribuições que enriqueceram esta pesquisa. Agradeço pela confiança depositada em mim e pela disponibilidade em cada etapa do processo, mesmo nos momentos mais desafiadores. Seu exemplo de profissionalismo e comprometimento será uma inspiração para minha trajetória acadêmica e profissional.

Muito obrigada por acreditar neste trabalho e por todo o aprendizado proporcionado durante esta jornada.

Agradeço à Universidade Federal do Pará, ao INEAF e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida, que foi essencial para minha permanência no mestrado.

Aos meus colegas de turma do mestrado, por cada experiência compartilhada. Agradeço ao Miguel de Barros pelo suporte tanto no acesso de dados como em esclarecer minhas dúvidas, e ao pessoal de PMA, especialmente ao Boaventura Santy, pelo suporte ao longo da minha pesquisa desde a graduação. Sou eternamente grata por tudo. Agradeço também aos interlocutores da presente pesquisa, por terem dedicado um tempo para participar e me permitir ouvi-los, possibilitando o prosseguimento da minha pesquisa. Por fim, agradeço a todos que contribuíram direta e indiretamente para a coleta de dados em Guiné-Bissau.

E, por fim, a todos que, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente para a concretização deste sonho, minha eterna gratidão.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o impacto da contribuição de recursos estrangeiros no Programa Nacional de Cantinas Escolares (PNCE) e sua promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Para atender ao objetivo proposto, foi utilizada a abordagem qualitativa, e os instrumentos metodológicos foram a pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas. A partir dos resultados obtidos, fica evidente que a instabilidade política contínua em Guiné-Bissau desde a sua independência impacta na implementação de políticas públicas eficazes e o seu desenvolvimento. No entanto, o PNCE pode ser analisado a partir de duas perspectivas: por um lado, o programa visa combater a evasão escolar e a insegurança alimentar local por meio da oferta de alimentação adequada, ajudando a diminuir a pobreza e as desigualdades sociais. Por outro lado, existe a inserção de alimentos industrializados e processados nas cantinas escolares, provenientes dos países parceiros (por exemplo, o arroz e a sardinha ofertados sob forma de “ajuda” pelo Japão e o arroz pelo governo de Coréia do Sul), isso ocorre apesar do fato de a Guiné-Bissau ser um país rico em recursos pesqueiros e possuir potencial agrícola, entretanto, a dependência excessiva de ajuda externa compromete a soberania alimentar e o desenvolvimento de um país. Teoricamente o trabalho contribui para o debate sobre o impacto da ajuda externa na promoção de SAN, destacando como a ajuda externa pode tanto apoiar como criar um círculo vicioso e limitar o desenvolvimento sustentável de países em situações de vulnerabilidade como a Guiné-Bissau. Metodologicamente, a combinação de fontes de documentos e entrevistas semiestruturadas proporciona uma visão holística e crítica das dinâmicas envolvidas, permitindo uma análise mais completa dos impactos sociais, econômicos e políticos associados ao programa.

Palavras-chave: Ajuda alimentar; SAN; Soberania Alimentar; Alimentação Escolar; Cantina Escolar.

ABSTRACT

This research aims to analyze the impact of the contribution of foreign resources to the National School Canteen Program (PNCE) and its promotion of Food and Nutrition Security (FNS). In order to meet the proposed objective, a qualitative approach was used, and the methodological tools were bibliographical and documentary research and semi-structured interviews. From the results obtained, it is clear that the ongoing political instability in Guinea-Bissau since its independence impacts on the implementation of effective public policies and their development. However, the PNCE can be analyzed from two perspectives: on the one hand, the program aims to combat school dropout and local food insecurity by providing adequate food, helping to reduce poverty and social inequalities. On the other hand, there is the inclusion of industrialized and processed food in school canteens from partner countries (for example, rice and sardines offered as “aid” by Japan and rice by the government of Correia de Sul), despite the fact that Guinea-Bissau is a country rich in fishing resources and has agricultural potential, suggesting that excessive dependence on foreign aid compromises a country's food sovereignty and development. Theoretically, the work contributes to the debate on the impact of foreign aid on the promotion of FNS, highlighting how foreign aid can both support and create a vicious circle and limit the sustainable development of countries in situations of vulnerability such as Guinea-Bissau. Methodologically, the combination of document sources and semi-structured interviews provides a holistic and critical view of the dynamics involved, allowing for a more complete analysis of the social, economic and political impacts associated with the program.

Keywords: Food Aid; food and Nutritional Security; Food Sovereignty; School Feeding; School Canteen.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Figura 1 Mapa da Guiné-Bissau mostrando as fronteiras internacionais.	14
Figura 2 - Evolução da Insegurança Alimentar entre 2016 e 2019 na Guiné-Bissau.	43
Figura 3 - Mapa Administrativo de Guiné-Bissau.	46
Figura 4 - Mapa de Insegurança alimentar por região de Guiné-Bissau em 2019.	47
Figura 5 - Mapa ilustrativa da redução de insegurança alimentar por região entre 2021 e 2022.	48
Figura 6 - Países que contavam com a presença do PMA em 2023.	54
Figura 7 - Evolução da oferta de alimentação escolar no mundo entre 2013 e 2020.	55
Figura 8 - Fluxograma apresentando as principais etapas da pesquisa.	63
Figura 9 - Caldo de tchebém (dendê).	72
Figura 10 - Sigá/Soup kandja/Okrasoup	73
Figura 11 - Caldo de mancarra(amendoim).	74
Figura 12 - Djambó	75
Figura 13 - capacitação de mulheres rurais.	90
Figura 14 - Critérios de seleção de cantinas escolares.	92
Figura 15 - Alunos no momento da refeição.	93
Figura 16 - Crianças tomando mingau de milho.	94
Figura 17 - Horta da escola Surdo e Mudo.	95
Figura 18 - a) cebolinha; b) tomate.	95
Figura 19 - Execução da compra local pelas ONG 'S.	97
Figura 20 - Recepção de arroz vindo de Coreia do Sul pelo gestor da cadeia de abastecimento de PMA na Guiné-Bissau.	101
Figura 21 - Cozinha da Escola Surdo e Mudo a) é a cozinha, b) as pedras usadas para o cozimento de comidas, c) as lenhas usadas nas pedras.	109
Figura 22 - Estrutura da escola.	110

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Principais características dos entrevistados durante a pesquisa. _____	66
Quadro 2 - Pesquisa de insegurança alimentar na Guiné-Bissau. _____	88

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CID - Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

CIRAD – Organização Francesa de Pesquisa Agrícola e de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sustentável das Regiões Tropicais e Mediterrânicas

CRS - Catholic Realef Service

CSS - Cooperação Sul-Sul

DGASCE - Direção Geral dos Assuntos Sociais e Cantina Escolar

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

ECAS-D– Estrutura Comunitária de Animação e Sensibilização para o Desenvolvimento

EUA – Estados Unidos da América

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FMI - Fundo Monetário Internacional

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

KAFO- Federação Camponesa

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança alimentar

MACgovern Foundation - EUA

MEN – Ministério de Educação Nacional

MIKAT - Mulher Não é Tambor (Midjer ika tambur)

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ONGs - organizações não governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PAM – Programa Alimentar Mundial

PIB - Produto Interno Bruto

PMA – Programa Mundial de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCE - Programa Nacional de Cantinas Escolares

PSE - Plano Setor da Educação

SAB – Setor Autônomo de Bissau

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SISSAN - Inquérito de Sistema de Seguimento da Segurança Alimentar e Nutricional

UE - União Europeia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNRWA - Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	OBJETIVOS	22
2.1	Objetivo geral	22
2.2	Objetivos específicos	22
3	REVISÃO DE LITERATURA	23
3.1	Cooperação internacional	23
3.1.1	Cooperação internacional para o desenvolvimento e ajuda alimentar	23
3.1.2	Cooperação sul-sul	26
3.1.3	Geopolítica dos alimentos no continente africano.....	29
3.2	Soberania alimentar e (in) segurança alimentar na África.....	33
3.2.1	(In) segurança alimentar no contexto guineense	40
3.2.2	Programas e políticas públicas para a alimentação escolar em Guiné-Bissau	50
4	CAMINHOS METODOLÓGICOS	62
5	ANÁLISE E DISCUSSÕES	68
5.1	Contexto socioeconômico do país	68
5.2	Cultura alimentar no país	71
5.3	Diversidade cultural.....	77
5.4	Gênero	78
5.5	O programa nacional das cantinas escolares em Guiné-Bissau	82
5.5.1	Aspectos das cantinas escolares.....	91
5.5.2	Acordos e relações de parcerias com os países doadores.....	98
5.5.3	Desafios de execução do programa	108
6	CONCLUSÃO	115
7	REFERÊNCIAS	118
8	APÊNDICE	Erro! Indicador não definido.

1 INTRODUÇÃO

Antes de iniciar a introdução desta dissertação, faz-se relevante minha apresentação pessoal. Sou uma mulher nascida em um pequeno país, cuja população é de 2.015.490 milhões de habitantes, chamado Guiné-Bissau, situado na África Ocidental.

Sou formada em Relações Internacionais, e os caminhos acadêmicos me instigaram a saber mais sobre a segurança alimentar e nutricional e a ter interesse em me aprofundar mais sobre a temática. Foi no âmbito da disciplina da Economia Política da Segurança Alimentar Global, que pude compreender a importância de debater sobre o tema e principalmente pelas especificidades e dificuldades do meu país.

Entretanto, o tema da minha dissertação foi inspirado no projeto de pesquisa Inovações sócio matérias na ilha de Marajó: da produção de alimentos de qualidade à construção social de mercados por famílias rurais quilombolas, coordenado pela minha orientadora Dra. Monique Medeiros. Inicialmente, a proposta era realizar uma pesquisa entre Guiné-Bissau e ilha de Marajó, porém devido às limitações do tempo de mestrado e às dificuldades de acesso aos dados na Guiné-Bissau, optamos por direcionar o foco exclusivamente para o contexto guineense.

A minha primeira viagem a Salvaterra foi um marco importante, pois me permitiu observar de perto o funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essa experiência me instigou a buscar algo semelhante no meu país de origem. Além disso, as viagens de campo proporcionadas tanto pela minha orientadora como pela disciplina de Agroecologia e Sistemas Agroflorestais foram momentos enriquecedores, que me possibilitaram experiências transformadoras e inspiraram novas ideias de pesquisa relacionadas à realidade de Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau é um país que possui uma área total de 36 125km², fica situado na costa ocidental de África, limitada ao Norte com República do Senegal, a Leste e ao Sul com República de Guiné-Conakry e a Oeste com o Oceano Atlântico (figura 1). O território contém uma parte continental e uma parte insular. Esta última é composta por vários ilhéus e ilhas, situados no oceano Atlântico. As principais ilhas são as do Arquipélago dos Bijagós (Ministério de Economia e Finanças, 2020).

Figura 1 - Figura 1 Mapa da Guiné-Bissau mostrando as fronteiras internacionais.



Fonte: <https://pt.mapsofworld.com/guinea-bissau/#>

A população do país é de 2.015.490 habitantes, composta por diferentes etnias, cada uma com suas próprias línguas, dinâmicas sociais e costumes. Entre os grupos étnicos mais destacados estão os Balantas, Mandingas, Fulas, Manjacos, Bijagós, Mancanhes e Papeis (em crioulo, Pepelis), entre outros. Embora o português seja a língua oficial, apenas uma parcela da população o utiliza no dia a dia, sendo o crioulo a língua mais falada, especialmente na capital (Bock, 2009). No meu país, a agricultura é a principal atividade econômica, responsável por 60% do Produto Interno Bruto (PIB) e mais de 90% das exportações (Plano de Ação de Istambul, 2020).

Ainda que a agricultura tenha relevância e potencialidade no país, o regime produtivo e alimentar das comunidades guineenses está intimamente ligado a um conjunto de fatores que perpassam pelas formas de ocupação dos solos, os regimes e as culturas produtivas, as tradições culturais a elas associadas, os mecanismos de mobilização da mão de obra, geração de rendimentos, investimento, poupança e as prioridades de consumo (Plano Ação Istambul, 2020).

Ademais, a centralidade em um único produto de exportação (castanha de caju) condiciona o país em satisfazer às suas necessidades de bens de consumo por

meio de importações (Dias, 2011). A crescente produção de caju teve início na década de 1980, e vem aumentando no decorrer dos anos até atingir 200 mil toneladas. As exportações, por sua vez, passaram de 67.856 toneladas em 2002, para 135.707 toneladas em 2009. No ano de 2017, a exportação alcançou 166.900 toneladas, e representou 98,7% da exportação global e 23,9% do PIB (Ministério de Economia e Finanças, 2019). De acordo com o Plano Terra Ranka (2015), o país tornou-se o quarto produtor mundial de caju bruto a explorar as características naturais do seu solo. A castanha de caju guineense passou a ser o produto principal da atividade econômica e de exportação com a grande demanda internacional, entretanto, seu monocultivo afeta a segurança alimentar e nutricional no país, sobretudo a população da zona rural, conforme aponta o Ministério de Economia e Finanças (2019, p. 14):

[...] A monocultura do caju afeta a segurança alimentar dos agregados familiares rurais na Guiné-Bissau, nomeadamente após a sua expansão, em detrimento de terras destinadas a outras culturas alimentares, e à vulnerabilidade de numerosas famílias dependentes dos rendimentos provenientes da castanha de caju para a aquisição de alimentos. A insegurança alimentar das famílias é acentuada pela ausência de horticultura e da criação de pequenos animais em várias famílias, a falta de política e de infraestruturas de armazenamento, a transformação de produtos agrícolas ao nível dos agregados familiares e comunitários.

No cenário vigente, o monocultivo é uma ameaça também à diversidade produtiva, colonizando territórios sem ordenamento e dependendo quase que toda a economia familiar e do país em torno da coleta e exportação da amêndoa bruta (Plano Ação Istambul, 2020).

De acordo com o Ministério de Economia e Finanças (2019), a produção nacional líquida de alimentos não é suficiente para cobrir as necessidades alimentares do país, devido à inexistência de mecanismos de apoio à produção, à transformação e à circulação dos produtos locais. O sistema produtivo agrícola guineense é baseado numa lógica de subsistência e em pequenas unidades de produção dominadas pela agricultura de pequena escala e muito dependente da pluviometria, a qual nem sempre é favorável a boas produções.

As mulheres e os jovens rurais são os mais afetados por esta situação, da qual resulta uma lógica de trabalho motivada pela sobrevivência, enfrentando altos níveis de morbidade e de mortalidade. A pobreza e o desemprego têm repercussões dramáticas na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população e estas, por sua

vez, influenciam as capacidades cognitivas de aprendizagem e de produção (Ministério de Economia e Finanças, 2019, p.09).

A insegurança alimentar e nutricional trata-se de um desafio na Guiné-Bissau, devido a vários fatores, incluindo instabilidade política e a dependência excessiva de mercados externos. Segundo as considerações do Programa Mundial de Alimentos (2022), a instabilidade política, articulada a guerras civis, golpes e mudanças de regime, que ocorre há mais de 40 anos, desde a independência do país, e a pobreza afetam mais as mulheres e crianças do que os homens.

É preciso ressaltar que uma das principais consequências dos conflitos armados é o aumento da pobreza, que está ligado ao declínio dos serviços básicos, destruição de moradias e outras infraestruturas básicas, declínio dos níveis de segurança e enfraquecimento do estado de direito (DENARPI, 2004). Conforme aponta Có (2020), um dos maiores acontecimentos nesse sentido, justamente trazendo o impacto negativo no crescimento econômico do país, foi a guerra civil dos anos de 1998 e 1999, ocasionando na maior queda de PIB de -28,1%, na economia guineense.

Atualmente, o país faz parte do grupo de países mais pobres do mundo. De acordo com o Ministério de Economia e Finanças (2019), o nível de pobreza do país é estimado em 69,3%. A infraestrutura no âmbito social é baixa, com grande impacto na saúde e educação. A taxa de escolarização é de 62,4% para o ensino fundamental e de 20,4% para o ensino médio, e a taxa de alfabetização entre os jovens (de 15 a 24 anos) é de 51% para mulheres e 70% para homens. No entanto, 60% das famílias não têm água potável, apenas 13% da população tem acesso a fontes de água potável e instalações sanitárias melhoradas, apenas 38% da população tem acesso aos serviços da saúde (Ministério de Economia e Finanças, 2020).

Apesar de todas as formas de discriminação sexual e de gênero serem proibidas, de acordo com os artigos 24º e 25º da Constituição da República de Guiné-Bissau, a desigualdade de gênero persiste e resulta em uma importante lacuna entre a fome e a pobreza. Homens são dominantes na hierarquia familiar e na esfera social. As taxas elevadas de pobreza e desemprego entre as mulheres limitam o acesso à alimentação, saúde e educação. Além disso, o casamento precoce (17,2%) e a gravidez (17%) são um dos fatores para as meninas abandonarem o ensino médio,

embora a idade legal do casamento para as mulheres no país seja a partir de 18 anos (PMA, 2021).

Segundo o PMA (2021), desde a independência, na Guiné-Bissau vem se acentuando a pobreza, o desemprego (principalmente entre as mulheres e jovens), o acesso limitado das famílias à alimentação, aos serviços de saúde, à educação e outros serviços sociais básicos, o que afeta gradativamente a economia do país. Atualmente, quase metade das crianças em idade escolar não frequentam escolas como deveriam, isto deve-se, muitas vezes, à falta de um currículo completo (professores com a formação superior incompleta), incluindo a oferta de refeições diárias ou semanais aos estudantes (PMA,2021).

De acordo com o levantamento da PMA (2021) concernente às escolas primárias, a taxa de conclusão dos estudantes é de 62%, que é reflexo do atraso nas matrículas, de uma taxa de repetência de 20%, e um número de desistência entre 4ª e 5ª séries, especialmente entre as meninas rurais. Cerca de metade da população com mais de 15 anos é analfabeta, com grandes disparidades entre homens (45%) e mulheres (71%).

Diante disso, o país vem assinando diversos acordos de cooperação com organismos internacionais, como por exemplo, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Programa Mundial de Alimentos (PMA), organizações governamentais e não governamentais, sociedade civil, em diversas áreas, tais como, a Segurança Alimentar e Nutricional, Educação, Saúde entre outros.

Em termos de geopolítica, na Guiné-Bissau, se importa muito do que se come, ainda que o país seja rico em recursos pesqueiros e agrícola. A dependência de Guiné-Bissau a outros países ditos desenvolvidos é complexa por diversos fatores que envolvem tanto questões econômicas e políticas quanto culturais.

A dependência de mercado externo leva a um declínio na produção e consumo local de alimentos, e conseqüentemente na perda de capacidade de autossuficiência alimentar e autonomia, entretanto quando um país importa mais do que investir na produção e consumo local de alimentos, afeta tanto a sua soberania alimentar, como a cultura alimentar.

A Guiné-Bissau é um país rico em recursos pesqueiros, mas a oferta de sardinhas enlatadas oriundas de um dos países doadores do programa de alimentação escolar representa uma escolha questionável.

De acordo com PMA (2022), os dados da nutrição no país apontam que, em 2022, 28% de crianças de 6 a 59 meses se encontravam em desnutrição crônica. Entretanto, existem desigualdades na desnutrição em diferentes regiões do país, de acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a má nutrição é o refletida na alta taxa do nanismo, está fortemente ligada aos altos níveis de pobreza. Por um lado, as taxas de nanismo são (40,6%) nos agregados familiares mais pobres, por outro, são 17,8% nas famílias ricas.

Ter acesso a uma alimentação adequada é um direito humano e um dever do Estado. E, em Guiné-Bissau, o Ministério de Educação Nacional junto com o Programa Mundial de Alimentos começaram a apelar por uma revisão estratégica e pela implementação de alimentação escolar, justamente porque contribui não apenas para melhorar o desenvolvimento de crianças e adolescentes, bem como potencializar sua aprendizagem escolar e formar hábitos de alimentação saudável.

Segundo o Programa Mundial de Alimentos (PMA), nos anos de 1900, programas como o do governo do Reino Unido se concentravam mais na proteção social e visavam o fornecimento de alimentos nas escolas de comunidades mais pobres.

Inspirado em países como o Brasil e o México, que passaram a integrar a alimentação escolar às redes de proteção social e ao desenvolvimento comunitário (PMA, 2020), na Guiné-Bissau, o PMA junto com o governo passaram a implementar políticas de alimentação escolar. A alimentação escolar vem sendo construída de forma fundamental no combate à fome, uma vez que, muitos estudantes têm na alimentação escolar sua única forma de consumo saudável diário.

Em meados de 1990, o programa denominado Cantina Escolar foi implementado na Guiné-Bissau para fomentar o acesso à educação, o aumento do rendimento escolar e uma alimentação saudável. O programa também inclui a educação alimentar e nutricional no processo curricular e de aprendizagem. Para a sua operacionalização, o programa conta com a parceria de organizações

internacionais (Guiné-Bissau, 2019). Tendo em vista que, na Constituição da República de Guiné-Bissau, no artigo 16º, o Estado considera a liquidação do analfabetismo como uma tarefa fundamental (Constituição da República, 1996).

A Cantina Escolar é um programa de alimentação escolar, que alcança os oito Estados e o setor autónomo de Bissau (capital), e atende mais de 150 mil estudantes de escolas de ensino básico. O que materializa a importância desse programa para o país com mais de 60% da população na zona rural.

A operacionalização deste programa conta com parceiros de organizações internacionais e com diferentes atores nacionais e internacionais. De acordo com o PMA (2019, p. 27), o Programa de Cantinas Escolares envolve, para além do Ministério da Educação,

[...] o Ministério da Saúde Pública, Família e Coesão Social no que diz respeito à nutrição; o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural no que diz respeito ao apoio aos pequenos agricultores; o serviço nacional de proteção civil no que diz respeito à preparação para emergências e intervenção em crises; todas as instituições acima mencionadas, o Instituto Nacional de Estatística e o Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação, no que diz respeito à capacitação; o Ministério da Economia e Finanças no que diz respeito à produção de dados factuais e propostas de investimento.

Nos países pobres como a Guiné-Bissau, os acordos de cooperação internacional são fundamentais para a operacionalização de projetos e programas, visto que visam a promoção de desenvolvimento e cooperação entre os países. No caso do Programa de Cantinas Escolares, é essencial estabelecer parcerias com diferentes organizações internacionais e países para a garantia da eficácia e sucesso do programa. No entanto, a ajuda envolve conjunto de recursos, desde financeiros, produtos alimentícios, realização de capacitações, troca de experiência entre outros.

O PMA, sendo uma agência das Nações Unidas, é a fonte financeira do Programa Nacional de Cantinas Escolares e de outros projetos implementados no país. Ao longo do tempo, muitos países foram e ainda são doadores do Programa Nacional de Cantinas Escolares (PNCE) em diferentes fases do programa, tais como EUA, Brasil, China, Noruega, Japão entre outros.

Algumas organizações estão articuladas para melhorar a qualidade da educação, nutrição infantil, saneamento básico, como por exemplo, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e PMA em Guiné-Bissau.

O PMA, o Banco Mundial e a UNICEF são os fundadores e membros principais do Grupo de Trabalho de Proteção Social que apoia o Ministério da Saúde Pública, Família e Coesão Social, o Ministério responsável pela Proteção Social” (PMA, 2019, p. 27). Há também, por parte do PMA e do Banco Mundial, a proposta de trabalho atrelado com o objetivo de apoiar o Ministério da Educação a melhorar os aspectos do currículo escolar atual e fortalecer as atividades de monitoramento realizadas pelos inspetores escolares (PMA, 2019).

As ONGs têm desempenhado papel fundamental tanto para o desenvolvimento do país como na operacionalização do PNCE. Além de coordenar e auxiliar na logística e distribuição também dão assistência técnica como por exemplo na formação e acompanhamento do programa, a Tiniguena por exemplo, em parceria com o PMA coordena o projeto de “Compras locais” que visa melhorar as condições de aprendizagem das crianças e adolescentes, preservar e promover a dieta alimentar baseada na cultura/culinária local, diversificação da dieta alimentar nas cantinas escolares por meio de produção local e incentivo à agricultura familiar.

A parceria entre as ONGs e organismos internacionais tem sido fundamental na promoção de práticas para SAN e segurança alimentar das crianças. Além disso, são responsáveis pela maioria das pesquisas feitas diretamente no país, o próprio Estado é apenas colaborador secundário, conseqüentemente dificulta na obtenção de dados para pesquisas sobre o país.

Diante disso, o programa vem enfrentando desafios desde a sua implementação devido a contínua instabilidade política e econômica e a forte dependência à ajuda externa.

Em vista dos fatos apresentados, no país, a situação de insegurança alimentar e nutricional e a desnutrição permanecem altas, apesar dos programas e ações voltadas a SAN, conforme será apresentado neste trabalho posteriormente.

A Guiné-Bissau é um país com diversos problemas financeiros, por isso, muitas vezes, precisa recorrer às ajudas internacionais e regionais para poder resolver

certos problemas. Depois do conflito armado de 1998-1999, o país passou por assassinatos de vários chefes militares e políticos, e por sucessivos golpes de estado. Toda essa desordem acabou por criar obstáculos aos financiadores internacionais que tinham muitos projetos endereçados à melhoria da situação econômica e política do país.

No cenário atual, o país ainda continua dependente da ajuda externa, para o desenvolvimento socioeconômico e para o funcionamento de algumas instituições. Neste contexto, a cooperação com a comunidade internacional tornou-se relevante na tomada de decisões estratégicas. Por meio dessas parcerias, foi possível ampliar a eficácia e o alcance de programas que beneficiam o maior número de pessoas e potencializando os resultados alcançados. Contudo, é essencial analisar os termos, objetivos, responsabilidades de cada parte e os mecanismos de governança adotados.

Justamente com a atenção direcionada a essa problemática, o presente estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: como a contribuição de recursos de países estrangeiros para o programa de Cantinas Escolares de Guiné-Bissau influencia em sua durabilidade e na promoção da segurança alimentar e nutricional no país?

O trabalho está dividido em cinco partes, a primeira parte trata do contexto geral do país e dos objetivos da pesquisa; a segunda parte aborda a cooperação internacional para o desenvolvimento e a ajuda alimentar, a cooperação Sul-Sul com o foco no Brasil pela sua aproximação com o continente africano e a geopolítica de alimentos no continente africano (mostrando como fatores geopolíticos influenciam na SAN na África); a terceira parte explora a situação de SAN e insegurança alimentar, e políticas públicas relacionadas à alimentação escolar em Guiné-Bissau; a quarta parte descreve os caminhos metodológicos; a quinta e última analisa os resultados obtidos incluindo o contexto socioeconômico do país, a situação do PNCE, desafios de execução, aspectos culturais e parcerias internacionais.

2 OBJETIVOS

As questões colocadas acima desdobram nos objetivos geral e específicos abaixo apresentados.

2.1 Objetivo geral

Analisar a influência da contribuição de recursos de países estrangeiros para o programa de Cantinas Escolares de Guiné-Bissau, bem como na promoção da segurança alimentar e nutricional no país.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar e traçar o perfil dos países que contribuem com recursos para o Programa Nacional de Cantinas Escolares;
- Compreender os acordos de cooperação internacional que vem sendo construídos para a operacionalização e durabilidade do programa;
- Avaliar os desafios atuais do PNCE quanto à superação da insegurança alimentar e nutricional;

3 REVISÃO DE LITERATURA

O presente tópico abordará aspectos relacionados aos conceitos de Cooperação Internacional, Cooperação Internacional para Desenvolvimento, Cooperação Sul-Sul com o foco no Brasil pela sua relação com o continente africano no âmbito da cooperação em diversas áreas tais como na cooperação técnica, educação e outras áreas. A (in) segurança alimentar no contexto africano e especificamente guineense, programas e políticas de alimentação escolar são subtópicos apresentados ao longo da revisão de literatura. A revisão de literatura visa partir do geral para o específico, trazendo desde reflexões sobre os conceitos que são construídas por autores do mundo todo e com o olhar lançado a distintas realidades, até aquelas mais aplicadas ao contexto de análise de Guiné-Bissau.

3.1 Cooperação internacional

3.1.1 Cooperação internacional para o desenvolvimento e ajuda alimentar

De acordo com Cavalcanti (2019), a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) surgiu no final da Guerra Fria, por meio de união de esforços entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento com o intuito de eliminar as dificuldades sociais e econômicas, tendo como o objetivo central o desenvolvimento, e como dever comum o apoio à solidariedade entre os povos, ao mesmo tempo em que enfatiza uma responsabilidade econômica e social global compartilhada igualmente por todos os envolvidos.

De tal modo, Milani (2019) salienta que a cooperação internacional para o desenvolvimento pode ser definida como um sistema que articula as políticas dos Estados e atores não governamentais, um conjunto de normas promulgadas (ou em alguns casos impostas) por organizações internacionais e a crença de que promover o desenvolvimento em bases solidárias seria solução desejada para as contradições nas desigualdades engendradas pelo capitalismo no plano internacional.

Por se tratar de um sistema institucionalizado e na construção de discursos e visões de mundo, a CID envolve muitos atores, tanto do lado dos chamados países

doadores (tradicionais ou emergentes) quanto do lado dos beneficiários (geralmente países de baixa renda, ou em casos raros, países com renda média), (Milani, 2012).

Além disso, ao longo dos anos, outros agentes surgiram para se integrar na CID como: organizações não governamentais (ONGs), organismos multilaterais, empresas, fundações filantrópicas entre outros (Cavalcanti, 2019).

Segundo Belmont *et al.* (2013), no contexto multilateral, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o PMA são os dois órgãos internacionais que têm desenvolvido programas importantes em parceria com o Brasil. O Brasil se posicionou como um dos dez maiores doadores que colaboram com o PMA.

Desse modo, Milani (2012) mostra que cada ator apresenta preferências, identidades e interesses próprios, podendo atuar não apenas por motivos políticos, de segurança nacional, humanitários ou morais, mas também por motivos econômicos e ambientais.

Por outro lado, a grave situação de insegurança alimentar e nutricional vivenciada no mundo, principalmente nos países em desenvolvimento, a escassez de alimentos e/ou o acesso desigual aos mesmos continua sendo um dos maiores desafios para os Estados e internacionais que lidam com essa questão. Perante esse desafio, a ajuda alimentar internacional sendo uma vertente da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), vem sendo utilizada como um dos principais instrumentos de resposta (Santana, 2015, p.15)

Em 2015, as Nações Unidas prescreveram a erradicação da fome e parcerias pelas metas como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹, desse modo, foram incentivados espaços para fomentar a cooperação internacional e intercâmbio entre diferentes regiões no mundo. Entretanto, o tal objetivo de erradicar a fome ocasiona o aumento de investimentos e o reforço da cooperação internacional para

¹ 1-Eradicação de pobreza; 2-Fome Zero e Agricultura Sustentável; 3-Saúde e Bem-Estar; 4-Educação de qualidade; 5-Igualdade de Gênero; 6-Água Potável e Saneamento; 7-Energia Limpa e Acessível; 8-Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 9-Indústria, Inovação e Infraestrutura; 10-Redução das Desigualdades; 11-Cidades e Comunidades Sustentáveis; 12-Consumo e Produção Responsáveis; 13-Ação Contra Mudança Climática; 14-Vida na Água; 15-Vida Terrestre; 16-Paz, Justiça e Instituições Eficazes; 17-Parcerias e Meios de Implementação. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

manter e alcançar a segurança alimentar e nutricional. Estes investimentos são centrados nos programas, nas infraestruturas rurais e políticas sociais que visam proporcionar essa garantia de desenvolvimento sustentável (Magalhães; Buani,2017).

A ajuda alimentar é uma das vertentes de cooperação internacional para o desenvolvimento. Se faz oportuno salientar a diferença entre a cooperação e a ajuda. Enquanto a cooperação encerra uma relação de reciprocidade entre os envolvidos, a ajuda revela um sentido unívoco, onde o doador, pelo menos teoricamente, não espera qualquer contrapartida por parte do receptor (Nipassa, 2009, p.7).

De acordo com Lima e Dias (2016), internacionalmente, a ajuda alimentar foi institucionalizada na década de 1950. Como em outros regimes pós-Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos desempenharam o papel de principal arquiteto dessa institucionalização e colaborador. Afinal, cerca de 90% da ajuda alimentar internacional era produzida e fornecida pelos Estados Unidos, que foi o primeiro país a adotar programas regulares de auxílio alimentar internacional, na década de 1954, com a aprovação pelo Congresso da Public. Law480, comumente chamada de PL480, posteriormente chamada de Alimentos para Paz (Lima; Dias, 2016, p.02)

Segundo Nascimento (2016), as preocupações com a ajuda alimentar começaram a assumir uma dimensão multilateral em meados da década de 1950, quando a FAO adotou Principles of Surplus Disposal (Princípios de eliminação de excedentes) em 1954, tais princípios tratavam de diretrizes que orientaram a eliminação de excedentes agrícolas dos países por meio da ajuda alimentar.

Segundo o mesmo autor, com o crescente número de atores envolvidos na ajuda alimentar internacional e no comércio agrícola, esta prática teve que ser institucionalizada para evitar resultados mutuamente prejudiciais, ou seja, para melhor a coerência e coordenação sobre a ajuda alimentar internacional.

Entretanto, de acordo com Clapp (2012, *apud* Santana, 2015, p.40), a política de Ajuda Alimentar começou a tomar novos rumos nos anos sessenta. Os principais doadores começaram a se interessar pela ideia da construção de um aparato multilateral para o fornecimento de ajuda alimentar.

Com a crise alimentar da década de 1970, houve um aumento na busca por SAN e fortalecimento da ajuda alimentar, conforme aponta Nascimento (2016):

A crise de alimentos da década de 1970, a queda da velha ordem do mercado agrícola internacional, a busca dos países por segurança alimentar e o fortalecimento multilateral do regime de ajuda alimentar (do qual o PMA é produto), contribuíram para o aumento das discussões sobre o tema em âmbito internacional e – por essa razão – houve aumento da literatura sobre ajuda alimentar e dos fóruns a esse respeito. Como exemplo, em 1974 foi realizada a Conferência Mundial das Nações Unidas Sobre Alimentação, que abordou a cooperação na manutenção de reservas, no fornecimento de ajuda alimentar, e no desenvolvimento da agricultura a fim de reduzir a dependência das importações de alimentos por parte dos países em desenvolvimento (Nascimento, 2016, pg.17)

Na concepção de Belmont, Lima e Dias (2013), a ajuda alimentar é normalmente entendida como o auxílio na forma de commodities, que pode complementar os programas de assistência alimentar, seja na forma de alívio no balanço de pagamentos, substituindo as importações comerciais, seja como apoio ao orçamento, por meio da receita obtida com a venda deles. Essa ajuda pode ocorrer de três formas: ajuda direta, pela entrega de alimentos adquiridos nos mercados; transações triangulares, quando os alimentos a serem doados são comprados de países em desenvolvimento; ou compras locais, realizadas no mercado do próprio país receptor. Assim, a ajuda alimentar é aquela que é entregue ao assistido na forma de commodity.

Sob a ótica de Nipassa (2009), a ajuda alimentar é uma parte fundamental da cooperação para o desenvolvimento, pois, abrange realidades e fenômenos diferentes e complexos, tais como a cooperação governamental (pública), a não-governamental (privada), a empresarial, a cooperação como fenômeno de ajuda, a Norte-Sul e a Sul-Sul. Quanto à última, surgiu na década de 1970, quando se falava na criação de uma nova ordem econômica internacional devido ao primeiro choque petrolífero no ano de 1973.

3.1.2 Cooperação sul-sul

Esta seção tem foco no Brasil devido a sua relação com o continente africano principalmente na cooperação internacional em diversas áreas tais como na troca de experiência por meio de intercâmbio e entre outros.

Devido às estratégias de combate à fome e sua prestação de CID, o Brasil tem angariado destaque no âmbito da ajuda alimentar internacional. O Brasil é comumente considerado um dos protagonistas da Cooperação Sul-Sul (CSS) devido às características atribuídas às suas práticas cooperativas. De acordo com Muñoz e Carvalho (2016), o Brasil se tornou uma referência internacional ao participar ativamente nos debates sobre o desenvolvimento e na cooperação internacional em diversas áreas, com ênfase na agricultura e na alimentação.

Sob a ótica de Lara Leite (2010), o termo Cooperação Sul-Sul é utilizado para indicar uma grande variedade de eventos relacionados à interação dos países em desenvolvimento (também conhecidos como países do Sul ou Sul Global). Este conjunto de eventos inclui, entre outras coisas, fluxos de investimentos privados entre países em desenvolvimento, implementação de projetos conjuntos de desenvolvimento entre eles e a formação de coalizões temporárias ou permanentes no âmbito de negociações e organizações multilaterais.

Durante a última década, as relações do Brasil com o continente africano tornaram-se muito estreitas em diversos campos. A estratégia Sul-Sul surgiu como uma oportunidade para diversificar a política externa do Brasil e colocar a África no mapa da diplomacia brasileira: aumentaram as viagens oficiais à região (o presidente brasileiro Lula visitou o continente 34 vezes. No âmbito da CSS, foram fortalecidas parcerias nas áreas de educação, saúde e alimentação, essas são as três principais áreas de atuação da CSS brasileira (Muñoz; Carvalho, 2016).

No âmbito multilateral, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o PMA, são dois dos órgãos internacionais que têm desenvolvido programas importantes em parceria com o Brasil. Retomando a ideia de System Affecting State, o Brasil vem buscando, por meio de instituições multilaterais, ser mais influente no Sistema Internacional (Lima; Belmont; Dias, 2013, pg.11).

Além da ajuda externa na forma de produtos agrícolas, o país disponibiliza recursos financeiros e cooperação técnica institucional com o PMA. Por meio do Centro de Excelência Contra a Fome, criado no Brasil em 2011, o país ajuda outros países em desenvolvimento a criarem programas sustentáveis de combate à fome e à pobreza (Lima; Belmont; Dias, 2013).

De acordo com Alvarez (2022), a demanda pela experiência brasileira deu origem à institucionalização do Centro de Excelência Contra a Fome do PMA em Brasília, atualmente, 18 países africanos desenvolveram políticas nacionais de alimentação escolar inspiradas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A alimentação escolar por meio da compra de alimentos de agricultura familiar foi escolhida como uma estratégia continental pela União Africana.

Sob esse viés, o governo brasileiro, em parceria com o PMA, criou o Centro de Excelência contra a Fome, um Fórum global Sul-Sul de diálogo e aprendizado sobre segurança alimentar e nutricional, programas correlatos de erradicação da pobreza e alimentação escolar. O Centro de Excelência contra a Fome foi criado em 2011 e visa somar o conhecimento de mais de 50 anos do PMA e a experiência governamental bem-sucedida do Brasil (Figueiredo, 2018).

Diante disso, Figueiredo (2018) salienta que o Centro de Excelência contra a Fome no início deu maior atenção para dezoito países considerados de risco e prioritários para ajuda, sendo estes: Guiné-Bissau, Haiti, Timor-Leste, Quênia, Malauí, Mali, Moçambique, Tanzânia, Gana, Laos, Ruanda, Senegal, Togo, Zâmbia, Bangladesh, Costa do Marfim, Nigéria e Zimbábue. O foco foi direcionado primeiramente para estes países e, posteriormente, buscou-se atender às demandas feitas por outros países em desenvolvimento que manifestaram interesse pelo sucesso que o Centro de Excelência contra a Fome vem tendo.

É relevante ressaltar que a abordagem de "fome zero", a partir da experiência brasileira, foi incorporada ao sistema das Nações Unidas como uma perspectiva global. Portanto, atualmente, esse termo não está limitado apenas ao Brasil. A expressão "fome zero" da Organização das Nações Unidas (ONU) teve seu surgimento inicial durante a Conferência do Milênio em 2000, que estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A primeira meta dos ODM, definida em 2000, era reduzir pela metade a fome e a extrema pobreza até 2015 (Magalhães; Buani, 2017).

Dessa forma, ao reconhecer a alimentação como um direito fundamental e universal, o Estado brasileiro tem consistentemente fortalecido o seu compromisso com ações que visam garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável da população, conforme aponta Magalhães e Buani (2017), esse esforço representa

uma importante ferramenta na consolidação da assistência humanitária internacional brasileira. Isso se refere aos aspectos, que incluem a institucionalização da cooperação Sul-Sul em agências governamentais brasileiras, a promoção e disseminação dessas ações, o compartilhamento de conhecimentos e, por fim, o reconhecimento do trabalho do Brasil pelo PMA, resultando na contribuição de recursos para o Centro de Excelência no combate à fome na África.

3.1.3 Geopolítica dos alimentos no continente africano

A utilização da ciência da geopolítica para estudar alimentos ocorre devido à dinâmica do jogo de poder internacional. À medida que os movimentos para intensificar as relações entre os países se iniciam, alimentos e recursos naturais se tornam alvos estratégicos de poder e diferenciação entre os atores, portanto, a geopolítica dos alimentos emerge como um tópico de extrema importância em um mundo cada vez mais globalizado e com estruturas agroalimentares complexas, que transcendem o setor econômico, gerando efeitos também na esfera política (Haro, 2020).

A geopolítica do alimento é definida como o estudo do nexo de forças relacionadas com questões e estratégias alimentares e inclui uma variedade de disciplinas que podem ser estudadas a partir de perspectivas mais diversas. A própria geopolítica é um termo cunhado pelo sueco Rudolf Kellen em 1916, que a definiu em seu livro "O estado como modo de vida" como uma ciência que estuda os estados como objetos geográficos (Correia, 2012).

A partir deste momento, afirma José Vicentini (2016), procurou-se enfatizar a inserção da geopolítica entre a ciência política, a geografia política, a estratégia militar e a teoria jurídica do Estado.

Portanto, a visão construída da geopolítica seria a de uma ciência utilizada pelo Estado, especialmente pelos setores militares, no intuito de desenvolver estratégias que possibilitaram o alcance dos objetivos estatais. Por envolver questões de espaços territoriais e situações de fronteiras, a geografia tem sido o grande campo de formulações das teorias e projetos geoestratégicos que acabam por caracterizar a geopolítica (Haro,2020).

Conforme mencionado pelo mesmo autor, este campo de estudo ganhou lugar na academia, na sociedade civil e na política, mas permanece intimamente ligado aos exercícios de defesa e às instituições militares dos Estados-nação. Estas ideias começaram a difundir-se nos mais diversos círculos sociais e tiveram uma importância decisiva para a história mundial porque os participantes da política internacional ocidental do século XX foram colocados num ambiente em que as lutas pelo poder estavam ligadas ao poder econômico e ao domínio do mercado.

No entanto, pode-se observar a estrutura do sistema alimentar e quanto intimamente está ligada com geopolítica e economia. Sob a ótica de Hans Morgenthau (2003, p. 220) ficam evidentes os recursos naturais como fator estabilizador na formação e manutenção de um Estado: “Um país que seja autossuficiente, ou quase, em comida já conta com uma grande vantagem inicial sobre qualquer outro que, para não se exaurir de inanição, tenha de importar os alimentos que não produz, embora mal tenha condições materiais para adquiri-los”.

Portanto, conforme Haro (2020), com este entendimento, pode-se defender a importância de uma política alimentar organizada e de relações econômicas saudáveis entre os atores, especialmente porque os alimentos importados devem ser adquiridos para satisfazer a procura interna.

No Brasil, por exemplo, entre meados da década de 1960 e a década de 1970, grande parte dos alimentos consumidos no país eram importados, o que resultava em preços consideravelmente altos para a população e se transformou em um ônus financeiro para o Estado manter. Atualmente, o país tem a capacidade de produzir alimentos tanto para sua própria população como para seus comerciais, o que o transformou em um dos principais exportadores de produtos agrícolas no cenário global (Haro, 2020).

Na Guiné-Bissau, em meados da década de 1960, o país era autossuficiente relativamente à produção de arroz. A expansão da área cultivada para as ***bolanhas***² salgadas fez o país exportar arroz para Portugal entre a década de 30 até meados dos anos 50. Entretanto, a partir de 1963, a importação do arroz sofreu um significativo aumento, e em 1974 essa importação atingiu o seu auge. Um dos fatores que originou

² Campos de cultivo de arroz.

esta situação foi a luta armada de libertação nacional que proporcionou uma desorganização no sistema de produção (Bolonha, 2013; Medina, 2008).

Entretanto, a partir dessa data e mais marcadamente depois de 1963, a produção diminuiu e, em contrapartida, começou a aumentar a importação, cujo valor máximo foi atingido logo a seguir à independência efetiva do país, em 1974. Isso devido ao início da luta armada de libertação nacional que provocou a diminuição da produção. O abandono das áreas cultiváveis e a forte migração de jovens agricultores que, por um lado, integraram a luta armada e, por outro, se viram confrontados com o êxodo rural, são apontadas como principais causas da queda de produção na Guiné-Bissau. Como consequência, estas franjas da população deixaram de ser produtoras e passaram a ser consumidoras, o que fez aumentar a procura deste produto (Medina, 2008).

Em vista dos fatos apresentados, é possível observar como os níveis de segurança alimentar podem permitir progresso ou a manutenção da posição de um Estado no sistema internacional. Como argumenta Haro (2020), os estados deficitários na produção de alimentos, na busca pela autossuficiência ou redução de vulnerabilidade, tentam ampliar as suas formas de obtenção de alimentos, no entanto, essas iniciativas acabam se envolvendo em questões de soberania quando surgem por exemplo, processos de arrendamento de terras para estrangeiros.

O conceito atual de segurança do Estado abrange uma abordagem abrangente e multidisciplinar de segurança, que inclui aspectos como a segurança cibernética, energética e alimentar. Para países que são grandes produtores ou importadores de alimentos, a segurança alimentar é considerada um dos principais fundamentos de sua segurança nacional. Nesse contexto, a implementação de políticas de estratégias de segurança alimentar desempenha um papel crucial na preservação da soberania, estabilidade de poder e na ampliação da influência econômica e geopolítica de uma nação (Bertolini; Neto; Andrade, 2023).

Sendo assim, a FAO (1996) salienta que os alimentos não devem ser usados como uma forma de pressionar politicamente ou economicamente, ressaltando a importância da cooperação e solidariedade global, assim como a necessidade de evitar ações unilaterais que não estejam em conformidade com o direito internacional

e com a Carta das Nações Unidas, e que possam colocar em risco à segurança alimentar.

Como argumentam Bertolini, Neto e Andrade (2023), enquanto a percepção de garantir o acesso aos alimentos é influenciada pela cultura de uma nação e reflete as necessidades que uma população experimentou ao longo de sua história, as estratégias para assegurar a segurança alimentar dependem dos modelos políticos e dos processos decisórios de cada país. Para uma compreensão mais aprofundada da incorporação da segurança alimentar nas políticas estratégicas de diferentes países, é necessário considerar as restrições alimentares que uma população ou país enfrentou, assim como suas respectivas abordagens quanto ao conceito de autossuficiência alimentar.

O tema da geopolítica de alimentos no continente africano é complexo, uma vez que, os fatores de clima, diversidade de ecossistemas e solo influenciam muito. Ainda que muitos países tenham condições favoráveis para a produção agrícola, outros deparam com grandes desafios tais como conflitos políticos, seca entre outros.

A presença de grandes potências estrangeiras e o papel desempenhado pelas organizações são fatores fundamentais a considerar.

Num mundo globalizado, a segurança alimentar está intrinsecamente relacionada aos sistemas alimentares, tanto em nível global como regional. Os sistemas alimentares englobam os elementos e atividades relacionadas à produção e consumo de alimentos, além dos impactos dessas práticas, como os resultados econômicos, sanitários e ambientais (Zanuni, 2021).

Segundo o mesmo autor, o comércio internacional conecta várias áreas com excesso e falta de recursos, permitindo a maximização da produção em regiões mais adequadas para cada tipo de cultivo. No entanto, a disponibilidade de alimentos não é assegurada pelos mercados locais e regionais de baixa renda. Regiões mais pobres e isoladas sofrem com uma maior vulnerabilidade aos aumentos de preços, os quais afetam o acesso aos alimentos devido à falta de competitividade no mercado global, resultando numa menor capacidade de importação suficiente e no isolamento devido à infraestrutura precária.

3.2 Soberania alimentar e (in) segurança alimentar na África

Devido a privações e fome sentidas na Europa, após o fim da primeira Guerra Mundial, a "Segurança Alimentar" passou a ser tema de grande importância. Assim, como aponta Maluf et al. (2000) a experiência traumática da guerra, especialmente na Europa, deixou claro que um país pode dominar o outro controlando sua oferta de alimentos e, portanto, a alimentação seria uma arma poderosa. Especialmente quando usado por potências em países que não conseguem produzir alimentos suficientes por conta própria.

No entanto, com a criação da ONU em 1945, o conceito começou a ganhar força a partir da Segunda Guerra Mundial. Dentro das organizações intergovernamentais recém-criadas, havia aquelas que entendiam o acesso à alimentação de qualidade como um direito humano (como a FAO) e aquelas que entendiam que a segurança alimentar poderia ser garantida por mecanismos de mercado (Instituições de Bretton Woods, tais como Fundo Monetário Internacional - FMI e Banco Mundial). Essa tensão refletia uma luta política entre os principais blocos em busca da hegemonia (Burity *et al.* 2010)

Diante disso, a SAN é entendida como a garantia da oportunidade a todos de obterem uma quantidade suficiente de alimentos básicos de qualidade, de forma permanente e sem comprometer a satisfação de outras necessidades importantes, que se baseiam em hábitos alimentares saudáveis e, assim, promovem uma vida digna no contexto de uma humanidade integral (FAO, 1996).

A FAO reafirma o direito de todos a uma alimentação segura e nutritiva, consistente com o direito à alimentação adequada e com o direito fundamental de todos de não sofrer de fome.

Diante disso, conforme apontam Magalhães e Buani (2017), sintetizam a combinação de três elementos principais para atingir tal garantia: i) a disponibilidade: alimentos devem estar ofertados em quantidades suficientes e de forma consistente; ii) o acesso: as pessoas devem ser capazes de adquirir regularmente quantidades adequadas de alimentos, por meio de compra, produção caseira, troca, ajuda ou assistência alimentar; iii) a utilização: os alimentos consumidos devem ter um impacto nutricional e sanitário positivo nas pessoas.

Do mesmo modo, de acordo com a FAO (2011), a segurança alimentar engloba quatro aspectos essenciais: a presença física de alimentos, a viabilidade econômica e física de acesso a alimentos, a utilização adequada dos alimentos e a sustentabilidade, no tempo, das três dimensões anteriores.

Na América Latina, esse tema tem sido um eixo articulador de lutas e discussões tanto na sociedade civil e entre os movimentos sociais, rurais e urbanos, quanto nos estados, partidos políticos e governos, pautando o debate na arena pública entre esses sujeitos (Jalil, 2009, p.28), conforme aponta Maluf et al. (2000, p. 05):

Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo.

De acordo com Leão (2013), o conceito de SAN é um conceito em evolução, a questão alimentar e nutricional está relacionada com diferentes interesses e diversos aspectos tanto sociais, culturais, como políticos e econômicos e como tal, o conceito ainda é debatido em vários segmentos da sociedade brasileira e mundial. Esse conceito evolui à medida que a história avança, diante disso, alteram-se a organização social e as relações de poder em uma sociedade.

No entanto, as preocupações sobre a segurança alimentar e nutricional não são recentes, entretanto, a discussão sobre o tema se intensificou nos últimos anos devido ao crescente interesse político e público. Diante disso, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional evoluiu no mundo com diferentes interpretações. No contexto brasileiro, segundo a Lei Orgânica de Segurança alimentar Lei 11.346 (LOSAN) (2006, p.04), mais precisamente o artigo 3º, define segurança alimentar e nutricional como: a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Enquanto que a ideia de soberania alimentar emergiu na Cúpula Mundial da Alimentação realizada em Roma no ano de 1994, na discussão sobre segurança alimentar (Belik, 2003).

O movimento camponês LA VIA CAMPESINA³ define soberania alimentar como:

direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados produzidos por meio de métodos ecologicamente corretos e sustentáveis, e o seu direito de definir seus próprios sistemas alimentares agrícolas. Ele coloca as aspirações e necessidades daqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro dos sistemas e políticas alimentares, e não as demandas dos mercados e das corporações. Defende os interesses e a inclusão da próxima geração. Ele oferece uma estratégia para resistir e desmantelar o atual regime comercial e alimentar corporativo, e direções para sistemas alimentares, agrícolas, pastoris e pesqueiros determinados por produtores e usuários locais (LA VIA CAMPESINA, 2007).

Do mesmo modo, a Declaração de NYÉLÉNY⁴ (2007) salienta que:

A soberania alimentar promove o comércio transparente que garante renda justa a todos os povos e os direitos dos consumidores de controlar sua alimentação e nutrição. Garante que os direitos de uso e gestão de nossas terras, territórios, águas, sementes, gado e biodiversidade estejam nas mãos daqueles de nós que produzem alimentos. A soberania alimentar implica novas relações sociais livres de opressão e desigualdade entre homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes sociais e gerações (NYÉLÉNY, 2007, s/p).

Além disso, Burity et al. (2010), salienta que o conceito da soberania defende que cada nação tem o direito de definir suas políticas que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de seus povos, abrangendo o direito à preservação de práticas de produção e a cultura alimentar de cada povo, também, reconhece que o

³ A Via Campesina, fundada em 1993, é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, trabalhadores sem-terra, indígenas, pastores, pescadores, trabalhadores rurais migrantes, pequenos e médios agricultores, mulheres rurais e jovens camponeses de todo o mundo. Construída sobre um sólido senso de unidade e solidariedade, defende a agricultura camponesa para a soberania alimentar. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/>

⁴DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI 27 de fevereiro de 2007 Aldeia de Nyéléni, Sélingué, Mali Nós, mais de 500 representantes de mais de 80 países, de organizações de camponeses/agricultores familiares, pescadores artesanais, povos indígenas, povos sem-terra, trabalhadores rurais, migrantes, pastores, comunidades florestais, mulheres, jovens, consumidores, movimentos ambientais e urbanos nos reunimos na aldeia de Nyéléni em Sélingué, Mali, para fortalecer um movimento global pela soberania alimentar. Disponível em: https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2024/04/Nyeleni-Declaration_Food-Sovereignty_EN.pdf

processo deve ser de base sustentáveis, do ponto de vista ambiental, social e econômico.

Para Maluf et al (2000), o conceito de soberania alimentar ressalta a importância da autonomia alimentar dos países, associando à geração de emprego e menor dependência ao mercado internacional.

Compreende-se que tanto a SAN como a Soberania Alimentar visam garantir o direito à alimentação, sendo o Estado o único que dispõe de ferramentas políticas e jurídicas específicas e de adotar medidas imediatas para a proteção contra fome. No entanto, como propostas políticas que representam interesses de diferentes classes, como também, têm interpretações divergentes sobre o direito de proteção contra fome e da ação estatal (Cataño Hoyos; D´Agostini, 2017).

Apesar de visarem o direito à alimentação para todos, os dois conceitos surgiram para atender objetivos diferentes, conforme salienta Alem et. Al. (2015):

Enquanto a Segurança Alimentar surgiu das condições criadas pelo aparecimento de um paradigma tecnológico, relacionado a existência dos oligopólios, a Soberania Alimentar se originou do exercício democrático das camadas mais populares de diferentes partes do mundo. Ou seja, a formulação do conceito de Soberania Alimentar teve como protagonista as organizações representativas daquela parcela da população mundial que não é integrada aos segmentos pactuados com os interesses das grandes empresas e corporações de alimentos, os quais, em última instância, formulam as maneiras de pensar a Segurança Alimentar (ALEM et. al., 2015 p.19)

As propostas de Segurança Alimentar e Soberania Alimentar compartilham princípios fundamentais, visando eliminar a fome global e promovendo a igualdade de gênero. Ambas destacam a importância da participação das mulheres na produção e distribuição de alimentos, valorizam a capacidade produtiva dos camponeses e trabalhadores rurais, e defendem a proteção ambiental. Elas também reconhecem a necessidade de um ambiente pacífico, livre de pressões políticas relacionadas aos alimentos. A feminização da fome e da pobreza, bem como a discriminação das mulheres, são identificadas como questões centrais que devem ser abordadas para alcançar a segurança e soberania alimentar, sendo a eliminação dessas desigualdades considerada essencial para a construção de uma nova sociedade (Cataño Hoyos; D´Agostini, 2017, p.186).

De acordo com Bolonha (2013), no contexto africano, a segurança alimentar continua a estar muito ligada com a produção agrícola, e grande parte das famílias continua a assegurar a sua segurança alimentar através da agricultura que tem sido ameaçada por várias condicionantes externas e internas como a crise mundial econômica e financeira, as mudanças climáticas ou as migrações.

Em pesquisa realizada pela FAO et al. (2024), no continente africano, 58,0% da população apresentou insegurança alimentar moderada ou severa em 2023, e 21,6% apresentaram insegurança alimentar grave, apesar da notável diferença entre as sub-regiões. A África central teve a maior taxa de insegurança alimentar moderada ou grave (77,7% ou seja 157 milhões de pessoas) tornando-a a sub-região com nível mais elevada do mundo, além disso, a África Oriental apresenta 64,5% (313 milhões de pessoas), enquanto a África Ocidental apresenta 61,4% (270 milhões de pessoas). Como também, um quarto da população da África do Sul (17,3 milhões de pessoas) e um terço do Norte da África (89,4 milhões) sofrem insegurança alimentar grave ou moderada no mesmo ano.

As questões relacionadas à fome no continente podem abranger desde mudanças climáticas, conflitos armados, instabilidade política e econômica, imigração e crescimento populacional.

Conforme argumenta Haro (2020), existem diversas causas da fome no continente que inclui desde instabilidade econômica até conflitos políticos. No entanto, o longo histórico de dominação e extração de riquezas agrícolas, naturais e minerais na África, apesar da ajuda humanitária de outros países e organizações internacionais, o continente é extremamente vulnerável e presa a um ciclo de pobreza que não será resolvido até que haja mudança sistêmica e estrutural capaz de promover o desenvolvimento nacional em todo continente. Diante disso, a miséria e a fome são causados pelas ações humanas e somente as ações humanas podem resolvê-las.

Segundo a FAO et al. (2024), na África 298,4 milhões enfrentaram a fome em 2023. Assim, o continente africano é afetado por 20,4% de fome em relação a Ásia (8,1%), América Latina e no Caribe (6,2%) e na Oceania (7,3%), entre 2022 e 2023 a fome aumentou significativamente na maioria das sub-regiões africanas, no Caribe e na Ásia Ocidental.

Na visão de Haro (2020), a África é o continente que mais enfrenta os altos níveis de subnutrição e insegurança alimentar em todo o mundo. Apesar de envios de equipes e suprimentos de ajuda humanitária, assim como, os acordos de cooperação estabelecidos entre países africanos e demais Estados de outros continentes, a ameaça constante da fome se destaca na dificuldade de a região superar essa barreira de desenvolvimento social e político.

No caso da Guiné-Bissau, a situação de insegurança alimentar e nutricional caracteriza-se por um conjunto de fragilidades, insuficiências e limitações organizadas em torno de quatro eixos que formam os quatro pilares da segurança alimentar: 1) disponibilidade, 2) acesso, 3) uso e 4) estabilidade dos alimentos (MINISTÉRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, 2020).

Sendo assim, Carvalho (2008) salienta que quando uma família não tem alimentação de qualidade e em quantidade suficiente, se encontra em uma situação de insegurança alimentar. A pobreza é uma das principais causas da insegurança alimentar devido ao seu impacto na subalimentação, levando à fome e à desnutrição.

Os países do sul global apresentam uma maior concentração de renda, níveis crescentes de pobreza urbana e principalmente, a incidência de crescente pobreza rural (Maluf et al 2000).

A pobreza extrema e fome afetam principalmente a população rural, como salienta Maluf et al (2000):

A pobreza rural, a fome nos campos e o êxodo resultam, em escala grande, da insuficiência da atividade produtiva rural de pequena e média dimensão, com destaque à produção agrícola, ao que se somam outros fatores (2000, p. 08).

Segundo a FAO (1996), a maior causa da insegurança alimentar é a pobreza. Conflitos, terrorismo, corrupção e degradação do meio ambiente também contribuem significativamente para a insegurança alimentar, no entanto, é fundamental realizar esforços para aumentar a produção a produção de alimentos, inclusive os alimentos básicos.

Nos objetivos de SAN estão presentes as políticas que estimulam o crescimento da produção agroalimentar associados à valorização das culturas alimentares, aquisição de alimentos da agricultura familiar e local. Essas estratégias

de compra direta do agricultor contribuem para a geração de renda, diminuindo a pobreza rural e propulsionando o desenvolvimento local e regional (Vieira et al., 2020).

Entretanto, o aumento na produção de alimentos tem sido significativo. No entanto, diversos obstáculos ainda impedem que as famílias e o país tenham acesso suficiente para comprar e satisfazer suas necessidades alimentares básicas. Questões como instabilidade na oferta e demanda, desastres naturais e provocados pelo homem têm contribuído para a falta de alimentos (FAO, 1996).

A fome e a insegurança alimentar são problemas globais que tendem a persistir e, até mesmo, aumentar em algumas regiões, a menos que medidas urgentes sejam tomadas para lidar com o crescimento populacional e a pressão sobre os recursos naturais (FAO, 1996). No entanto, o mesmo cenário ainda é observado atualmente, em pesquisa realizada pela FAO et al. (2024), aproximadamente 2,33 bilhões de pessoas no mundo foram afetadas por insegurança alimentar grave ou moderada, este número não muito desde a pandemia de Covid-19. Sendo assim, mais de 864 milhões de pessoas foram afetados por insegurança alimentar grave, ou seja, muitas vezes ficavam sem comer o dia todo, apesar da América Latina apresentar melhorias, o número continua elevado desde 2020, os desafios ainda persistem principalmente no continente africano onde quase 60% da população sofre de insegurança alimentar grave ou moderada.

Ainda de acordo com os mesmos autores, se as tendências atuais persistirem, aproximadamente 582 milhões de pessoas estarão cronicamente subnutridas em 2030, metade delas localizadas no continente africano.

No contexto geral, os governos precisam colaborar de forma ativa tanto entre si como com as organizações das Nações Unidas, instituições financeiras e demais organizações, em programas que tenham como objetivo principal garantir a segurança alimentar para toda a população.

A pobreza e a insegurança alimentar estão, primeiramente, associadas a uma visão dos Direitos Humanos. A comida é essencial para a vida humana e, portanto, um requisito inalienável das pessoas. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi assinada, estabelecendo a alimentação como um direito humano fundamental reconhecido internacionalmente. Portanto, a insegurança

alimentar da população ocorre em razão da não concretização do direito à alimentação (FAO, 2011).

Alimentação escolar se torna porta de entrada para a garantia de direito humano à alimentação, de acordo com Magalhães e Buani (2016), a iniciativa tem sido procurada por países em desenvolvimento como uma maneira de alcançar o progresso sustentável em relação à segurança alimentar. Além disso, os programas de alimentação escolar também podem trazer impactos em diferentes áreas. Um exemplo disso é a melhora nos indicadores de educação e saúde tanto dos estudantes quanto de suas famílias.

No contexto guineense, de acordo com Dias (2011), a preocupação com segurança alimentar e nutricional é antiga na Guiné-Bissau, desde a época de independência dando maior ênfase às questões relacionadas com a insegurança alimentar, tendo em conta o potencial de melhoria de aspectos essenciais para promover a segurança alimentar e melhorar a qualidade de vida das populações.

Desse modo, os programas de alimentação escolar desempenham papel fundamental para promoção de segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento local. As atividades e a inclusão de educação nutricional nos currículos das escolas, fazem parte das diretrizes dos dois programas de alimentação escolar, assim, a segurança alimentar e nutricional está diretamente relacionada aos aspectos de segurança alimentar e qualidade nutricional dos alimentos e dietas dos alimentos ofertados nas escolas.

3.2.1 (In) segurança alimentar no contexto guineense

De acordo com Inquérito de Sistema de Seguimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SISSAN), a Guiné-Bissau é um país com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, tendo 69% da população vivendo abaixo da linha de pobreza, com 33% em extrema pobreza (SISSAN, 2020).

Segundo PMA (2019), a República de Guiné-Bissau é um país com déficit alimentar e de baixa renda, se depara com grandes desafios, apesar de possuir riqueza na agricultura, mineração, pesca e turismo. A luta por uma governança estável remonta a independência (1973), com a constante instabilidade política, a segurança

alimentar e nutricional se torna difícil no país, sobretudo para as crianças, idosos e mulheres rurais, as alterações climáticas enfraquecem ainda mais a SAN.

Nesse sentido, Santy (2021) salienta que o déficit alimentar no país é o resultado do frágil sistema de produção agrícola, associado à inexistência do setor industrial ativo, e da ineficácia do mercado local. “Esta situação é atenuada pela importação de alimentos básicos, que constituem grande parte do abastecimento, essa situação é atenuada com as importações de alimentos essenciais que constituem a grande parte das provisões e a consequente disponibilidade da alimentação para os guineenses” (SANTY, 2021, p.36).

Segundo o Ministério de Economia e Finanças (2019), a questão da segurança alimentar e nutricional tem se tornado cada vez mais importante nos programas e políticas de desenvolvimento implementadas no país. Entretanto, apesar dos esforços endossados pelos principais atores que atuam neste setor (parceiros internacionais, governo, e organizações da sociedade civil), o país ainda se depara com desafios.

Maioria dos países com baixos rendimentos e com déficit alimentares estruturais globais (produção alimentar interna abaixo das necessidades internas globais), como a Guiné-Bissau, enfrentam desafios decorrentes de causas estruturais e conjunturais que têm impactos diretos na organização e governança de SAN (Fórum Sociedade Civil, 2013).

No caso de Guiné-Bissau, as causas estruturais abrangem: instabilidade política crônica, infraestruturas rodoviárias em péssimas condições ou inexistentes, entre outras.

A instabilidade política com grandes consequências econômicas e sociais, é uma das causas para explicar a pobreza e insegurança alimentar e nutricional no país. Segundo Dias (2011), a pobreza pode ser apontada tanto como causa quanto como consequência da insegurança alimentar e nutricional por estar correlacionada com problemas nutricionais e sociais na infância, pois, esta impacta na menor produtividade na fase adulta e na contração de doenças crônicas não transmissíveis, assim como, grandes impactos socioeconômicos no desenvolvimento do país.

As causas conjunturais estão relacionadas com as crises econômicas sucessivas que impactam drasticamente nos rendimentos agrícolas e acompanhado de crises alimentares recorrentes, estas condições levaram muitas famílias a uma situação de precariedade e de insegurança alimentar crônica. Por outro lado, a acessibilidade de alimentos é afetada fortemente pela pobreza e pelos termos de troca entre caju e arroz, entretanto, outro fator limitante é o acesso monetário à alimentação, uma vez que as famílias gastam mais de 65% de suas despesas em alimentação o que revela a grande vulnerabilidade, nas zonas rurais a situação é particularmente crítica uma vez que, muitos dependem dos rendimentos de castanha de caju (Fórum Sociedade Civil, 2013).

Diante disso, a problemática de segurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau tem três causas de diferentes níveis, que são disponibilidade, acesso e utilização, conforme aponta Ministério de Economia e Finanças (2019):

1) Ao nível da disponibilidade, existe de facto um défice de produção de alimentos que resulta da ausência de uma estratégia de desenvolvimento do sector agrícola, da dificuldade de acesso, por parte dos pequenos produtores, a mercados e, essencialmente, pela ausência de estruturas públicas e associativas que apoiem a produção e os produtores. 2) Ao nível do acesso, existe um problema grave associado à escassez de rendimentos da generalidade da população, o que não lhes permite adquirir produtos alimentares de qualidade no mercado, mesmo que eles estejam disponíveis. Além do mais, verifica-se a ausência de uma política que permita às famílias mais vulneráveis e de baixa renda usufruírem de um mecanismo que possibilite o seu acesso aos alimentos de forma equitativa. 3) Ao nível da utilização, existe igualmente a necessidade de promover a diversificação alimentar, com vista à preparação de refeições mais equilibradas e mais ricas do ponto de vista nutricional. Este processo deverá ser acompanhado da intensificação e da expansão de programas de cantinas escolares associados a um maior acesso à informação e a uma maior sensibilização da população sobre a importância da segurança nutricional. Este processo deve ainda contemplar a presença, junto da comunidade, de agentes de nutrição para a orientação e a vigilância nutricional das comunidades mais vulneráveis. (MINISTÉRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, 2019, p.05)

A insegurança alimentar se deve à baixa produtividade agrícola, pobreza, desigualdades sociais, acesso limitado aos alimentos e a pouca diversificação da produção devido a monocultura de caju no país, além do mais, o país é extremamente dependente do mercado exterior pelos fatores aqui citados (MINISTÉRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, 2019)

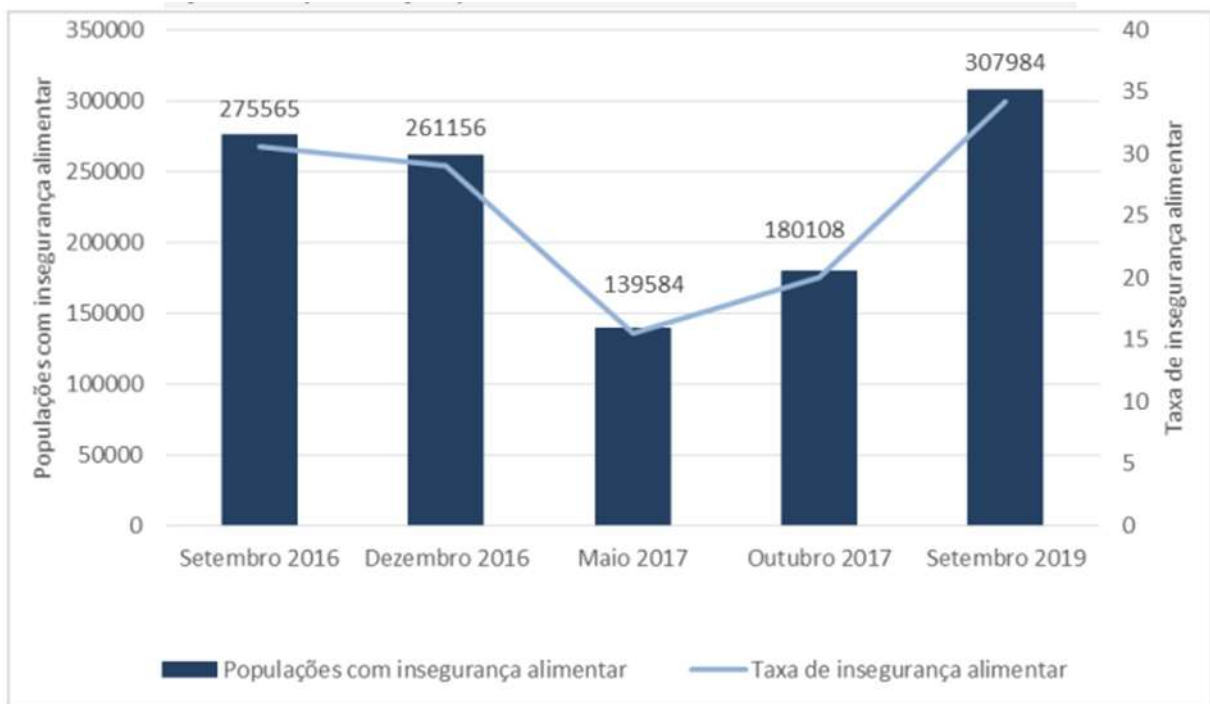
Segundo a FAO, a União Europeia (EU) e o CIRAD (2022), a falta de diversificação de produção agrícola limita o crescimento econômico. Na Guiné-Bissau,

a expressiva produção de caju e as vantagens logísticas dos grandes exportadores prejudicam os pequenos produtores, entretanto a pobreza extrema da zona rural (61%) e o êxodo rural (44% da população é urbana) reduzem a mão de obra agrícola e impacta negativamente na produção de arroz. A infraestrutura inadequada e a falta de recursos para o setor são um dos fatores da baixa produção agrícola.

O país ocupa a 99ª posição no ranking da fome em 2019, com a pontuação de 29,6, o que indica um problema sério de fome e desnutrição (SISSAN, 2020).

De acordo com o SISSAN (2019), em setembro de 2019, 30,7% dos agregados familiares apresentam insegurança alimentar no país, sendo 34,2% nas zonas rurais, e 19,2% na urbana, (figura 2).

Figura 2 - Evolução da Insegurança Alimentar entre 2016 e 2019 na Guiné-Bissau.



Fonte: SISSAN, 2019

Entre os anos de 2016, 2017 e 2019, observou-se uma melhoria na segurança alimentar. A partir de 2017, essa melhoria foi associada ao aumento na comercialização de castanha de caju, como ilustrado pelo gráfico. Em 2017, a boa campanha de comercialização de castanha de caju permitiu que os agricultores

aumentassem seu rendimento, o que, por sua vez, facilitou o enfrentamento de problemas alimentares.

No entanto, os meses de setembro, agosto e outubro foram identificados pelos agregados familiares como períodos de maior dificuldade de acesso aos alimentos. Em contraste, os meses de abril, maio e junho, que coincidem com a época de comercialização do caju, foram associados a uma melhoria no acesso aos alimentos (SISSAN, 2019).

Santy (2021) salienta que a cultura de caju fornece rendimentos monetários, tanto provenientes da venda como pela troca do arroz importado, o que permite aos agricultores familiares cobrirem a média das suas necessidades alimentares de quatro a seis meses.

A ênfase nas culturas de renda, como caju, em detrimento das culturas alimentares, tornou o país duplamente dependente dos preços do mercado global desses produtos (castanha de caju) e das importações de produtos de primeira necessidade, como o arroz da Tailândia. Além disso, devido à baixa taxa de processamento de castanha de caju (apenas de 1 à 2%, em comparação com 17% no Burkina Faso, 20% em Moçambique e 180% na Índia), a capacidade de transformação dos produtos exportados reduz as receitas privando o país de rendimentos (Fórum Sociedade Civil, 2013).

O país é muito dependente do mercado global e, embora evite práticas ambientais destrutivas comuns em economias modernas, depende da produção e exportação de caju.

O país é profundamente dependente do mercado mundial, mas, ao mesmo tempo, não se encaixa perfeitamente na categoria de economia moderna e na maioria das vezes esquivou formas de produção e consumo ambientalmente destrutivas que outros países sofrem, exceto por sua dependência da produção e exportação de caju. Esse aspecto não é mais uma grande desvantagem como se pensava, pois o mundo lida com as consequências negativas da economia moderna, incluindo as mudanças climáticas, e tenta se transformar para uma mais sustentável. Apresenta um passo à frente de outros países com cajus orgânicos e produtos de gado sem drogas, mas esse fato não é amplamente reconhecido, e os agricultores se esforçam para adotar mais a agricultura insustentável que prevalece nos países desenvolvidos além de aumentar a dependência do caju. Com a modernização, a estrutura sociocultural tradicional enfraqueceu sem nada substituí-la, interesses e capacidades divergiram e o ambiente político é imprevisível. A sociedade tem gravitado para ganhos de curto prazo e poucos investimentos. O que está em falta crítica é informação, habilidades e recursos para navegar melhor no mundo em evolução, mantendo os

elementos tradicionais que contribuem para a sustentabilidade e uma visão comum para o futuro que aceite essas necessidades e que beneficie todos os grupos sociais (FAO, UE e CIRAD, 2022, p.5)

Contudo, a monocultura de castanha de caju potencializa a insegurança alimentar. Os agricultores deixam de plantar outros tipos de alimentos em detrimento do caju por ser o principal produto exportado no país.

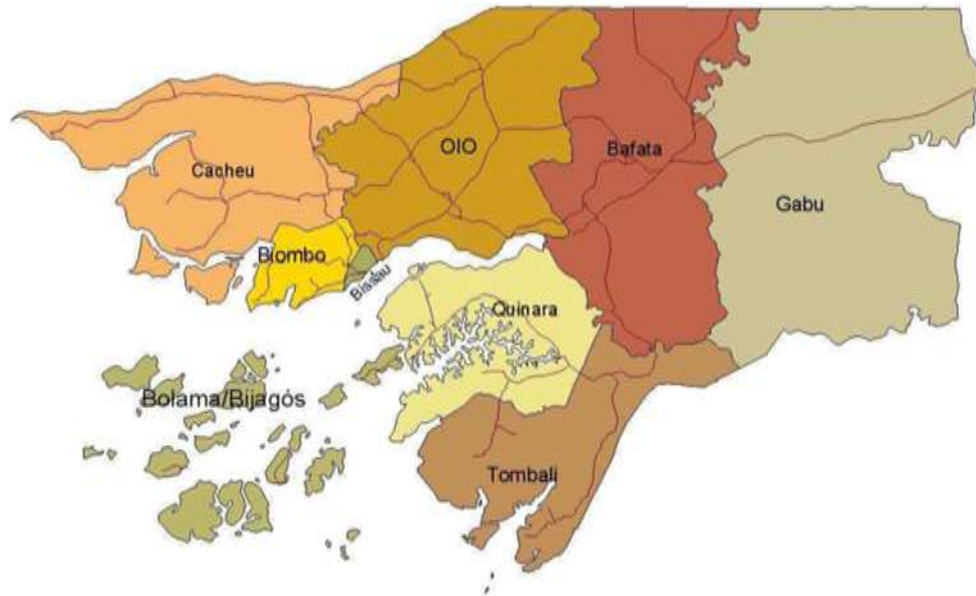
Em meados da década de 1990, houve um rápido crescimento na produção de caju (seis vezes mais do que o habitual). Por ser uma árvore resistente e as condições socioeconômicas e ecológicas são adequadas para a monocultura, entretanto, os maiores exportadores de caju também são grandes importadores de arroz, e têm mais vantagens em relação aos pequenos agricultores por criarem suas infraestruturas, meios de transporte e logísticas para as atividades comerciais (FAO, UE e CIRAD, 2022).

Conforme aponta SISSAN (2019), no país existem dois principais períodos de colheita, o período para colheita de cereais, sobretudo o arroz, que acontece de novembro a fevereiro, e o período da colheita de castanha de caju, que é nos meses de abril a junho.

Segundo Santy (2021), a situação de insegurança alimentar é quase permanente, principalmente nos meses de julho, agosto e setembro, existe forte sazonalidade relativamente à dependência de mercado do consumo de arroz. O setor primário, que inclui agricultura, pecuária, pesca e silvicultura, é a atividade econômica mais importante do país, produzindo quase 50% do PIB e 93% das exportações.

Administrativamente, o país está dividido em oito regiões (Figura 3): Bafatá, Biombo, Bolama-Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara e Tombali, como mostra a figura abaixo. Estas regiões estão subdivididas em 36 setores, e o setor autônomo que é Bissau (capital do país).

Figura 3 - Mapa Administrativo de Guiné-Bissau.



FONTE: INE, 2017

No ano de 2017, no meio rural, algumas regiões do país apresentaram taxas de insegurança alimentar mais altas do que a média nacional (20%). São elas: as regiões de Quinara (27%); Oio (22,5%) e Cacheu (22,2%). As regiões de Bafatá, de Biombo, de Tombali, de Gabú e de Bolama/Bijagós registram taxas de insegurança alimentar abaixo da média nacional, segundo o último inquérito do SISSAN em 2017 (MINISTÉRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, 2019).

Entretanto, em 2019, as maiores taxas de insegurança alimentar e nutricional, que, por sinal, excederam a média geral de 30,7%, foram nas regiões de Gabú (39,7%), Biombo (38,3%), Oio (37,5%) e Cacheu (36,9%), como mostra a (figura 4) (SISSAN, 2020).

Figura 4 - Mapa de Insegurança alimentar por região de Guiné-Bissau em 2019.



Fonte: SISSAN, 2019.

As regiões de Oio e Cacheu têm sido as regiões mais afetadas quanto à insegurança alimentar, por vários anos. Todavia, a taxa de insegurança alimentar varia entre as famílias chefiadas por mulheres e homens da zona rural e urbana, assim como o nível da escolaridade. Segundo o Ministério de Economia e Finanças (2019):

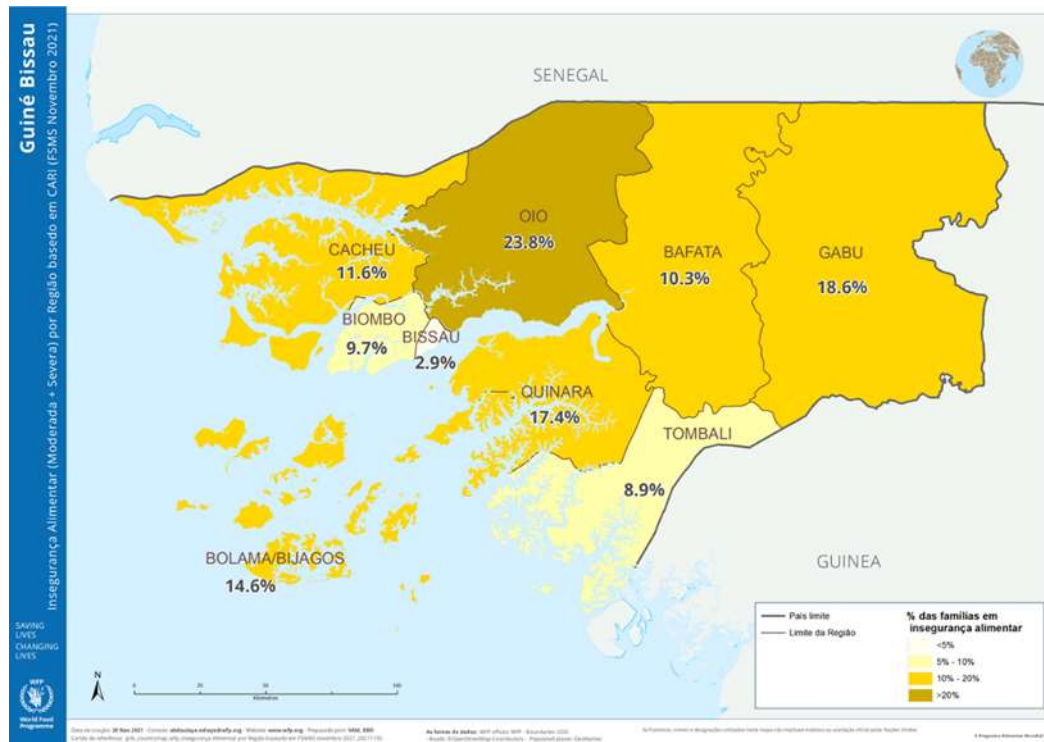
Os agregados familiares chefiados por mulheres são os mais afetados pela insegurança alimentar, quando comparados com os dirigidos por homens, da mesma forma que os agregados familiares chefiados por pessoas não-instruídas (21%) apresentam uma maior insegurança alimentar do que os chefiados por pessoas instruídas (17,8%). A insegurança alimentar afeta mais os agregados urbanos chefiados por homens (3,4%) do que os chefiados por mulheres (2,2%). (MINISTÉRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, 2019, p. 12)

Pode-se observar uma redução de insegurança alimentar nos finais de 2021 ao início de 2022 de acordo com o último inquérito de SISSAN realizado pelo PMA em parceria com alguns institutos do país.

De acordo com PMA (2022), a taxa de insegurança alimentar varia por região, a capital Bissau com (2,9%), Biombo (9,7%), Bafatá (10,3%), Bolama bijagós (14,6%),

Cacheu (11,6%), Gabú (18,6%), Oio (23,8%), Quinara (17,4%), Tombali (8,9%). A situação de insegurança alimentar varia de região para região. As regiões de Oio, Gabú, Quinara, Bolama Bijagós e Cacheu, são as mais afetadas pela IA, entretanto, o Setor Autônomo de Bissau (SAB) é o menos afetado, (Figura 5).

Figura 5 - Mapa ilustrativa da redução de insegurança alimentar por região entre 2021 e 2022.



Fonte: PMA, 2022.

Diante dessa conjuntura, Santy (2021) aponta três elementos da economia nacional para analisar o cenário da insegurança alimentar no país: 1) o déficit estrutural da produção nacional de alimentos em relação às necessidades de consumo da população, 2) limitada capacidade de gerar divisas pelo Estado para comprar alimentos no mercado internacional, 3) a política alimentar inadequada na gestão das ajudas alimentares.

As políticas públicas e os programas voltados para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, combate à fome, pobreza e desenvolvimento da agricultura familiar, respaldados por relações internacionais, se evidenciam como ferramentas fundamentais para desenvolvimento socioeconômico de um país. Os programas de alimentação escolares desempenham papel fundamental para o bem-

estar das crianças e para o desenvolvimento tanto educacional como social e econômico das comunidades.

Existem políticas públicas e programas que visam melhorar a segurança alimentar e nutricional, erradicar a fome, a pobreza e desenvolver a agricultura. Por exemplo, no Brasil, o PNAE é um dos maiores programas de alimentação do mundo, comumente conhecido como merenda escolar, teve origem na década de 1940. Tem o caráter universal e gratuidade na oferta das refeições, além da participação da comunidade, também inclui o Direito Humano à Alimentação Adequada entre as suas principais diretrizes, tendo ênfase na alimentação saudável, desenvolvimento comunitário e conscientização das ações de educação alimentar e nutricional, e o oferecimento dos alimentos nas escolas, assim como, contextualizar à pedagogia do aprender a fazer, conhecer, conviver, aprender a ser, de acordo com o relatório de Delors (2000), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (Peixinho, 2011, pg 31).

No contexto africano, em Moçambique, por exemplo, as ações vinculadas à alimentação escolar têm sido implementadas desde 1977, com apoio internacional de parceiros de cooperação, representados pelo PMA. Essas ações visam distribuir alimentos para famílias e casas de estudantes em todo o país (Manjama, 2016).

De forma similar, Guiné-Bissau implementou o programa de alimentação escolar na década de 1990, como mostraremos posteriormente.

O PNCE é uma política pública educacional que tem como foco o acesso e a permanência de crianças na educação do ensino básico. Além de considerar a permanência das crianças e permitir que concluam o ensino básico com qualidade, outro foco é a igualdade de gênero (permanência das meninas). Devido aos fatores socioculturais do país, os meninos são mais propensos do que as meninas a concluir os estudos, portanto, as meninas são vistas como cuidadoras de casa. Para a operacionalização da Cantina Escolar, o programa conta com a colaboração de parceiros internacionais, ongs nacionais e interministeriais.

3.2.2 Programas e políticas públicas para a alimentação escolar em Guiné-Bissau

No contexto dos programas de alimentação escolar, a política pública desempenha um papel crucial na formulação e implementação de iniciativas destinadas a garantir que as crianças tenham acesso a refeições nutritivas durante o período escolar. Isso inclui o estabelecimento de diretrizes, alocação de recursos, definição de padrões de qualidade e supervisão dos programas. A política pública também pode envolver parcerias com organizações de sociedades civil, setor privado e comunidades locais para fortalecer os programas de alimentação escolar. Em suma, a política pública é fundamental para criar um ambiente favorável que promova a saúde e o bem-estar das crianças através de programas de alimentação escolar eficazes e abrangentes.

A política pública surgiu nos Estados Unidos da América (EUA), no início dos anos 1950, como área de conhecimento e disciplina acadêmica, ao contrário das fases seguidas pela tradição europeia de estudo e pesquisa nesse campo, tinham mais foco nas análises sobre o Estado e suas instituições ao invés da produção dos governos (Souza, 2006). Por isso, entende-se que essas políticas se baseiam em objetivos ou estratégias para alcançar um resultado específico. Para esta pesquisa, podemos pensar em um viés de melhorar a educação, reduzir a pobreza e fomentar o crescimento econômico. Uma vez que, há ampla gama de áreas, desde a saúde pública e a educação até a segurança nacional e a justiça social.

E, dentro destas dinâmicas de interesse e mudanças, na década de 1970, o interesse por áreas políticas específicas aumentou na Europa, sendo assim, o planejamento e as políticas setoriais se expandiram significativamente com a ascensão da social-democracia (Frey, 2000). Isto significa que, as políticas são desenvolvidas e aplicadas em nível nacional, regional ou local, envolvendo diferentes tipos de organizações, como agências governamentais, organizações sem fins lucrativos ou grupos da sociedade civil. Partindo deste pressuposto, segundo Souza (2006), o campo das políticas públicas emergiu como resultado de pesquisas baseadas em teoria explicativa sobre o Estado e uma das suas instituições fundamental que é o governo, criador de políticas públicas, pois, além de desenvolver as políticas públicas, é necessário implementá-las, acompanhar ou monitorar sua eficácia para determinar se está obtendo os resultados desejados ou não.

A área das políticas públicas teve notoriedade por vários motivos, como aponta Souza (2006):

O primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade. O segundo fator é que novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gasto. O terceiro fator, mais diretamente relacionado aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, é que, na maioria desses países, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população (SOUZA, 2006, p.02).

Há distintas definições de políticas públicas na literatura de ciência política, dentre as quais se destaca aquela que apresenta como respostas do poder público a problemas políticos. Em outras palavras, nessa definição, políticas referem-se a iniciativas estatais em resposta a demandas sociais relacionadas a problemas políticos ou coletivos (Schmidt, 2018).

Conforme esclarece Souza (2006):

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (SOUZA, 2006, p. 05).

Ainda sob ótica de Souza (2006), a política pública pode ser resumida como o campo do conhecimento que busca colocar o governo em ação e/ou a posteriori analisar a ação do governo e propor mudanças quando necessário. Conforme aponta Souza (2006, p.05), “a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1936), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”.

Segundo Schmidt (2018, p. 04), apenas um conceito se destaca mais dos outros: “políticas públicas são respostas do poder público a problemas políticos. Ou seja, as políticas designam iniciativas do Estado (governos e poderes públicos) para

atender demandas sociais referentes a problemas políticos de ordem pública ou coletiva”.

Para Schmidt (2018), compreendendo uma ampla gama de ações em diferentes áreas, as políticas foram categorizadas de diferentes maneiras, com base em critérios como cobertura populacional, conflito e eficiência.

As políticas públicas podem ser classificadas de acordo com as áreas que abrangem. Elas podem ser políticas sociais, econômicas e de infraestrutura. Conforme aponta Schmidt (2018):

1) Políticas sociais e políticas econômicas (T. H. Marshall). As políticas sociais dizem respeito às medidas e ações de proteção social, especialmente nos campos da saúde, educação, habitação, seguridade e assistência social. As políticas econômicas incluem fundamentalmente política fiscal, política monetária, incentivos e controles sobre setores da economia e comércio internacional. 2) Políticas universais e políticas focalizadas (Meny e Thoenig). Políticas universais afirmam direitos para o conjunto dos cidadãos. Políticas focalizadas destinam-se a alguns setores sociais e frequentemente assumem caráter assistencial. 3) Políticas de governo e políticas de estado. Essa distinção, bastante controvertida nos debates brasileiros, pode ser adequadamente estabelecida, conforme Bucci (2013), com base em dois critérios fundamentais: institucionalização e legitimação política. Políticas de governo expressam opções de um governo ou de governos com a mesma orientação ideológica; estão menos enraizadas na institucionalidade estatal e menos legitimadas pelo conjunto das forças políticas. Políticas de estado expressam opções amplamente respaldadas pelas forças políticas e sociais, têm previsão legal e contam com mecanismos e regulamentações para a sua implementação (SCHMIDT, 2018, p.11).

As políticas sociais referem-se às ações que determinam os padrões de proteção social implementados pelo Estado e, em princípio, visam a redistribuição dos benefícios sociais a fim de reduzir as desigualdades estruturais causadas pelo desenvolvimento socioeconômico. Ademais, as políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX que se concentraram no conflito surgido entre capital e trabalho no desenvolvimento da primeira revolução industrial (HOFLING, 2001).

O conceito de políticas públicas sociais é, do mesmo modo, multiforme. Essa característica se deve a que pode carregar elementos de diferentes ciências, como as ciências jurídicas, econômicas, históricas e sociais e, assim sendo, se relacionam com as realidades onde se desenvolvem, visando concretizar direitos mediante ações (Bittencourt, 2011, p. 128 apud Bucci, 2006)

Bittencourt (2011) mostra que dentro das políticas sociais, principalmente nas educacionais, os programas de alimentação escolar transformaram em instrumentos visíveis de garantia de equidade e oportunidades para os estudantes de vários países, eles são considerados como o certo modo de ampliar o espectro educacional ao tempo em que colaboram com a saúde.

Em relação a políticas sociais, vários países da África ocidental, como no caso da Guiné-Bissau, se dedicaram a desenvolver projetos que protejam a segurança alimentar e nutricional, apoie a agricultura familiar, atuando estrategicamente no combate à fome, apoiando cantinas escolares que alimentam crianças e jovens de escolas públicas locais (DJU, 2022). Diante disso, é fundamental entender as realidades de segurança alimentar e nutricional, a agricultura familiar nos países africanos, principalmente da África Ocidental, para compreender o potencial e a importância de tais programas.

Conforme aponta Dju (2022), na África Ocidental, as políticas públicas para garantia de segurança alimentar e nutricional, combate à fome, ao desenvolvimento local por meio da agricultura familiar, vem ganhando destaque, especificamente em Guiné-Bissau, com intuito de erradicar a fome, a pobreza e a desnutrição, principalmente entre as famílias mais vulneráveis, além de promover aumento da frequência escolar, assim como, de fornecer alimentação escolar para os alunos mais pobres.

Os programas de alimentação escolar são iniciativas que garantem acesso a refeições nutritivas para crianças em idade escolar.

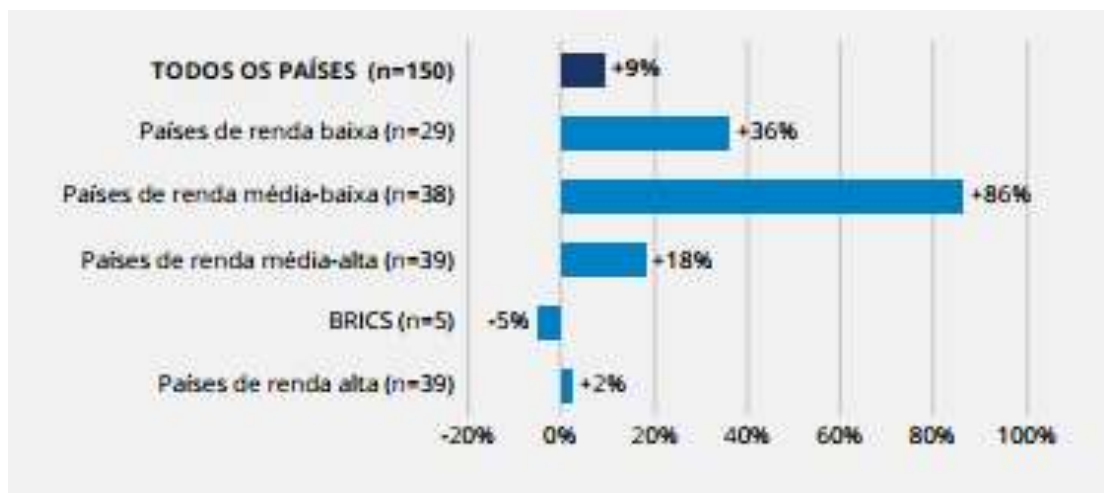
Além disso, foi reconhecido que os programas sociais são ferramentas catalisadoras das economias locais, ao passo que realizam compras com os agricultores familiares de uma forma direta, sendo assim, diversos países têm vindo a estabelecer e implementar essa iniciativa como prioridade (Schwartzman et al. 2017).

O PMA foi criado em 1961, desempenhou um papel significativo na expansão e implementação de programas de alimentação escolar em todo o mundo. Inicialmente, esses programas visavam principalmente atender as necessidades de crianças em situações de emergência ou em países em desenvolvimento.

De acordo com PMA (2013), com base em uma amostra envolvendo 169 países do mundo, possuem programas de alimentação escolar. Estima-se que pelo menos 368 milhões de crianças são alimentadas nas escolas.

O número de crianças beneficiárias da alimentação escolar no mundo aumentou significativamente, de 2013 a 2020, principalmente nos países de baixa renda e renda média baixa, como mostra a Figura 7.

Figura 7 - Evolução da oferta de alimentação escolar no mundo entre 2013 e 2020.



Fonte: PMA, 2020.

Bittencourt (2011) ressalta que a preocupação alimentar ganhou um lugar considerável nas agendas dos governos das entidades supra governamentais no último século e, durante a última década, da maneira que seja possível identificar iniciativas claras para analisar o problema por meio do combate à pobreza, tendo como princípio a cobertura alimentar básica, considerando o déficit alimentar como a fonte social principal.

Todas as evidências mostram que os programas de alimentação escolar, juntamente com outras iniciativas de proteção social, estão entre os investimentos de longo prazo mais inteligentes que qualquer governo pode realizar (PMA, 2020).

Os esforços para o combate à fome difundiram as ideias que correlacionam alimentação e educação. Segundo Bittencourt (2011):

No bojo dos esforços humanitários em prol do combate à fome se disseminaram as ideias que relacionam a alimentação e a educação. Essa ideia, que não é nova na América Latina, está sendo difundida por organizações multilaterais na maioria dos países periféricos e/ou em guerra.

Um deles é o PAM2 – Programa Mundial de Alimentos – que, mediante o FFE3 – Educação para a Alimentação – se encarrega de disseminar programas de alimentação escolar. Esses programas, quase sempre, são efetivados por organizações não-governamentais ou supra governamentais com ajuda de voluntários; os recursos provêm de doações e financiamentos de organismos internacionais como a ONU. Nessas ações, os estados são parceiros e, em muitos casos, coadjuvantes (Bittencourt, p. 21, 2011)

Diante disto, o Programa Mundial de Alimentos é a maior agência de assistência humanitária no mundo para segurança alimentar e nutricional, presente em 72 países e com a operação dos Programas de Alimentação Escolar, atua na emergência, elaboração de programas curto e longo prazo em apoio a construção de políticas públicas voltadas para a alimentação e nutrição e em desenvolvimento de capacidades (PMA, 2013).

O PMA opera em contextos de desenvolvimento e intervém em programas de desenvolvimento identificados como prioritários pelos governos que recebem assistência.

Fomenta os seus projetos humanitários e de desenvolvimento por meio de contribuições voluntárias. Estas doações normalmente vêm em três formas diferentes: dinheiro, alimentos ou itens necessários para cultivar, preparar ou armazenar alimentos (Magalhães; Buani, 2017).

De acordo com Belmont *et al* (2013), a assistência alimentar promove uma maneira de lidar com a insegurança alimentar temporária e crônica. Esse apoio inclui doações monetárias para compra de alimentos, reduções artificiais de preços, captação de recursos e entrega direta de alimentos para consumo domiciliar ou local, bem como, de programas mais elaborados de desenvolver a produção e distribuição de alimentos. “São medidas que podem ser financiadas com recursos próprios do Estado ou provenientes do exterior. O papel da assistência alimentar é proporcionar alívio em uma emergência e contribuir para a estabilização de pessoas e regiões afetadas” (Belmont *et al.*, 2013, p.10).

Ainda em conformidade com Belmont *et al.* (2013), a ajuda alimentar é entendida como um auxílio na forma de *commodities*, isso pode complementar os programas de ajuda alimentar na forma de alívio da balança de pagamentos substituindo as importações comerciais ou como apoio orçamentário por meio da receita obtida com a venda deles. Esta ajuda é fornecida de três maneiras: assistência

direta com entregas de alimentos comprados no mercado; negócios triangulares em que os alimentos doados são provenientes de países em desenvolvimento; ou compras locais feitas no mercado do país anfitrião.

Sob a ótica de Mosseau (2017), a ajuda alimentar tem sido utilizada como forma de escoar os excedentes e favorecer o mercado dos países doadores por décadas. Entretanto os países doadores “alimentam o mundo” em desenvolvimento em troca de beneficiar seus próprios agricultores vendendo suas produções e encontrando novas oportunidades e mercados comerciais no mundo todo, contudo, existem muitos exemplos de ajuda alimentar baseada na oferta que não cumpre as normas adequadas e nem às necessidades das populações afetadas.

No PNCE por exemplo, existe uma troca de notas entre os governos de Japão, Coreia do Sul e o da Guiné-Bissau, essa troca consiste na “oferta de arroz e sardinha” nas cantinas escolares, posteriormente discutiremos em mais detalhes sobre como se dá essa “ajuda” e o seu impacto na SAN do país.

O PMA tem desempenhado papel fundamental em diversos projetos no país, sendo como o principal intermediário da ajuda alimentar entre os países doadores e o governo de Guiné-Bissau no âmbito do programa de alimentação escolar.

Ainda convém lembrar que, atualmente, o objetivo principal do PMA vai além do auxílio emergencial e está alinhado com a estratégia brasileira de Fome Zero para o combate à insegurança alimentar. Do mesmo modo, o programa busca fortalecer as capacidades nacionais dos próprios países em situação de insegurança alimentar a reduzir a fome em seus territórios (Magalhães; Buani, 2017).

De acordo com Cavalcanti (2019), a assistência humanitária pode ser classificada em ações de curto, médio e longo prazo, realizadas de formas ágeis a partir da demanda enviada pelos países afetados, quando reconhecido que os direitos humanos e a soberania alimentar e nutricional daquela população foram feridos, em colaboração com o país afetado ou através das agências especializadas das Nações Unidas, como a FAO, a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente - UNRWA, e o PMA (Cavalcanti, 2019, p.16).

O PMA, por ser uma agência de assistência humanitária, pode estar em qualquer país em situação de emergência, independente de cooperação ou não.

Sendo assim, primeiramente é feita uma distinção das áreas em situação de emergência para se ter a assistência humanitária, conforme aponta Cavalcanti (2019):

Para detectar a precisão da ação de assistência humanitária precisam ser distinguidas regiões em situações de emergências. Neste âmbito são situações de emergência aquelas que denigrem o direito mínimo humanitário originadas por desastres naturais, como: tsunamis, ciclones, furacões, terremotos, etc., e aquelas consequências da ação da ação humana, como guerras, conflitos armados e a miséria. Ou seja, a qualquer sinal dessas situações de emergência poderá haver a ação internacional de intervenção através da ajuda humanitária, variando seus tipos conforme o planejamento estratégico emergencial para aquela atuação (Cavalcanti, 2019, p.15)

Para ilustrar a importância desses programas, podemos destacar exemplos ao redor do mundo. Por exemplo, o PNAE no Brasil, que oferece refeições balanceadas para milhões de estudantes diariamente, contribuindo não apenas para sua nutrição, mas também para o fortalecimento da agricultura familiar local. Na Guiné-Bissau, que é foco do nosso trabalho, as intervenções (de caráter emergencial) do programa começaram no ano de 1974, primeiros anos da independência, com objetivo de apoiar a população das zonas mais afetadas pela guerra de libertação nacional. Apoiavam com alimentação nos programas de trabalho de reabilitação de campos e estradas e a restabelecer a vida. Essa ajuda também incluiu assistências às mulheres e crianças mal nutridas em hospitais e centros de nutrição (Gomes, 2014).

De acordo com Gomes (2014), à medida que o conflito armado se agrava, as aldeias (tabancas), especialmente aquelas sob a influência do grupo guerrilheiro do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), foram ameaçadas de represálias e forçadas a alimentar e por vezes a alojar os guerrilheiros. Como consequência, muitas pessoas abandonaram seus campos de agricultura e muitas terras agrícolas foram inundadas pelo aumento da água do mar. No entanto, a primeira intervenção visava a reconquista destes arrozais com a construção de barragens no berço do mar. Essas barragens eram visualizadas com a dupla função: impedir a intrusão de água salgada e evitar o escoamento de águas pluviais.

Devido à baixa taxa de matrículas escolares no país na década de 1990, principalmente das meninas, fez com que o programa mudasse as estratégias para educação. Conforme aponta DJU (2022), em consequência à baixa taxa de matrícula de estudantes nas escolas, o PMA mudou o foco de intervenção no setor da educação

com objetivo de ajudar as crianças, especialmente as das zonas rurais, que vão para a escola com fome e caminham longas distâncias para a escola podem ser encorajadas a se alimentar e permanecer na escola até o final de seus estudos.

A alimentação escolar desempenha papel fundamental nesse processo. Segundo PMA (2013), alguns países da Costa Ocidental da África adotam diversas estratégias para o combate à fome, minimizando a insegurança alimentar e a desnutrição, fornecendo alimentos para crianças em idade escolar. Tais políticas e os programas são ferramentas fundamentais para o combate à insegurança alimentar.

De acordo com Gomes (2014), a Guiné-Bissau nunca tinha instituído um programa de alimentação escolar, entretanto, o PNCE surgiu por meio da iniciativa do PMA como uma das suas estratégias de intervenção nos programas de desenvolvimento em países de emergência. Sendo assim, “os programas diziam-se, neste caso, ajuda alimentar, e o PAM trabalhou com este conceito por muito tempo. Hoje, converteu-se este conceito de ajuda alimentar para assistência alimentar (Gomes, 2014, p. 97).

Ao longo dos anos, o país tem recebido recursos oriundos para ajuda ao desenvolvimento, tanto ao nível multilateral como bilateral. Semelhante a outros países em desenvolvimento, a Guiné-Bissau se depara com desafios para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável. Corroborando com Gomes (2014), tais desafios são significativos, especificamente em relação à redução de pobreza, acesso à água potável, Malária⁵.

Salienta-se que, com as políticas nacionais e os apoios prestados pelos parceiros multilaterais e bilaterais, foram registrados progressos importantes quanto à redução de mortalidade infantil, promoção de igualdade de gênero e a educação universal (Gomes, 2014, p. 53). Corroborando com Cambanco (2019, p.21):

[...] o país possui uma economia muito debilitada e é justamente por essa razão que ele vem estabelecendo acordos de cooperação com os países economicamente mais fortes – dos quais é muito dependente [...] de modo a fazer face as mazelas, proporcionar o bem estar e um padrão de vida razoavelmente bom para a sua população que vive abaixo de linha de

⁵ A malária é uma doença infecciosa febril aguda, causada por protozoários do gênero Plasmodium transmitidos pela picada da fêmea infectada do mosquito do gênero Anopheles, também conhecido como mosquito-prego. A malária também é conhecida como impaludismo, paludismo entre outros.

pobreza com praticamente metade das pessoas possuindo algo em torno de US\$ 1,25 dólar americano por dia, segundo os dados levantados pelo Instituto Português de Apoio do Desenvolvimento (2019). Nesse sentido, podemos dizer que o país se tornou um terreno fértil para os doadores e os exportadores de “ajuda” internacional para o desenvolvimento. Um verdadeiro “laboratório”, em outras palavras, de celebração e ou assinatura de acordos de cooperação visando alicerçá-lo (como quem diz!) com vistas a superar as dificuldades em diversas esferas, quais sejam: políticas, sociais e econômicas.

As condições econômicas, sociais e políticas tornaram o país vulnerável a aliados que tentam encontrar maneiras de estabelecer e/ou restaurar a política, a economia e o modo de vida de seu povo.

O país é signatário de vários acordos, convenções e outros instrumentos internacionais que reconhecem o direito à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional. A FAO, por exemplo, aprovou em 2004 as Diretrizes Voluntárias do Direito à Alimentação que abrange um conjunto de recomendações com objetivos de apoiar países a realizar, paulatinamente, esse direito em cada contexto nacional. De acordo com o Ministério de Economia e Finanças *et al.* (2019):

Sabe-se, por exemplo, que a GB é signatária e que ratificou o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), o qual, entre outras disposições, reconhece o direito dos povos a uma alimentação adequada. O país participou também nos principais eventos relacionados com a SAN, tais como a Conferência Mundial da Alimentação (Roma, 1996), a Conferência Mundial da Alimentação: Cinco anos depois (Roma, 2002), a Conferência de Alto-nível sobre Segurança Alimentar Mundial: Os desafios das alterações climáticas e bioenergia (Roma, 2008) e a Conferência Internacional (CIN2), onde foi adotada a Declaração de Roma sobre a Nutrição e o Documento da Ação Estratégica (Roma 2014) (MINISTÉRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS *et al.*, 2019, p.08)

A parceria entre a FAO e a Guiné-Bissau tem vindo a desenvolver-se de forma constante ao longo dos últimos 30 anos. No plano político, a FAO apoiou o Governo na elaboração e implementação de um conjunto abrangente de políticas agrícolas, bem como programas relacionados com a gestão dos riscos de catástrofe e de crise alimentar, a segurança alimentar e nutricional, e a gestão dos recursos naturais (FAO,2016).

As políticas e os programas implementados até agora têm sido insuficientes ou não eficazes para reverter a situação, apesar dos sucessivos esforços do governo. Segundo Ministério de Economia e Finanças *et al.* (2019):

As políticas e os programas implementados até à presente data não têm sido suficientes nem eficazes para reverter a situação, pese embora os esforços desenvolvidos por sucessivos governos. A capacidade de resposta do Estado

e dos seus parceiros internacionais têm ficado aquém dos desafios. Têm-se colocado constrangimentos de várias ordens, mas os ligados à implementação dos programas com um sistema adequado de coordenação, monitorização e avaliação parecem ser os mais sérios e os mais críticos. Constata-se que os atores têm participado numa lógica de competição e de procura de visibilidade, atuando de um modo isolado e sem mecanismos de comunicação partilhada, o que não concorre para um quadro de ação mais harmonioso, tendo em vista a coparticipação e a corresponsabilização, algo que poderia potenciar o maior impacto dessas ações junto da população e, assim, aumentar a capacidade das instituições para cumprirem o seu papel (MINISTÉRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, 2019, p.05)

Além disso, existem fatores que contribuem para a melhoria de Segurança Alimentar e Nutricional no país, porém, todos eles apontam para a necessidade de desenvolver uma estratégia de Soberania Alimentar e não apenas de SAN. (Ministério de Economia e Finanças 2019).

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Durante a realização deste estudo, enfrentamos dificuldades na obtenção de documentos. Poucos estudos sobre a temática foram feitos e os dados são escassos, no país a situação burocrática dificultou também na recolha de dados, alguns documentos são sigilo, outros disponíveis apenas internamente e não para o público, além disso, no país muitas pesquisas são feitas pelas ONGs.

Para Goldenberg (1997), a pesquisa é a construção de conhecimento original, de acordo com certas exigências científicas, é um trabalho de produção de conhecimento sistemático, não meramente repetitivo, mas produtivo, que faz avançar a área de conhecimento a qual se dedica. Por outro lado, Rampazzo (2004) define a pesquisa como uma atividade voltada para solucionar problemas por meio dos processos do método científico.

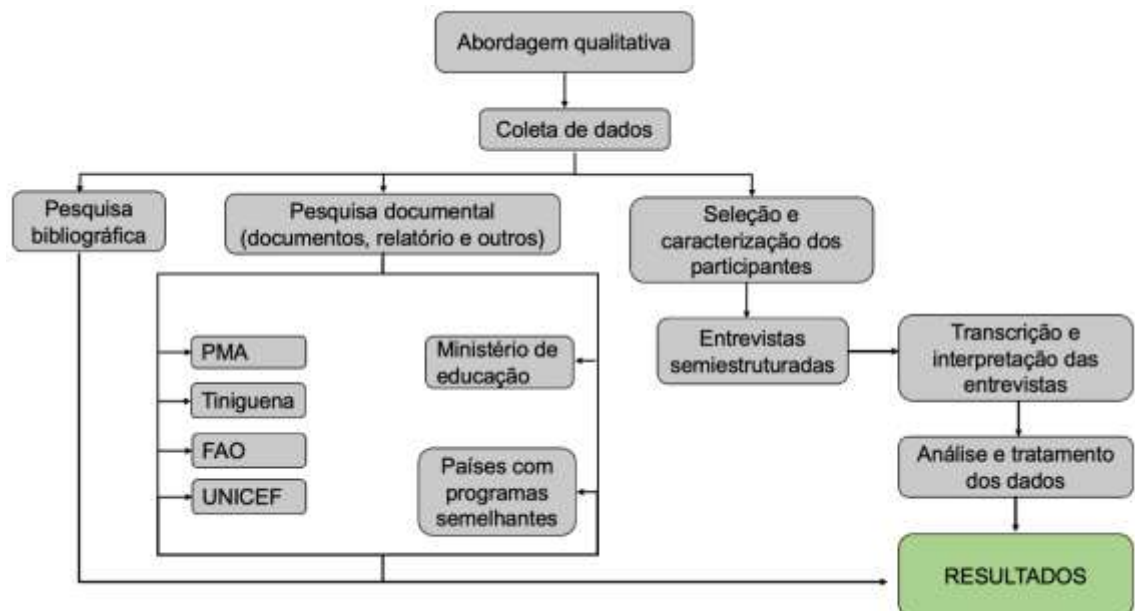
Neste caso, a construção de conhecimentos se pautou em uma abordagem qualitativa, uma vez que se compreende ser o caminho mais adequado para a persecução da presente proposta de estudo. Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.32), a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Como técnicas de pesquisa, o presente estudo optou pela combinação de três procedimentos, a pesquisa bibliográfica, entrevistas semiabertas e a análise documental. A pesquisa documental, na concepção de Rampazzo (2004), procura os documentos de fonte primária, a saber, os dados primários proveniente de órgãos que realizaram as observações. Enquanto, para Gil (2010), existe uma semelhança entre a pesquisa bibliográfica e documental, tendo diferença apenas na natureza das fontes, a primeira se baseia nas contribuições de autores diversos de um determinado tema, e a segunda de matérias que não receberam um tratamento analítico.

Para a realização da pesquisa documental foram consultados relatórios, documentos oficiais e outros materiais relacionados à temática. Optamos por buscar documentos produzidos por PMA, Ministério de Educação, FAO, Tiniguena e documentos de países que tenham o programa de alimentação escolar semelhante à

Guiné-Bissau, tendo em vista a escassez de dados produzidos por órgãos do Estado do país. Para a realização das entrevistas semiestruturadas, os participantes foram selecionados levando em consideração critérios como escolaridade, idade, função ou órgão onde trabalha e sexo, foram entrevistados autores diretamente envolvidos na operacionalização do programa. Após a obtenção dos dados, foi realizada a análise e tratamento dos mesmos. O foco está nas análises de dados, transcrições de entrevistas, conforme mostra o fluxograma na figura 8.

Figura 8 - Fluxograma apresentando as principais etapas da pesquisa.



Fonte: Autora (2024).

Para a construção de dados, corroborando com Lakatos e Marconi (2003), colocamos em prática instrumentos elaborados e técnicas selecionadas. Assim, para compreender os desafios do Programa Nacional de Cantinas Escolares, a coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa documental, bibliográfica e entrevistas semiabertas com os principais atores na operacionalização do programa. As entrevistas semiabertas foram realizadas com os atores sociais tais como: representantes do PMA, Ministério de Educação Nacional, ONGs, organizações vinculadas à sociedade civil, e dos professores.

Na sequência, a pesquisa documental foi realizada em base de dados secundários relativa às leis e resoluções do Programa Nacional das Cantinas

Escolares, que envolve o Ministério de Educação em Guiné-Bissau, PMA, como também, Organizações Não Governamentais mais envolvidas na operacionalização do Programa. Essa análise documental tem como propósito conhecer a trajetória da política pública no país e suas irradiações.

Sendo assim, foram feitas buscas nos sites de PMA, google acadêmico, *researchgate*, periódicos da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), FAO, relatórios de alguns países com programa de alimentação semelhante como Cabo Verde, Moçambique entre outros, documentos, entrevistas com atores chaves de Guiné-Bissau, tabelas, gráficos.

A análise documental foi realizada por meio de leituras e análises das leis, decretos que norteiam o programa, assim como a literatura dos programas desde (recorte temporal), além dos relatórios do PMA, Ministério de Educação, produzidos durante o período escolhido para análise. A opção para a coleta e tratamento dos dados e informações será pela pesquisa bibliográfica e documental, dada a condição da pesquisadora estar distante de seu país de origem, que serve como base desta pesquisa.

Uma parte da pesquisa documental foi realizada a partir da consulta aos sites governamentais e de instituições como a ONU, PMA, FAO, MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL entre outras, bem como, de organizações não governamentais, tais como TINIGUENA, KAFO⁶, que trabalham na Guiné-Bissau. Ainda foram feitas consultas a documentos oficiais, nos quais constam dados e informações, relevantes para o assunto abordado, assim como conta via e-mail com algumas instituições do país.

A entrevista semiestruturada complementou a construção metodológica. No apêndice B é possível encontrar o roteiro utilizado. As entrevistas são a técnica mais adequada para fornecer informações sobre questões mais complexas, tais como,

⁶ TINIGUENA: “esta terra é nossa” na língua local, é uma das primeiras ONGs nacionais fundada desde 1991 na Guiné-Bissau, surgindo no contexto de adoção de programas de ajustamento estrutural, com fortes impactos negativos na vida das comunidades e crescente pressão sobre os recursos naturais. Sua missão é promover a participação e o desenvolvimento sustentável com base na conservação dos recursos naturais e culturais e no exercício da cidadania.

KAFO: A Federação KAFO é uma organização rural sem fins lucrativos com um forte compromisso em capacitar os agricultores e defender seus direitos históricos e atuais. A KAFO foi criada há mais de duas décadas (20 anos atrás) e é uma das maiores organizações de agricultores da Guiné-Bissau e da África Subsaariana.

opiniões envolvendo sentimentos, comportamentos, além de facultar maior liberdade na conversa entre o entrevistador e o entrevistado (Zanella, 2012).

Durante os meses de outubro de 2023 a fevereiro de 2024, foram entrevistados 8 atores chaves, para uma melhor compreensão da temática pesquisada, conforme mostrado no roteiro de entrevista (Apêndice A e B). A técnica denominada de “bola de neve” ajudou na identificação desses interlocutores. Lançamos mão de informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral (VINUTO, 2014, p.03). Isso ocorreu porque a primeira amostra probabilística se mostrou impraticável.

Em relação aos critérios de seleção dos locutores, foram entrevistado um representante de ministério de educação, um representante do PMA, a nutricionista responsável do programa de cantina escolar em Guiné-Bissau, o diretor da escola de Surdos: Mariposa Duarte Vieira conforme mostrado no quadro 1. As escolas selecionadas foram por indicadas pelo pessoal de PMA. No total, foram visitadas três escolas visitadas (todas na capital), sendo que apenas uma delas o diretor estava presente e se disponibilizou para entrevista e para apresentar as estruturas das escolas. Nas outras duas escolas, foi possível apenas visitar a estrutura da escola pois o diretor não estava presente. Algumas entrevistas foram realizadas de forma híbrida (presencialmente e virtualmente) por meio da plataforma Google Meet, WhatsApp e e-mail, como esclarecido no Quadro 1, a seguir.

Durante os meses de dezembro de 2023 a fevereiro de 2024, foi realizada uma etapa de campo que incluiu visitas a escolas beneficiárias do programa, incluindo uma escola para “Surdos e Mudos”. Durante as visitas, foi observado de perto o funcionamento da alimentação escolar, além de conhecer as hortas escolares.

Quadro 1 - Principais características dos entrevistados durante a pesquisa.

Interlocutor	Idade	Escolaridade	Sexo	Trabalho/Ocupação	Remota	Presencial	Local/Lugar
A	48	Mestra	F	PMA	x	X	Escritório de PMA
B		Mestre	M	PMA	x		Google Meet/WhatsApp
C	38	Doutor	M	PMA		X	Escritório de PMA
D		Licenciado	M	Diretor de Escola		X	Escola
E			M	Ministério de Educação			
F			M	PMA			Escritório de PMA
G		Licenciado	M	Professor			Escola

Fonte: Autor (2024)

Durante a análise dos resultados, adotou-se a codificação para garantir a anonimidade dos entrevistados, utilizando os códigos de “A à G”.

De acordo com Bardin (1977), os dados coletados durante as entrevistas podem ser analisados com diferentes estratégias, como a análise do conteúdo. A análise de conteúdo tem ganhado cada vez mais destaques na investigação social, pois permite tratar informações e testemunhos com profundidade e complexidade, como relatórios de entrevistas pouco diretas. Conforme Quivy (2008, p.227) “a análise de conteúdo (ou, pelo menos, algumas das suas variantes) permite, quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva que nem sempre são facilmente conciliáveis.

Bardin (1977), caracteriza a análise do conteúdo em três fases diferentes: pré-análise que consiste na organização; exploração do material e o tratamento de dados (resultados). Segundo o autor a técnica é utilizada para sistematização dos dados oriundos de documentos, entrevistas, discursos ou outros materiais textuais.

No presente trabalho, a análise foi realizada por meio de codificação de dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas com os atores envolvidos na operacionalização do PNCE. Inicialmente os dados foram transcritos, em seguida foi

utilizada a abordagem de codificação as informações em três principais temas: dependência de ajuda externa e sua consequência na soberania alimentar; impacto na SAN, e o impacto sociocultural de consumo de alimentos processados nas cantinas e na população. A interpretação final buscou relacionar esses temas ao contexto de instabilidade política e à promoção de SAN no país.

Após transcrição das entrevistas, utilizamos tabelas, Microsoft word, Excel, e outras estratégias para sistematização e organização dos dados apoiando assim a realização das análises qualitativas.

Quanto às entrevistas semiestruturadas, foram realizadas um total de oito com os principais atores na operacionalização do programa. Embora o objetivo fosse entrevistar tanto mulheres quanto homens, conseguimos entrevistar apenas uma mulher. Esse resultado evidencia a desigualdade de gênero presente no país. Como afirma a pesquisadora guineense Peti Mama (2024), na Guiné-Bissau, as diferenças entre os sexos assumem significados diferentes nos espaços públicos formais, onde o contexto político influencia a dinâmica do poder. Nesse cenário, o poder é majoritariamente exercido por homens no setor formal, enquanto no setor informal as mulheres assumem os papéis de liderança.

As entrevistas começaram a partir da indicação do primeiro interlocutor, e, posteriormente seguimos com as indicações feitas pelos outros interlocutores. A técnica de bola de neve auxiliou na identificação dos interlocutores, pois, através dessa técnica, as pessoas indicaram outros contatos com o perfil adequado para pesquisa. As entrevistas semiestruturadas ocorreram em ambientes como o escritório de PMA, Ministério de Educação, por Google Meet, e-mail e nas escolas.

É importante salientar que, antes de prosseguirmos com as entrevistas e coleta de dados, foram apresentados os objetivos da pesquisa.

5 ANÁLISE E DISCUSSÕES

Buscando entender o contexto histórico e político no qual o país se insere, será feita uma breve contextualização da situação socioeconômica do país.

5.1 Contexto socioeconômico do país

A Guiné-Bissau tem uma história de fragilidade política e institucional que remonta à sua independência de Portugal em 1974. É um dos países mais propensos a golpes de Estado e politicamente instáveis do mundo. Foram registrados quatro golpes de estado bem-sucedidos desde a independência, dos quais 17 foram tentados, planejados ou reivindicados (WORD BANK, 2024).

O país viveu uma longa guerra de libertação que findou com a Proclamação da Independência em 1974, seguida de uma série de golpes de Estado e revoltas armadas. O conflito político-militar, de junho de 1998 a maio de 1999, foi particularmente grave e provocou a destruição de quase 80 % das infraestruturas econômicas e sociais existentes. As eleições legislativas e presidenciais realizadas no final de 1999, princípio de 2000, permitiram a constituição de um Parlamento e a escolha de um Presidente democraticamente eleito. No entanto, a perspectiva de um retorno à democracia foi novamente perturbada por um golpe de Estado, em 14 de setembro de 2003, e pela tomada do poder por um comitê militar. A pressão internacional pelo regresso às normas constitucionais conduziu, em outubro de 2003, à criação de um Governo e à nomeação de um presidente de transição, ambos civis. O Governo de transição assegurou a gestão dos dossiers comuns do país e a organização de eleições legislativas em março de 2004, o que culminou no estabelecimento de um Governo eleito. O novo governo, pouco depois da sua instalação, viu-se confrontado com uma nova revolta militar, em 6 de outubro de 2004, que apesar de tudo não provocou ruptura institucional. Desde então, salvo algumas revoltas militares, podem registrar-se os assassinatos do Chefe de Estado Maior da Armada e do Presidente da República nos dias 1 e 2 de março de 2009. Um novo Presidente da República foi então eleito e as revoltas de natureza militar têm vindo a diminuir, mas a instabilidade institucional persiste. Este contexto de forte instabilidade política, fragilizou a administração pública, sobretudo no domínio da gestão

econômica e financeira do país; o sistema educativo não foi poupado (MEN, 2013, p.29)

Salienta-se que a instabilidade política e institucional no país impede a superação de adversidades em setores fundamentais, como a educação, agricultura, infraestruturas, saneamento básico, assim, contribuindo para pobreza extrema que afeta principalmente as mulheres, crianças e idosos que são os grupos mais vulneráveis (WORD BANK, 2024).

Segundo PMA (2019), o histórico de golpes e instabilidade política e a dependência da exportação de caju prejudicam o desenvolvimento e o planejamento político do país.

Diante disso, o país se depara com dois desafios principais para o desenvolvimento socioeconômico: a falta de diversificação na produção agrícola e a necessidade de desenvolver pequenas indústrias de processamento fora das áreas urbanas (Indjai, 2014).

Ainda segundo o mesmo autor, na Guiné-Bissau, a política agrícola e o desenvolvimento rural são consequências do legado colonial, uma vez que os colonos tinham a forma europeia como referência de pensar o desenvolvimento, que era permeada pela centralidade do urbano, industrial e científico pela integração do crescimento econômico e integração de mercados, entretanto, este processo não refletiu uma preocupação com o desenvolvimento rural sustentável.

A grande dependência das exportações no continente africano resultou em condições precárias para os agricultores, que direcionaram o foco em produtos de exportação em detrimento de necessidades básicas de subsistência. Além disso, a falta de políticas de desenvolvimento rural atento às especificidades dos territórios, desde a época colonial, comprometeu o bem-estar da população, assim como, a produção voltada para as necessidades locais, contribuindo para desigualdade social e pobreza principalmente nas zonas rurais (Indjai,2014).

Quanto ao acesso à água potável, saneamento básico e higiene estes continuam sendo um grande desafio no país que reverbera em problemas de saúde graves, como doenças diarreicas, cólera entre outras. A segunda principal causa de morbidade e mortalidade entre crianças com menos de 5 anos no país são as doenças

diarreicas, além disso, há evidências de que a precariedade das instalações de saúde é precária podem dificultar na recuperação das crianças de desnutrição causada pela enteropatia ambiental (UNICEF, 2022).

No entanto, essas limitações à água potável e precariedade no saneamento básico têm implicações negativas na SAN da população guineense devido ao risco aumentado de contrair doenças infecciosas transmitidas pela água, como a cólera, disenterias, febre tifoide, hepatites e outras doenças (Dias,2011).

Segundo a UNICEF (2022), a desnutrição continua sendo um grande desafio na saúde pública no país, está associada a um elevado índice de mortalidade infantil. A perda de peso em crianças menores de 5 anos é de 5% e 28% das crianças da mesma faixa etária sofrem de atraso de crescimento. Os elevados níveis de desnutrição devem-se, em grande parte, a limitações de conhecimento de práticas alimentares adequadas para as crianças, o acesso limitado a alimentos nutritivo, a insuficiência das medidas de prevenção e tratamento de doenças comuns na infância, como diarreia, pneumonia, malária. Além disso, a triagem e o acompanhamento nutricional nas unidades de saúde e principalmente nas zonas rurais, são inadequados muitas das vezes (UNICEF,2022).

Por outro lado, Dias (2011) enfatiza que a pobreza pode ser identificada como a causa e a consequência da insegurança alimentar e nutricional devido à sua correlação com os problemas nutricionais e sociais infantis, e ao seu impacto na redução de produtividade na idade adulta e na contração de doenças crônicas não transmissíveis, assim como, o grande impacto socioeconômico no desenvolvimento do país. Em decorrência disso, a garantia de SAN é essencial não só para uma vida ativa e saudável, mas, por desempenhar um papel importante na dinâmica do desenvolvimento socioeconômico de qualquer país.

O acesso à educação básica ainda continua sendo um grande desafio no país, posteriormente falaremos mais detalhadamente sobre o sistema educacional guineense.

A Guiné-Bissau tem uma taxa de conclusão do ensino primário inferior a 30%. Cerca de 27,7% das crianças em idade de ensino primário não frequentam a escola, com mais de 10% nas áreas urbanas e mais de 36% nas rurais. A taxa de frequência

líquida é de 59% entre as crianças do quintil mais pobre, em comparação com 89% entre as do quintil mais rico. O Índice de Paridade de Género melhorou no ensino primário, tendo atingido 1,00 (paridade), mas continua a ser um desafio no ensino secundário, situando-se em 0,89 para o respetivo primeiro ciclo, com mais rapazes do que moças na escola. Além das normas culturais que podem limitar o acesso das jovens à escola, as longas distâncias até à escola, as instalações de água e saneamento inadequado e a violência de género tendem a afetar mais as raparigas do que os rapazes, entre os grupos mais desfavorecidos estão as crianças com deficiência. Um estudo realizado em 2020 concluiu que os rapazes de 12 anos com deficiência tinham, em média, 3 anos de atraso em relação aos rapazes sem deficiência e as raparigas de 12 anos com deficiência tinham 4 anos de atraso em relação às suas colegas sem deficiência (UNICEF,2022, p.18).

5.2 Cultura alimentar no país

Ao abordar a cultura alimentar e alimentação escolar em contexto africano, é fundamental reconhecermos a diversidade cultural e riqueza das tradições culinárias do continente, no contexto guineense,

Após examinar os desafios enfrentados pelo programa de merenda escolar, é essencial considerar um aspecto fundamental que pode influenciar significativamente tanto a eficácia quanto a aceitação das iniciativas alimentares: a cultura alimentar. A cultura alimentar desempenha um papel crucial na forma como os alimentos são percebidos, preparados e consumidos, e, portanto, deve ser uma consideração central ao desenvolver e implementar programas de merenda escolar.

Comer é mais que ingerir um alimento, significa também as relações pessoais, sociais e culturais que estão envolvidas naquele ato. A cultura alimentar está diretamente ligada com a manifestação desta pessoa na sociedade. Alimento é um dos requerimentos básicos para a existência de um povo, e a aquisição desta comida desempenha um papel importante na formação de qualquer cultura. Os métodos de procurar e processar esses alimentos estão intimamente ligados à expressão cultural e social de um povo (Leonardo, 2009)

Assim como em muitos países da África Ocidental, o arroz é a base da dieta e cultura alimentar guineense. Sendo utilizado como acompanhamento de molhos, além disso, é servido como base para diversos pratos tradicionais.

A culinária guineense é uma fusão de tradições africanas e influências portuguesas, marcada pelo uso de limão e pimenta nos pratos temperados entre os pratos típicos encontram caldo de mancarra “amendoim”, sigá, caldo de tchebem “dendê”, entre outros que refletem a diversidade gastronômica da região e a rica herança cultural, combinando ingredientes locais com as técnicas de preparo herdadas. O caldo de tchebem é feito com dendê, proteína, legumes e sal a gosto, como mostra a figura 9.

Figura 9 - Caldo de tchebém (dendê).



Fonte: Maria Lima, 2020

Sigá como mostrado na figura 10, é um prato típico da gastronomia guineense, feito com principais ingredientes como Kandja(quiabo), legumes, proteínas, mariscos e azeite de dendê. No entanto, não é apenas um prato guineense, na Nigéria é conhecido como *Okrasoup*, no Senegal *Soup kandja*, e é encontrado com variações em outros países da África.

Figura 10 - Sigá/Soup kandja/Okrasoup



Fonte: Sábado Gomes Dabó, 2024.

O caldo de mancarra (amendoim) como mostra a figura 11, é feito com pasta de amendoim, proteínas, legumes. também é comida típica de outros países da África incluindo os já mencionados acima.

Figura 11 - Caldo de mancarra(amendoim).



Fonte: Sabado Gomes Dabó, 2024

No país, cada etnia tem sua própria forma de se alimentar, geralmente com pouca diversificação. Na região Leste, por exemplo, verifica-se uma preferência pelo consumo de folhas. Djambó é uma comida típica à base de folhas (mandioca, batata, entre outras) como mostrado na figura...é um pouco semelhante à maniçoba aqui no Brasil, como mostra a figura 12.

Figura 12 - Djambó



Fonte: Sábado Gomes Dabó, 2024.

Segundo o Ministério de Economia e Finanças et al. (2019):

A preferência por determinados grupos de alimentos em certos grupos étnicos está relacionada com determinados aspetos médicos. Cada etnia tem uma alimentação específica que na sua maioria é pouco diversificada. A necessidade de inculcação e incentivo a uma maior abertura é algo que pode ser favorecido através de promoção de intercâmbios com vista a orientação dos hábitos alimentares mais favoráveis a segurança nutricional. Na região Leste, por exemplo, verifica-se uma preferência pelo consumo de folhas e uma dieta tendencialmente vegetariana. Isso mesmo se vê na própria constituição física dos Fulas, que são mais magrinhos, sem que isso signifique que têm menos saúde ou que não se encontram tão bem nutridos. Os Balantas e os Bijagós são mais robustos e mais corpulentos na juventude, porém, ficam mais débeis ao envelhecerem. A sua dieta é baseada sobretudo em hidratos de carbono e em proteínas, mas deficiente em vitaminas, o que os faz envelhecer mais rapidamente. Os que comem mais verdura, legumes e frutas, tem maior probabilidade de ter uma saúde melhor e uma maior longevidade. (MINISTERIO DE ECONOMIA E FINANÇAS *et al.*, 2019, P.24).

A Guiné-Bissau é um país rico em tradições e costumes, com uma cultura excepcionalmente diversificada. No entanto, a influência de países vizinhos (francófonos) e de produtos estrangeiros tem afetado a preservação de suas tradições. Nota-se uma mudança na alimentação da população, com um aumento do consumo de alimentos importados e processados, em detrimento da comida tradicional à base de folhas e mariscos.

A preferência pelos produtos importados e a desvalorização dos produtos alimentares locais tem gerado mudança de hábitos alimentares dos guineenses, conseqüentemente originou na forte influência gastronômica dos países vizinhos. Corroborando com Ministério de Economia e Finanças (2019):

A desvalorização dos produtos alimentares nacionais e a preferência pelos produtos importados têm contribuído para a mudança dos hábitos alimentares. Esta atitude tem contribuído para aumentar a influência da gastronomia dos países vizinhos da sub-região, que apresenta os seus aspetos negativos e positivos. Relativamente a estes últimos, verifica-se que em alguns países da sub-região como o Senegal, por exemplo, consome-se mais legumes e frutas. Noutros, verifica-se um maior consumo de outros cereais (farinha de mandioca). A dieta dos guineenses sairia a ganhar se este hábito alimentar fosse adotado, com maior frequência e quantidade, na sua dieta familiar. Mas a utilização, por vezes excessiva, de certos ingredientes na confecção de pratos de origem estrangeira ou mesmo nacionais, com alto teor de sal, por exemplo, tem-se revelado prejudicial à saúde dos guineenses, para além de fazer retroceder o uso de ingredientes nacionais outrora usados na preparação dos alimentos, muitas das vezes de mais fácil acesso. Esta influência de hábitos alimentares estrangeiros para além de ser facilitada por um desconhecimento do valor nutricional dos produtos locais, é também facilitada pelos preços praticados no mercado nacional relativamente aos produtos locais, que muitas das vezes são mais caros do que os produtos importados (MINISTERIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, 2019, P.24).

Além disso, a desvalorização da produção local tem levado a uma maior dependência do país em relação ao exterior. Isso resulta em um aumento de produtos sem inspeção sanitária adequada, o que contribui para o surgimento de doenças como diabetes e colesterol. É importante destacar a importância de preservar a cultura alimentar tradicional da Guiné-Bissau, não apenas pela sua história, mas também pela sua importância para a saúde da população. Dados de nutrição no país são essenciais para compreender e abordar esses desafios, garantindo o bem-estar e a preservação das tradições guineenses.

A dependência de importação, a falta da vigilância sanitária compromete tanto a segurança alimentar, cultura alimentar, economia local e a saúde da população guineense. Portanto, para mitigar esses impactos é necessário medidas imediatas para o fortalecimento da produção local e redução da dependência. Conforme salienta Camará (2023):

Além de fora de prazo, muitas das vezes, mercadorias importadas encontram-se em péssima qualidade, assim são introduzidos no mercado para consumo. No entanto, os produtos locais mesmo tendo excelentes qualidades, sem agrotóxicos se encontram num estado de grande

desvalorização em detrimento dos bens importados, ou seja, o consumo de produtos locais é marginalizado, uma prática que poderia estar ligada com a “colonialidade” e “eurocentrismos”, uma vez que para maior parte de população considera tudo que veio de fora principalmente para Europa é inquestionável quanto a qualidade (Camará, 2023, p.9).

Segundo o Ministério de Economia e Finanças (2019), o país possui uma ampla variedade de alimentos, o que torna desnecessário um consumo alimentar monótono. Existem diversas variedades de alimentos tais como diferentes tipos de milho, arroz, feijão, peixes e alimentos ricos em vitaminas. Esses produtos têm potencial de promover uma alimentação diversificada. Diante disso, é fundamental um empenho para mudança de hábitos alimentares baseados na diversificação.

O regime alimentar é influenciado pela origem étnica, pela cultura, pelo poder económico, pelo nível de escolaridade e pelo marketing. Os mitos e os rituais também desempenham um papel importante nas escolhas alimentares dos guineenses (Ministério de Economia e Finanças, 2019).

Segundo Leonardo (2009), a massificação da cultura alimentar ocorre por meio da urbanização que se origina na concentração de pessoas nas áreas urbanas, na industrialização e marketing de produtos alimentares processados e do poder da influência da mídia na promoção à adoção obrigatória desses produtos. Isso faz com que as pessoas se adaptem e sigam as tendências alimentares propostas, muitas vezes sem perceber.

Ainda segundo o mesmo autor, o poder da manipulação de hábitos é um fator importante a considerar, quando interesses comerciais de um produto se transformam em objetos de desejo absoluto. Assim, esses interesses acabam por moldar os padrões alimentares e hábitos que beneficiam seus interesses, bem como, maximizar suas vendas.

5.3 Diversidade cultural

Na Guiné-Bissau, como em muitos países africanos, há uma grande variedade de grupos étnicos (cerca de 30). Estes grupos étnicos são: Balantas, banhus, bijagós, brames, Mancanhes, Papeis (Pepelis), mandiga, fulas, Beafadas, manjacos, Nalus.

Apesar de ser um país pequeno, com uma população de cerca de 2 milhões de pessoas, a Guiné-Bissau tem uma grande variedade de grupos étnicos, línguas e religiões.

Embora o português seja a língua oficial do país, seu uso é limitado entre a população, predomina principalmente nos contextos oficiais e entre os guineenses escolarizados. O crioulo é resultante das línguas autóctones e do português, sendo o principal meio de comunicação no país, embora não tenha uma forma escrita oficialmente reconhecida, é o idioma veicular predominante em todo território nacional (Dias, 2011).

De acordo com MEN (2013), essa grande diversidade étnica resulta em um rico mosaico linguístico, refletindo a variedade de línguas e dialetos presentes no país. O crioulo é considerado a língua nacional e é o meio de comunicação entre os diferentes grupos étnicos. Todavia, uma boa parte da população, nomeadamente nas zonas rurais, não fala o crioulo, o que constitui um obstáculo nas suas relações com os funcionários dos serviços públicos sociais e com certos grupos da população. O português, declarado língua nacional oficial, é pouco falado e a sua utilização limita-se aos meios oficiais e a um pequeno número de guineenses que detém um nível elevado de educação.

O país possui uma herança étnico-cultural rica e diversificada. Essa diversidade resulta em um patrimônio multifacetado que se manifesta de forma distintas em diferentes etnias, possui uma ampla diversidade linguística, passando pelas diferentes danças e formas de expressão artística, profissões e tradições musicais, os hábitos alimentares também variam significativamente entre as etnias, compondo assim, um mosaico de identidades e práticas culturais (Dias, 2011).

5.4 Gênero

Historicamente, as mulheres sempre desempenharam e ainda desempenham papéis fundamentais na sociedade, entretanto na maioria das sociedades, principalmente africanas, a desigualdade de gênero ainda persiste devido ao sistema patriarcal.

As mulheres no país enfrentam uma série de desafios comuns, como a discriminação de gênero, a violência sexual e de gênero, a falta de acesso à educação de qualidade e oportunidades econômicas e a margem política e social. Além disso, geralmente têm uma carga de trabalho desproporcionada não remunerada, como o cuidado dos filhos, responsáveis pelos afazeres domésticos.

Os dados estáticos em relação à mulher no país, revelam uma desigualdade social significativa baseada no gênero. As políticas públicas que visam a integração das mulheres no setor político, educacional, econômico e no mercado formal parecem não ter sido implementadas efetivamente. A realidade mostra que a igualdade de gênero ainda parece distante, enquanto que a estrutura social predominante continua sendo patriarcal (Mendes, 2016).

De acordo com Barros e Santy (2018), a violência com base no gênero continua sendo uma ameaça ao direito das meninas de viver em um ambiente propício à construção de autoestima e igualdade, que requer o pleno desenvolvimento e participação de meninas e mulheres nas comunidades locais e na sociedade guineense. O machismo como cultura dominante e a lógica de gestão do espaço público, de acordo com o domínio do poder com base nas tradições costumeiras, tem servido de justificativa a atos de violência contra as mulheres, tais como: negação do direito a terra, sucessão e herança, casamento forçado e precoce, e a mutilação genital.

Nos últimos oito anos, 97% das mulheres sofreram violência de gênero, a maioria (86%) foi em casa. Além disso, as mulheres têm menos oportunidades de emprego e ganham muito menos que os homens, o que limita sua independência financeira. Da mesma forma, as meninas têm pouca chance de concluírem os estudos em relação aos meninos, devido as taxas de casamento e gravidez precoce, diante disso, a educação das meninas é, portanto, essencial para dar oportunidades às meninas não apenas em casa, mas também no mercado de trabalho e na comunidade (BANCO MUNDIAL, 2023)

Nas zonas rurais, as mulheres enfrentam desafios socioculturais e econômicos acentuados devido às normas e leis baseadas nas tradições de suas comunidades. Diante disso, conseqüentemente esses desafios limitam o acesso à

educação formal, o que reduz sua participação nas tomadas de decisões familiares e comunitárias (Barros; Santy, 2018).

Além disso, PMA (2019) salienta que mulheres e meninas particularmente estão expostas à violência, discriminação, abuso, e injustiça, visto que, o próprio sistema de justiça não garante a aplicação de medidas protetivas quanto a questão de gênero, sendo assim, as mulheres têm pouca representação no sistema de justiça tradicional local. Apesar desses desafios, muitas estão liderando iniciativas importantes para abordar esses problemas e melhorar a situação de comunidades ou tabancas (aldeias). Por exemplo, as mulheres estão a participar cada vez mais na política e na tomada de decisões (lei de paridade, como exemplo), e estão a liderar iniciativas para promover a igualdade de gênero e o empoderamento econômico (Gomes, 2019).

Cabe reconhecer, no entanto, que a mulher desempenha papel fundamental tanto na SAN como na educação dos filhos. Pois, são responsáveis pela gestão da casa, das refeições, produção de alimentos, da educação nutricional entre outros.

E, sim, também há muitas organizações e grupos de mulheres na Guiné-Bissau que trabalham em temas como educação, saúde, empoderamento econômico e prevenção da violência de gênero. Essas organizações estão fazendo contribuições importantes para melhorar a vida das mulheres no país e para promover uma sociedade mais justa e igualitária para todos. A Tiniguena, por exemplo, é uma organização não governamental, vem realizando capacitações para as mulheres rurais em todo o país, em diversas áreas desde dos direitos, gênero, agroecologia entre outros temas abordados, o Movimento “*Mindjer Ika Tambur*” (Mulher não é tambor MIKAT) é um movimento que visa mitigar à violência com base no gênero no país, além disso o movimento abrange outro projeto denominado como “*Suta Mindjer kaba dja/No Na Kume no Labur*” capacita as mulheres sobre agroecologia e não uso de agrotóxicos, e sobre gênero.

Entretanto, no país as políticas para permanência dos alunos nas escolas são poucas. Todavia, apenas uma política se destaca: a política de alimentação escolar denominada por cantina escolar. De acordo com Siga (2020), no contexto de problemas socioeconômicos enfrentados pelo país, essa política se torna

fundamental, pois, através dela muitas comunidades enviam seus filhos e filhas para as escolas para justamente garantir que tenham acesso à comida.

Diante disso, além de assegurar a permanência na escola, garantindo alimentação adequada, também ajuda a amenizar as injustiças culturais e econômicas, bem como, para uma aprendizagem significativa.

A pobreza, a insegurança alimentar, a baixa frequência escolar e a discriminação contra mulheres, mostra a grande disparidade entre a zona urbana e zona rural, conforme aponta PMA (2019):

As taxas líquidas de frequência escolar são de 76% para escolas primárias localizadas em áreas urbanas e 54% para escolas primárias e secundárias localizadas em áreas rurais, com grandes disparidades relacionadas à situação econômica. Setenta por cento das crianças começam a escola depois dos seis anos. Pobreza, insegurança alimentar, trabalho infantil, normas discriminatórias contra as mulheres (trabalho doméstico não remunerado e casamento precoce), infraestrutura escolar insuficiente, falta de professores qualificados e baixa participação de as comunidades são todos obstáculos para a educação das crianças. A baixa taxa de conclusão do ensino fundamental de 37 por cento é devido à escolaridade tardia, altas taxas de repetência e um pico significativo de evasão entre a quarta e a quinta série, com a educação oferecida em escolas em muitas comunidades rurais não se estendendo além da quarta série. O casamento precoce, a gravidez e o trabalho doméstico cada vez mais pesado incentivam as meninas a abandonar a escola nas áreas rurais. A taxa de abandono escolar primária é de 18 por cento e 44,2 por cento das crianças de 6 a 11 anos são excluídas do sistema de educação formal. (PMA, 2019, p. 04)

As políticas educacionais voltadas para o ensino básico na Guiné-Bissau exigem capacidades financeiras muito grandes, entretanto, uma política de acesso e permanência social deve ser vista por diversos fatores tais como: situação econômica, infraestruturas escolares, distância entre a residência e a escola, materiais pedagógicos, questões da alimentação escolar, conforme as leis, o tempo da implementação e duração (Siga, 2020).

Segundo Banco Mundial (2023), a Guiné-Bissau possui uma grande proporção de riqueza natural per capita na África Ocidental, porém, a pobreza generalizada continua, com níveis altos de desigualdade, assim como, disparidade urbana e rural progressiva. Além disso, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) continua entre os mais baixos do mundo, o baixo acesso a serviços básicos leva à marginalização e exclusão.

A promoção da alimentação escolar na Guiné-Bissau é importante para garantir o acesso a uma educação de qualidade e melhorar o estado nutricional das crianças. Dar prioridade às refeições escolares na Guiné-Bissau beneficia cada criança, mas também contribui para o desenvolvimento socioeconómico do país, criando uma base sólida para o crescimento económico e a produtividade futuros.

5.5 O programa nacional das cantinas escolares em Guiné-Bissau

Antes de abordarmos nosso objeto de pesquisa, é relevante fazer uma breve descrição do sistema educacional do país. Essa contextualização nos ajudará a compreender melhor o cenário em que se enquadra nossa análise.

De acordo com Seidi (2019), ao longo da sua história o sistema educativo da Guiné-Bissau sofreu inúmeras tentativas de reforma, influenciado pelos momentos políticos, económicos e sociais do país desde os tempos coloniais até à atual democracia.

Quando se fala em educação na Guiné-Bissau, três períodos devem ser destacados: Educação Pré Colonial, Colonial e Pós-independência. O primeiro corresponde ao momento em que os nativos do país não tiveram contato com o colonizador. A educação era por meio da oralidade, ou seja, transmitiam os conhecimentos por meio da oralidade. O segundo é na época da colonização, que foi marcada principalmente pela presença da igreja católica, e pela influência da filosofia e da prática portuguesa na educação colonial. O sistema de ensino nesta época era elitista e seletivo, servido por uma rede de professores e escolas bem estruturada para as necessidades da colonização. O terceiro e último, que se prolonga até aos dias de hoje, caracteriza-se pela procura da autonomia do país, nomeadamente pela constituição de um sistema educativo assente nas raízes culturais e sociais do povo guineense. Seu objetivo primordial é combinar o trabalho físico e mental, evitar escolas e comunidades desconexas e conciliar os valores culturais africanos com o conhecimento, a ciência e a tecnologia da sociedade moderna (Sané, 2018; Siga, 2020).

Como é sabido por muitos, antes da dominação colonial na Guiné-Bissau não havia instituições escolares tal como existe hoje. A educação consistia na aquisição

de certos conhecimentos e normas de comportamento como qualquer sociedade (Seidi, 2019).

Na perspectiva do pesquisador guineense, Ocuni Cá (2005), com relação à educação, não havia pessoas que ensinassem na sociedade africana tradicional um ensino formalizado como na sociedade ocidental e nem existia instituições específicas dedicadas ao ensino. Entretanto, a educação baseava-se no exemplo de comportamentos e trabalho dos aprendizes, o aprendizado era uma experiência contínua, transmitida por meio da observação e prática diária, onde os mais velhos compartilham suas sabedorias e habilidades ao longo do tempo.

Conforme descrito pelo mesmo autor, as pessoas aprendiam por meio da participação ativa na vida do grupo familiar e da comunidade, integrando-se nos trabalhos de campo, ouvindo histórias dos mais velhos e participando nos rituais e cerimônias coletivas.

Nesse contexto, o ensino e aprendizagem se dava predominantemente por meio da oralidade, visto que, a cultura era essencialmente oral. Contudo, a chegada dos colonizadores trouxe mudanças significativas que alterou a dinâmica do aprendizado do povo africano.

Segundo Seidi (2019), com a implementação das estruturas de estado moderno na colônia, e graças à política assimilacionista praticada pelo colonialismo português, são criadas condições que permitem a sobrevivência da elite política das ditas sociedades tradicionais.

A invasão dos portugueses na Guiné-Bissau mexeu com todas as estruturas sociais do país, criou e introduziu instituições escolares, com base nos modelos portugueses, eram instituições à parte, fechadas, que estavam absolutamente vinculadas com as necessidades dos colonizadores, possibilitaram uma desestruturação entre os povos africanos que até então conviviam tranquilamente. Esse desvinculamento foi promovido principalmente por meio das escolas, igrejas e demais instituições e medidas que foram estabelecidas na época pelos colonizadores. Antes da invasão dos portugueses, o estilo educacional que existia tinha uma enorme preocupação com a humanidade, com a solidariedade e, sobretudo, com uma convivência pautada nos princípios de fraternidade (Seidi, 2019, p.03)

No momento em que reconhecemos que Guiné-Bissau se tornou um país independente, não podemos esquecer-nos da ferida que o processo de colonização lhe tem causado, sobretudo, o débil sistema educativo que o país havia herdado, A escola na Guiné- Bissau no período antes da independência funcionava com propósito

de assegurar a reprodução ideológica e social, com intuito de e aculturá-los a um modelo colonial preestabelecido, este processo ocorria por meio das escolas, igrejas e etc. Por outro lado, é necessário reconhecer que, a conquista da independência em 1973 constituiu-se um marco histórico e importante para a sociedade Guineense. (Seidi, 2019, p.04)

Em virtude do que foi apresentado, o sistema educacional nacional é composto por duas direções principais, educação não formal e educação formal, e é dividido em educação básica, ensino médio, ensino superior e educação profissional de acordo com sua estrutura. Assim, de acordo com o sistema educativo guineense, a educação não formal é a educação fora da escola que serve de subsídio à prática da educação formal. De acordo com a mesma lei, a educação formal é uma expressão da responsabilidade do Estado. A educação é conceitualmente definida como a incorporação de uma sequência de educação pré-escolar, básica, secundária, técnico profissional, educação superior e modalidades de atividades especializadas para preencher o tempo livre (Siga, 2020).

A educação formal abrange diferentes níveis e tipos de estabelecimentos, conforme aponta o Ministério de Educação Nacional (2013):

A educação formal abrange diferentes níveis e diferentes tipos de estabelecimentos de ensino: O Ensino Pré-escolar destina-se às crianças dos 3 aos 6 anos até 2009/10. Desde a reforma de 2010 está previsto para as crianças dos 3 aos 5 anos. É ministrado nos jardins de infância ou nas creches que são, na sua maioria, iniciativas comunitárias, privadas ou de entidades religiosas relevantes. O Ensino Básico destinava-se teoricamente às crianças dos 7 aos 12 anos até ao ano escolar de 2009/2010. Durava seis anos, o que corresponde às classes do 1º ao 6º ano. Originalmente estava dividido em dois ciclos, o Ensino Básico Elementar (EBE) e o Ensino Básico Complementar (EBC) e ainda que tenha havido em 2010 uma reforma que visa a unificação dos dois ciclos, muitos estabelecimentos oferecem apenas o primeiro ciclo e ministram-no nas escolas de Ensino Básico (MEN, 2013, p.53)

Após a reforma de 2010, o ensino básico destina-se às crianças dos 6 aos 14 anos a partir do ano letivo de 2010/2011. Dura nove anos, correspondendo a 1º -9º. Está dividido em três subciclos: Ciclo 1 para o 1º ao 4º ano, Ciclo 2 para o 5º ao 6º ano e Ciclo 3 para o 7º ao 9º ano. O terceiro período do ensino básico antigamente era ministrado no ginásio (antiga escola secundária), mas depois de um tempo passa para as escolas básicas.

Ainda segundo o Ministério de Educação (2013), o subsetor da educação não formal engloba a alfabetização, a educação de adultos e outros tipos de educação. Entretanto, o setor está sob a administração do Ministério de Educação Nacional e funciona com ajuda de diversas entidades (ONGs, organizações comunitárias, sociais entre outras). Em relação à educação e alfabetização de adultos, são realizadas em centros estabelecidos pelas comunidades ou ONGs. Não existe um centro estadual de alfabetização. Este último não fornece apoio ou assistência financeira; por outro lado, é responsável pela formação de animadores, pela preparação de materiais e pelo acompanhamento deste subsetor através do pessoal da Direção Geral do Alfabeto.

Com relação ao sistema educacional, embora tenha havido algum avanço na ampliação do acesso à educação básica, ainda existem grandes disparidades regionais e de gênero. Um terço das crianças entre os 6 e os 11 anos nunca frequentou a escola e a qualidade da educação continua baixa. Outro fator de atraso, é a crescente desigualdade de gênero, que tem um impacto negativo de uma série de resultados de desenvolvimento (Banco Mundial, 2023).

Existem várias políticas públicas educacionais na Guiné-Bissau, uma delas é o PNCE. Conforme artigo 3º: Entende-se por Cantina Escolar todo o serviço de refeições destinado a assegurar aos alunos dos estabelecimentos de educação pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino fundamental, uma alimentação correta e equilibrada, em ambiente condigno, complementando a função educativa (BISSAU, 2019).

No país, a iniciativa de alimentação escolar começou na década de 1990, durante o período da guerra civil, quando o PMA enviava alimentos para as áreas rurais. Depois de uma certa estabilidade política do país, a estratégia do PMA passou a ser de intervenção humanitária para o setor educativo, com vistas a superar o problema da alta taxa de analfabetismo do país, a estratégia do PMA passou a ser de intervenção humanitária para o setor educativo, com vistas a superar o problema da alta taxa de analfabetismo do país.

De acordo com Gomes (2014), no ano 1992, o país estava relativamente estável e, com base neste reconhecimento, o PMA decidiu mudar a sua estratégia de intervenção em assuntos humanitários para apoiar programas de desenvolvimento.

Essa estratégia foi mudada devido a guerra civil de 1998/99, corroborando com a representante do PMA:

Na Guiné Bissau o programa de alimentação escolar começou em 1999, como resposta às necessidades alimentares levantadas pela guerra civil de 1998/1999” (Interlocutora A, 2023).

O PNCE tem sido implementado, desde 1992, por meio de apoio internacional dos parceiros de cooperação representados pelo PMA. Trata-se de uma das estratégias de aprendizagem para o aumento da escolarização, principalmente das meninas (Manual das Cantinas Escolares; PMA, 2019). Conforme aponta Gomes (2014):

Uma das estratégias do PAM para atingir o ensino básico é através da distribuição de refeições na escola. Nos países em desenvolvimento, geralmente são poucas famílias que garantem alimentação completa em casa e a maioria das escolas nestes países não têm cantinas ou qualquer outro meio de distribuir comida gratuitamente. Assim, a cantina escolar apresenta-se como uma boa maneira de canalizar a nutrição vital para as crianças mais carenciadas, melhorando a sua concentração nas aulas. (Gomes, 2014, p, 72)

O programa desempenha um papel fundamental no combate à fome e à insegurança alimentar no país. De acordo com DJU (2022), o programa passou por mudanças desde a sua implementação em 1992, devido à instabilidade política, esta transformação é impulsionada não apenas por estratégias para manter os estudantes na escola e reduzir os índices de desnutrição no país, mas também por estratégias contextualizadas no marco das políticas de alimentação e segurança alimentar e nutricional que estabelecem a alimentação como um direito humano.

Atualmente, o programa vem se consolidando com o propósito de contribuir para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem, rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos estudantes por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que supram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo, bem como contribuir para redução da disparidade de género no ensino primário (BISSAU, 2019).

As taxas de matrícula eram muito baixas no país, e as mais desfavorecidas eram as mulheres, que não frequentavam as escolas por razões bem conhecidas no país, relacionadas às questões culturais. Para muitos, a escolarização é considerada como algo que distorce o comportamento das crianças, e que ignora os princípios da

família e da comunidade, pois, ao estar na escolar, as crianças não participam mais nos trabalhos do campo, ou seja, se tornam socialmente improdutivas para a comunidade (Gomes, 2014). Estas práticas socioculturais discriminatórias dentro das famílias impedem as meninas de concluírem os estudos.

Nos países com baixa taxa de escolarização, a promessa de oferta da alimentação escolar nas escolas previa aumentar a taxa de matrícula e a frequência regular. Diante disso, os pais foram incentivados a enviar os filhos para as escolas em vez de deixá-los em casa para trabalhar e cuidar dos irmãos, principalmente as meninas que, de outra forma, não teriam tido a oportunidade de frequentar as escolas (Gomes, 2014).

Neste contexto, o PMA, além de fornecer alimentos para as escolas públicas e comunitárias reconhecidas pelo Ministério de Educação, também fornece um kit extra de alimentação para as meninas. O programa fornece um incentivo a famílias de meninas de 4^a, 5^a e 6^a classe (ano) para que tenham frequência escolar igual ou superior a 80%, essa estratégia tem como finalidade, de aumentar adesão escolar e diminuir a disparidade entre os sexos, sendo assim, estimula a permanência das meninas na escola até ao final do ensino básico (Gomes, 2014).

Além disso, as meninas levam o kit extra por conta dos fatores socioculturais do país, conforme aponta a representante do PMA:

“Porque historicamente, sobretudo nas zonas rurais, as meninas são mais propensas ao abandono escolar, devido a fatores socioculturais como casamento e gravidez precoce, mutilação genital feminina, envolvimento precoce em atividades geradoras de rendimento familiar e até mesmo abandono por razões como cuidar dos irmãos menores, enquanto os pais trabalham nos campos” (Entrevistada A, 2023)

Foi feito um levantamento estatístico a nível nacional por PMA e outros atores para identificação de regiões com menor taxa de inscrição escolar. Em seguida, fizeram um diagnóstico de insegurança alimentar por todo o país, com a finalidade de distinguir as regiões mais vulneráveis. Tal levantamento e diagnóstico buscou aumentar a adesão escolar, por meio da alimentação escolar, assim como, diminuir a fome, desnutrição e insegurança alimentar, como mostra o quadro 2. (Gomes, 2014; Dju, 2022).

Quadro 2 - Pesquisa de insegurança alimentar na Guiné-Bissau.

Regiões	Matricula inicial	(%) População por região	(%) Insegurança alimentar severa em cada Região
S. A. Bissau	47%	25%	5%
Bafatá	33%	14%	7%
Gabu	34%	14%	6%
Tombali	32%	7%	29%
Cacheu	31%	13%	15%
Quinara	30%	4%	31%
Oio	28%	15%	13%
Bolama	44%	2%	19%
Biombo	33,7%	6%	13%
Média nacional	34,7%		15%

Fonte: Gomes, 2014, p.80

A partir dos estudos realizados por PMA e o Ministério de Educação Nacional, segundo Gomes (2014), para implementação do piloto do programa de Cantinas Escolares por iniciativa do PMA e MEN, as regiões de Quinara e Tombali foram escolhidas no primeiro momento, por apresentarem taxas de insegurança alimentar severa acima da média nacional que é 15%. Quanto à questão da educação, as taxas de matrículas das duas regiões se aproximavam da média nacional na época (que era 34,7%), como mostra a figura acima.

O PMA, por meio de cooperação com o Ministério de Educação, vem trabalhando também com as comunidades rurais para o desenvolvimento do programa das cantinas escolares. Segundo o interlocutor E:

O Programa é centralizado e gerido pelo Governo apoiado pelo PAM técnica e financeiramente. Tem uma Direção Geral de Ação Social e Cantinas Escolares no Ministério da Educação Nacional que é gestor principal do programa. Esta Direção é representada nas regiões pelos Pontos Focais da cantina escolar. Em cada setor tem um Inspetor gestor e nas escolas têm os diretores das escolas e as comunidades organizados em comitê de gestão da cantina escolar. (Interlocutor E, 2024)

Atualmente, o PNCE beneficia 852 escolas (80% das escolas públicas do país), atendendo a um total de 260.000 alunos. Além disso, são cerca de 180.000 responsáveis pelo PMA e 80.000 pela Catholic Relief Service (CRS). Com um

impacto positivo na vida desses alunos, o programa tem sido fundamental na garantia de SAN das crianças e das comunidades em todo país.

O Ministério da Educação Nacional é o primeiro responsável pela boa implementação do programa das cantinas escolares, em coordenação com o PAM. A descentralização do programa está em transição conforme aponta o interlocutor F:

Está em preparação, o início da transição paulatina do programa para o Governo que prevê a descentralização de compras para direções regionais e possivelmente para escolas. O sistema ainda está em análise, planificação e posterior materialização quando forem criadas as condições de implementação (Interlocutor F, 2024).

A preocupação do governo com a baixa taxa de inscrição, conclusão e elevado índice de abandono escolar, associada ao cumprimento das normas internacionais e ratificadas pelo Estado da Guiné-Bissau e dos objetivos do milênio para o desenvolvimento, desdobrou na necessidade de ser adotado o Decreto-Lei nº 1/2019 (Diretrizes das cantinas escolares) (BISSAU, 2019).

Pensando em promover o desenvolvimento local, este Decreto-Lei nº1/2019 foi criado e determina que o valor investido na aquisição de alimentos produzidos da agricultura familiar não poderá ser inferior a 30% dos recursos alocados pelo órgão autorizado a administrar as cantinas escolares (BISSAU, 2019).

Quanto às cooperativas, ainda estão em fase inicial, conforme argumenta o interlocutor E:

Como as cooperativas estão na sua fase incipiente, as compras são praticamente feitas através do agricultor familiar, ou agregados de pequenas cooperativas de produção. Pode-se estimar que 100% das compras locais são feitas com base na produção do pequeno produtor. De momento, o país não tem empresas com capacidades de produção que concorram no mercado e que impeçam a compra no pequeno produtor (Interlocutor E, 2024).

Atualmente, há 12 cooperativas associadas ao programa. O objetivo dessa parceria entre o PMA e as ONGs é incentivar a produção local. As ONGs são responsáveis pela formação dos agricultores das cooperativas, a Tiniguena por exemplo é responsável pela zona Sul do país. Segundo o interlocutor B:

Atualmente temos 12 cooperativas que fornecem produtos para o programa, a meta é chegar 50 cooperativas até 2030. As ONGs são responsáveis pelo treinamento e acompanhamento das cooperativas (Interlocutor B, 2024).

Na figura 13, podemos ver mulheres agricultoras das regiões de Leste e Sul reunidas para capacitação com o pessoal de Tiniguena.

Figura 13 - capacitação de mulheres rurais.



Fonte: Tiniguena

A ONG Tiniguena, além do projeto de compras locais de alimentos juntos dos agricultores familiares para o abastecimento das cantinas escolares em parceria com PMA, também desenvolve o projeto MULHERES Rurais. Este projeto visa contribuir para a participação e promoção de igualdade de direitos das mulheres, sendo financiado pelo Fundo da consolidação da Paz das Nações Unidas, que é um dos doadores do PNCE.

Diante disso, o programa torna-se fundamental no combate à fome no país. O Programa Nacional de Cantina Escolar, de acordo com Dju (2022), passou por um processo de mudança desde a sua implementação em 1992, ao longo dos anos, em consequência à instabilidade política no país. Esta transformação se deu não apenas por estratégias para manter os alunos na escola e reduzir a taxa de desnutrição no país, mas também por estratégias contextualizadas no âmbito das políticas de alimentação e segurança alimentar que estabelecem a alimentação como um direito humano.

O Plano Setor da Educação (2017 - 2025 PSE) reconheceu que a insegurança é um fator fundamental que afeta a taxa de conclusão e reconheceu a falta de instalações e de pessoal para o fornecimento de refeições escolares, sendo assim, foi

estabelecido as diretrizes para as Cantinas Escolares (Decreto-Lei nº 1/2019) elaborada pela primeira vez em 2015 e promulgada em 2019 (PMA, 2021). Entretanto, além de prezar pela permanência das crianças nas escolas, o programa tem um foco direcionado para à permanência das meninas nas escolas devido a vários fatores tais como, casamento precoce, gravidez precoce, a cultura da mulher ser dona de casa, entre outros. Como aponta Siga (2020), o distanciamento da residência para as escolas é outro fator da evasão escolar, que ocorre principalmente com as meninas.

É relevante enfatizarmos que a promoção de produção não apenas fortalece a economia e SAN, mas também promove práticas agrícolas sustentáveis e alimentos mais saudáveis e culturalmente mais ricos. Embora os esforços contínuos para melhorar a SAN e a alimentação escolar, o programa enfrenta uma série de desafios significativos que afetam a sua eficácia e sustentabilidade, conforme será discutido posteriormente.

5.5.1 Aspectos das cantinas escolares

Na Guiné-Bissau, para inclusão de uma escola no programa de Cantinas Escolares o PMA estabelece alguns critérios para seleção. Segundo PMA (2019), para que uma escola de determinada comunidade possa receber uma Cantina Escolar, o PMA estabeleceu alguns critérios, tais como: possuir uma cantina, uma fonte de água potável, latrinas, condições de higiene, e uma horta escolar associada às atividades de cada escola. Ao fornecer este pacote de intervenções conjuntas, é possível atingir o objetivo de melhorar o ambiente escolar para os estudantes, conforme mostra a (figura 14) (Manual das Cantinas Escolares; PMA, 2019).

Figura 14 - Critérios de seleção de cantinas escolares.



Fonte: Manual das Cantinas Escolares, PMA, 2019

Outro critério de seleção de uma escola de comunidade é a participação dela. De acordo com a representante do PMA:

Com certeza, a participação comunitária e o primeiro requisito para a inclusão de uma escola no programa de Cantinas Escolares, já que a sua contrapartida é uma das exigências para a gestão do programa, pois o PAM não paga as cozinheiras, que são selecionadas e indicadas pela própria comunidade que também gere os produtos no armazém das respectivas comunidades, através de um Comitê de Gestão que também tem a participação do Diretor da Escola e de alunos selecionados para tal. (Interlocutora A, 2023).

Alimentos ofertados nas escolas:

Os alimentos ofertados nas cantinas são arroz, feijão, sardinha e tubérculos (batata doce, mandioca e inhame).

Figura 15 - Alunos no momento da refeição.



Fonte: PMA

Os produtos ofertados antigamente eram importados (arroz, mingau de milho(papa), óleo de cozinha, açúcar, feijão), mas com a criação do Decreto-Lei nº 1/2019 e com o incentivo da horta escolar, da produção local, o cenário mudou tanto que atualmente, maior parte da merenda escolar são produtos produzidos localmente.

Figura 16 - Crianças tomando mingau de milho.

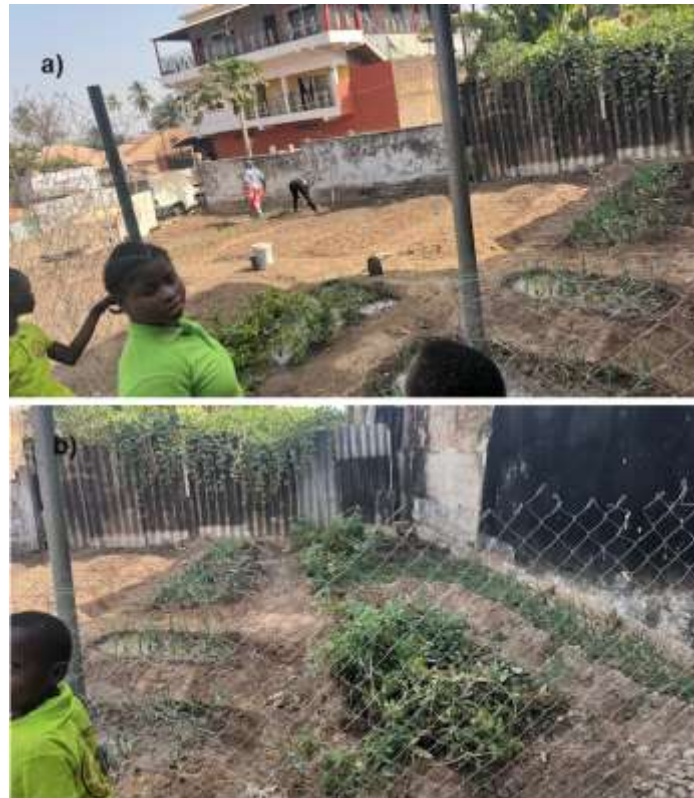


Fonte: Manual da Cantina Escolar

Corroborando com entrevistado F:

Antes da lei, a cantina escolar era fundamentalmente baseada nos produtos importados. Hoje a cantina escolar consome 80% dos produtos localmente cultivados, tem uma direção da cantina escolar no Ministério da Educação que antes não existia, tem um staff de 12 técnicos formados na gestão do programa e meios de transportes para o seguimento do mesmo (Interlocutor F, 2024).

Figura 17 - Horta da escola Surdo e Mudo.



FONTE: (AUTORA, 2024)

Figura 18 - a) cebolinha; b) tomate.



FONTE: (AUTORA, 2024)

Contudo, apesar do incentivo à produção local e das hortas escolares, na atualidade ainda são ofertados arroz e sardinha importados de um dos países doadores. De acordo com os interlocutores D e G:

Antes, o PMA enviava batata, inhame, e outros tubérculos, mas hoje em dia recebemos apenas arroz e sardinha. Nesse âmbito foi criada a horta escolar, que conta com a participação dos nossos alunos (maioria com experiência na lavoura).

Por outro lado, não existe um cardápio definido, as escolas possuem autonomia para decidir o que ofertar no dia, uma vez que, não existem muitas opções. Entretanto, a falta de um cardápio definido pode impactar negativamente na alimentação adequada e na promoção de hábitos alimentares saudáveis dos alunos. Segundo a interlocutora A:

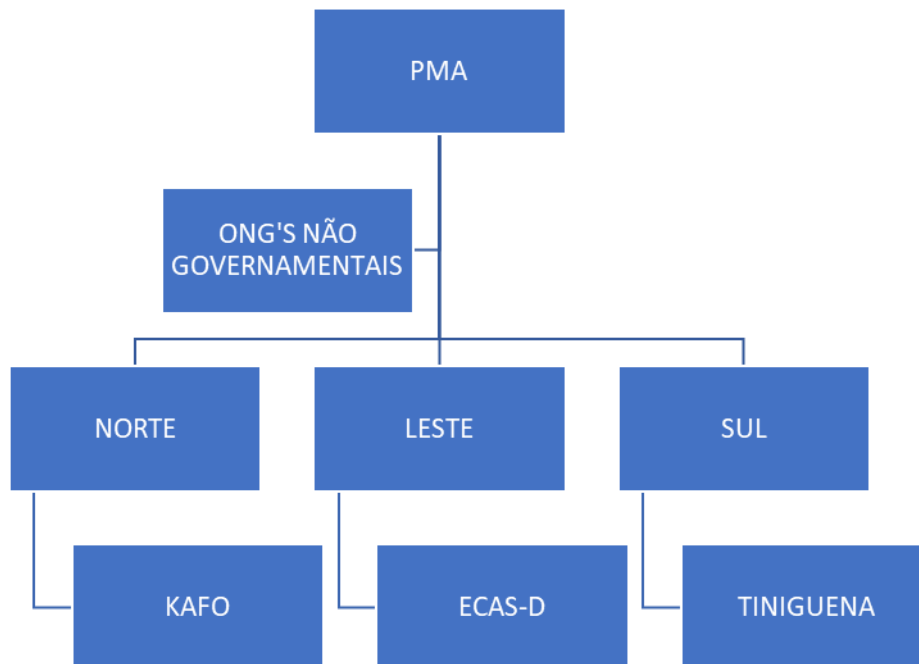
Não há um cardápio definido, o que há é um cardápio único composto de – arroz, feijão, sardinha e tubérculos, para todas as escolas assistidas. A variação do cardápio varia de acordo com a rotatividade e da escolha dos produtos a serem usados, por dia e por escola. Ou seja, uma escola um dia pode optar por fazer, arroz - feijão - e sardinha enquanto outra decide distribuir apenas batata doce aos seus alunos (Interlocutora A, 2023).

Entretanto, não existe uma chamada pública para aquisição de produtos de agricultura familiar, diante disso, o PMA colabora com parceiros tais como as organizações não governamentais para aquisição de alimentos de agricultura familiar conforme mostra a figura 19. Segundo a interlocutora A:

A compra de produtos locais (mandioca, batata doce, inhame e feijão) para a distribuição nas escolas, se dá em três zonas geográficas do País. No Norte com a colaboração da ONG KAFO, no Leste com a colaboração da ONG ECAS -D e no Sul com a colaboração da ONG TINIGUENA. Tendo em conta o número do pessoal afeto ao Escritório do PAM no país, a Instituição colabora com as Organizações Não Governamentais locais que atuam no domínio da agricultura familiar, com as quais assina um Acordo – Field Level Agreement ⁷– para a implementação das diferentes fases de compra, armazenamento e distribuição destes produtos. Assim, para efetivar a compra e distribuição de produtos locais no Norte (Cacheu, Oio, Biombo e Bissau) temos FLA com a ONG KAFO, no Leste (Bafatá e Gabu) com a ONG ECAS -D e no Sul (Quinara, Tombali e Bolama Bijagós) com a ONG TINIGUENA. De referir que este acordo, não coloca qualquer uma das ONGs como detentora do Programa de Alimentação Escolar no País, que é de estrita responsabilidade do PAM e do Ministério da Educação Nacional, através das doações dos parceiros internacionais” (interlocutora A, 2023)

⁷ Um Field-Level Agreement (FLA) é o principal acordo usado em todos os tipos de acordos de parceria de ONGs. Ele é usado em todas as circunstâncias em que as ONGs lidam com recursos do WFP ou implementam atividades em nome do WFP. Um FLA promove consistência global no ciclo de parceria e dá a ambas as partes a garantia de que seus interesses são protegidos por lei. Disponível em: <https://www.wfp.org/field-level-agreement-fla>

Figura 19 - Execução da compra local pelas ONG 'S.



Fonte: Autora (2024).

O PMA é o responsável pela gerência e alocação dos recursos, baseando-se nos dados escolares do ano anterior, através da ONG Tiniguena e diretores regionais que administram o recurso, realizando a compra de gêneros alimentícios necessários para a alimentação dos alunos em suas respectivas localidades. A Direção Geral dos Assuntos Sociais e Cantina Escolar (DGASCE) é responsável por fiscalizar e monitorar a aplicação dos recursos, analisar a prestação de contas e elaborar um relatório final sobre a execução do programa (Dju; Freitas; Silva, 2022).

O PMA é o responsável pela angariação de fundos (doações de recursos financeiros) para compra dos alimentos ofertados nas cantinas, segundo o interlocutor C:

O PAM como parceiro técnico e financeiro, angaria fundos para a compra de produtos localmente cultivados ou importados para complementar os produtos locais. Planificação de compras de gêneros local ou externamente e a distribuição dos mesmos nas escolas continua a ser feita pelo PAM. O seguimento do funcionamento da cantina e recolha dos relatórios de consumo de alimentos é feito pelo PAM e o Ministério da Educação (Interlocutor C, 2024).

A ONG Tiniguena, por meio do projeto piloto “Compra Local de Alimentos”, realiza a compra com os agricultores familiares para abastecer as cantinas escolares na região Sul do país. De acordo com Dju; Freitas; Silva (2022), o trabalho realizado pela Tiniguena abrange desde apoio à assistência técnica de produção, capacitação

e formação de agricultores familiares até a aquisição de produtos, portanto, a sua operacionalização depende de interação de atores sociais envolvidos para assegurar a eficácia do mercado institucional e promover o desenvolvimento socioeconômico da região.

Corroborando com o interlocutor B:

O PMA possui parceria com as ONGS principalmente no treinamento e acompanhamento das cooperativas atreladas ao programa.

Apesar da colaboração existente, a falta de infraestruturas e a dispersão geográfica dificultam a aquisição desses produtos. Embora o país seja rico em recursos pesqueiros, os desafios incluem a falta de energia elétrica e ausência de instalações para conservação desses produtos que impactam na gestão e bom aproveitamento desses recursos. De acordo com a interlocutora A:

Tendo em conta a dispersão geográfica das escolas assistidas, um dos maiores desafios neste momento é a conservação da batata doce durante as diferentes etapas de compra, estocagem e distribuição nas escolas devido ao seu alto índice de perecibilidade. Associado a isso, as escolas do país não possuem eletricidade e condições que permitam uma melhor conservação e longevidade a este produto com alto índice de perecibilidade. A falta de uma cadeia de transformação de produtos locais, também contribui para o agravamento desta situação. No entanto, o PAM junto com seus parceiros locais e tendo em conta a experiência dos outros escritórios do PAM nos países da sub-região da África Ocidental, está a buscar as boas práticas aplicadas que podem levar a uma maior longevidade deste produto (Interlocutora A, 2023).

Considerando a evidente dependência de ajuda externa e da inserção de produtos importados no PNCE, torna-se relevante analisar os acordos de parceria estabelecidos entre o programa e os parceiros. Por um lado, estes acordos desempenham papel fundamental considerando a situação socioeconômica e a instabilidade política contínua no país, por outro nos faz questionar seu impacto na SAN e a sustentabilidade a longo prazo.

5.5.2 Acordos e relações de parcerias com os países doadores

Os acordos de cooperação internacional são fundamentais para o sucesso de programas e projetos de desenvolvimento, facilitando parcerias entre países e organizações. Esses acordos ampliam o alcance e o impacto das iniciativas, beneficiando mais pessoas e potencializando resultados. Para garantir eficácia, é fundamental analisar os termos das parcerias, os objetivos estabelecidos, as

responsabilidades e os mecanismos de governança. Acompanhar e avaliar a implementação e os impactos desses acordos é crucial para assegurar a sustentabilidade e promover a colaboração e o intercâmbio de conhecimentos entre os países envolvidos.

Compete sem dúvida a qualquer estado, assim como ao estado da Guiné-Bissau, ter preocupações e ser responsável aos diferentes níveis a salvaguardar tanto a sobrevivência como as condições de vida da sua população. Mas, perante a incapacidade do Governo em fazer face com meios e recursos próprios a presente crise alimentar, cabe aos parceiros da Comunidade Internacional a obrigação moral que lhes assiste, manifestarem-se através de gestos positivos no sentido de encorajar a implementação de medidas para aliviar a insegurança alimentar no país.

Contudo, é fundamental refletirmos sobre a eficácia dessa cooperação/ajuda externa no fortalecimento das capacidades locais e seu impacto.

No caso do PNCE, o programa conta o apoio de países como EUA, CANADÁ, JAPÃO, NORUEGA, CHINA, entre outros já foram doadores do programa, de acordo com a interlocutora A:

Sendo o PAM uma Agência das Nações Unidas, a fonte de financiamento desta e de outras atividades implementadas no país são os Países doadores. Ao longo de mais de duas décadas da implementação deste programa na Guiné Bissau, países como Estados Unidos, Japão, China, Noruega etc. já contribuíram em diferentes fases (Interlocutora A, 2024).

Atualmente, o programa conta com parceria do governo, FAO, IFAD, UN PEACEBUILDING FOUND (Fundo de Consolidação da Paz da ONU), e como doadores: Japão, Coreia do Sul, African Development Bank (Banco Africano de Desenvolvimento). O MACgovern Foundation-Usa-CRS também financiou o programa, porém foi alterado pelo ex-presidente dos EUA Donald Trump.

A maior parte das ações de ajuda alimentar na Guiné-Bissau tem sido assegurada pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) e por outros doadores bilaterais, com destaque para os EUA, Alemanha e Itália (Bock, 2009).

O CRS, já mencionado anteriormente, é uma das organizações que também atua na área de PNCE, e é responsável pela zona Leste do país.

O CRS trabalha no projeto MeREECE — Promoção do Desempenho Educacional e Econômico em Comunidades Educativas, ou Melhoria do Rendimento Escolar e Econômico das Comunidades Educativas (MeREECE) — visa melhorar a alfabetização entre crianças em idade escolar e promover boas práticas de saúde, nutrição e alimentação. O projeto abrange 350 escolas (pré-escola e ensino fundamental) em cinco regiões: Bafatá, Cacheu, Gabu, Oio e Quinara. As atividades do projeto incluem melhorar a frequência de professores e alunos, fornece refeições escolares, treinar professores, criar grupos de poupança e crédito nas comunidades e desenvolver capacidades em vários níveis. O projeto MeREECE é implementado em parceria com o Ministério da Educação e Ensino Superior e o Ministério da Saúde Pública do Governo da Guiné-Bissau, bem como com o Plan International Guiné-Bissau e a Caritas Guiné-Bissau⁸.

O PMA é responsável pela metade das escolas assistidas a nível nacional, e a CRS, pela outra metade.

Em relação a ajuda dos governos de Japão e Coreia de Sul ao programa, não é fornecida na forma de recursos financeiros, mas sim por meio de alimentos originários de seus países, especificamente arroz e sardinha. Segundo o interlocutor B:

Atualmente os principais doadores são o governo de Japão e Coreia do Sul, a ajuda se dá em forma de alimentos, o Japão entrega arroz e sardinha, a Coreia do Sul entrega apenas o arroz para distribuição (interlocutor B, 2024).

Na figura 20, podemos ver o gestor de cadeia de abastecimento de PMA na Guiné-Bissau, no momento da recepção de arroz vindo de Coreia do Sul.

⁸ CRS na Guiné-Bissau. Disponível em: <https://www.crs.org/our-work-overseas/where-we-work/guinea-bissau>

Figura 20 - Recepção de arroz vindo de Coreia do Sul pelo gestor da cadeia de abastecimento de PMA na Guiné-Bissau.



Fonte: UN, 2024

O Japão sendo um dos principais doadores atualmente do programa, além de financiá-lo também envia sardinha e arroz para serem distribuídos nas cantinas escolares. O embaixador do Japão assinou um acordo com o PMA, por Troca de Notas relativo a uma doação de um montante de 250 milhões de ienes (equivalente a quase 1 milhão de reais) à Guiné-Bissau para assistência alimentar.⁹ Na Guiné-Bissau, diz-se que cerca de 70% da população está abaixo da linha de pobreza e cerca de 27% das crianças com menos de 5 anos são cronicamente desnutridas. Esta cooperação para a Guiné-Bissau, através do PAM, fornecerá alimentos (cerca de 590 toneladas de feijão, de 210 toneladas de peixe enlatado, de 200 toneladas de batata, etc.), melhorando assim a situação alimentar das pessoas que estão enfrentando escassez de alimentos.

⁹ Segundo a Embaixada do Japão (2020), foi feito um “Acordo por Troca de Notas na Guiné-Bissau relativo à Assistência Alimentar (Food Aid) através do Programa Mundial das Nações Unidas para a Alimentação (PAM)”. Disponível em: https://www.sn.emb-japan.go.jp/itpr_ja/11_000001_00152.html

Conforme o interlocutor B:

A produção do país ainda não consegue suprir as necessidades da população, por isso ainda focamos nessas doações, mas apenas como uma solução de curto prazo (Interlocutor B, 2024)

O Programa Alimentar Mundial (PAM) vai reforçar o apoio às crianças das escolas da Guiné-Bissau com a ajuda do Governo do Japão no fornecimento de 247 toneladas de peixe, para garantir refeições quentes. O acordo vai traduzir-se no fornecimento de 247 toneladas de peixe enlatado a 178.000 alunos do ensino primário, nas 852 escolas abrangidas pelo programa de alimentação escolar em toda a Guiné-Bissau, segundo os responsáveis.¹⁰

Do ponto de vista dos atores entrevistados envolvidos na operacionalização do PNCE, essa ajuda na forma de alimentos oriundos dos países doadores não afeta a soberania alimentar do país, por ser uma iniciativa de curto prazo. Segundo o Interlocutor F:

O uso das sardinhas não contrariam os princípios de segurança alimentar e não impedem a produção local de alimentos que vem sendo incentivado pelo PAM. Elas são usadas como complemento de produtos locais e se o país pudesse transformar o pescado local, certamente seria aproveitado e usado na dieta alimentar das crianças. A questão da insegurança alimentar no país é candente. As estatísticas apontam para 69% da população guineense a viver debaixo do limiar da pobreza e vive com menos de um dólar por dia (Índice do Desenvolvimento Humano de 2020). Isto significa que muitas famílias, sobretudo nas zonas rurais conseguem somente uma refeição diária, outras tantas conseguem ter duas refeições diárias e poucos dão-se ao luxo de ter três refeições diárias. Neste quadro complexo que não facilita o crescimento físico e cognitivo das crianças que os esforços têm vindo a ser feitos para garantir a segurança alimentar que ainda está longe de ser garantida. Enquanto isso, o país estará aberto aos apoios que possam garantir uma refeição quente a cada aluno na escola (Interlocutor F, 2024).

Entretanto, em relação à ajuda externa, Nipassa (2009) aponta duas contradições:

Dois pontos se contradizem quanto à questão do significado da ajuda externa para os países pobres. Por um lado, temos os que como Sachs (2005) defendem que a ajuda externa é benéfica para o desenvolvimento dos países pobres e que é uma obrigação moral dos países ricos assistirem aos pobres nesse sentido. Posições desta natureza têm os seus pressupostos na

¹⁰ Apoio do Japão ao programa de alimentação escolar em Guiné-Bissau

<https://visao.pt/atualidade/mundo/2024-01-24-reforcado-apoio-alimentar-as-criancas-das-escolas-da-guine-bissau/>

Teoria do “círculo vicioso da pobreza”, proposta por Nurkse e famosa nos anos 60, segundo a qual um país pobre se manterá pobre permanentemente a menos que receba uma ajuda externa, pois a pobreza implica uma capacidade de poupança e de investimento desprezável e, conseqüentemente, a impossibilidade de assegurar um aumento de produtividade. Não podendo a produtividade aumentar, a pobreza persiste (Nipassa, 2009, p.5).

Dentro da perspectiva dominante no ocidente, os países em desenvolvimento devem ser moldados conforme os padrões e modelos estabelecidos pelos países mais desenvolvidos, o que justifica a transferência de recursos sejam eles financeiros, materiais, humanos ou técnicos. Dessa forma, a ajuda externa é direcionada na promoção de crescimento e desenvolvimento dos países necessitados de acordo com as normas e práticas ocidentais (Nipassa, 2009).

Os países acabam se tornando cada vez mais dependentes da ajuda externa, principalmente do continente africano, a Guiné-Bissau por exemplo é extremamente dependente de ajuda externa e importa muito do que se come, apesar de antigamente ser autossuficiente e exportar arroz para países como Portugal.

A Guiné-Bissau passou por períodos de autossuficiência alimentar que foram interrompidos na década de 1930, com o início da degradação das infraestruturas, a luta de libertação, introdução de cultivo de produtos voltados para geração de renda como caju, amendoim. Portanto, muitas questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional atualmente decorrem dessa dependência de caju e da pesca comercial como principais fontes de receita, refletindo a uma economia cada vez mais voltada para o mercado externo (FAO, UE, CIRAD, 2022).

Corroborando com Camará (2023):

Como podemos notar, muitos países, como a Guiné-Bissau, dependem da importação dos produtos para o abastecimento do seu mercado. Também são os maiores fornecedores das matérias-primas para os países industrializados, a China, por exemplo. Ou seja, a Guiné-Bissau é um dos países que apostam nas exportações dos produtos brutos devido à falta de transformação dos produtos localmente. Isto ocasiona grande prejuízo ao país, pois a exportação bruta dos produtos, além da perda de valor, contribui no aumento do desemprego. Efetivamente, a transformação local dos produtos gera postos de trabalho para a juventude. Ressalta-se que o modo de produção agrícola familiar difere do capitalista, a exemplo (Camará, 2023, p.7).

Essa dependência de importação de produtos alimentícios afeta tanto a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional de um povo, como a sua

cultura alimentar. No país por exemplo, é notório a preferência do que” vem de fora” em detrimento da produção local, me lembro da época em que meus tios que moram interior pedem arroz importado para o meu pai, sendo que eles produzem bastante arroz e outros produtos saudáveis (sem uso de agrotóxicos).

Sob a ótica do Interlocutor B:

A dependência de importação por um lado é um empecilho para a soberania alimentar, por outro é uma solução de curto prazo para suprir às necessidades do país, devido a sua continua instabilidade política e a situação socioeconômica que se encontra (Interlocutor B, 2024).

A base alimentar do país é o arroz, a população consome mais o arroz importado em detrimento da produção local (que é vendido mais caro que o importado). Além disso, a maior parte de peixe é exportado o que reduz disponibilidade de alimentos ricos em nutrientes para população.

Segundo FAO, UE, CIFRAD (2022), o arroz é a base dos hábitos alimentares do país, cuja produção é insuficiente para atender a demanda, conseqüentemente leva à dependência de importação de arroz menos nutritivo.

Observa-se também, por razões culturais, uma subutilização de certos alimentos disponíveis. Como por exemplo, o baixo consumo de legumes e frutas na dieta dos guineenses. A disponibilidade de alimentos como a carne bovina e até avícola, nem sempre está incluído na dieta de famílias comuns, o que tem impactado negativamente na saúde e a SAN da população. O uso de proteínas animais é limitado, especialmente entre as comunidades mais afastadas do litoral, além disso, algumas restrições alimentares relacionadas a aspectos culturais e religiosos, impedem que grávidas e crianças consumam determinados alimentos, como ovos, banana, carne, peixe e outros (Ministério de Economia e Finanças, 2019).

De acordo com o interlocutor B:

O foco é tornar o PNCE mais nutricional e diversificada possível, considerando que do arroz ser a base alimentar da população e a alimentação ser pouco diversificada (Interlocutor B, 2024).

Segundo o Ministério de Economia e Finanças et al. (2019), a introdução precoce do arroz na dieta das crianças, conforme a ideia “*si mininu bonitu i arrus*”¹¹ promove a prática de alimentação monótona à base de arroz e que contribui pela dieta pouco diversificada. O consumo de arroz é associado a beleza e bem-estar e à saúde em detrimento de outros alimentos fundamentais para uma alimentação diversificada e equilibrada.

De acordo com Camará (2023), a população valoriza mais os produtos importados do que os locais. Muitos agricultores familiares trocam seus produtos locais por importados, vendendo, por exemplo, arroz local a preços baixos para comprar arroz importado, como o “**nhelem perfumadu**” (arroz branco do tipo fininho), que, apesar de sua qualidade duvidosa, é mais valorizado.

A desigualdade social, a centralização do desenvolvimento apenas no capital e o êxodo rural também contribuem para essa dependência de ajuda externa. Conforme argumenta Bock (2009), a experiência dos longos anos da má performance das estratégias e políticas da segurança alimentar e do desenvolvimento após a independência na Guiné-Bissau já mostrou que, a desigualdade social, diferença das regiões em termos de desenvolvimento, êxodo rural das camadas jovens para as zonas suburbanas e urbanas das grandes cidades, abandono das áreas cultivadas por falta de mão de obra etc., os leva a necessitar continuamente de ajuda alimentar, por vezes ou sempre não suficiente para garantir condições de vida aceitáveis e condignas.

Entretanto, essa dependência reflete também na esfera política, que acaba interferindo nos assuntos internos dos países. Como por exemplo, é notório a influência das potências estrangeiras que buscam seu próprio interesse no continente africano.

A França, por exemplo, mantém alguns países africanos sob seu domínio mesmo após a independência dos mesmos e criou uma moeda que é Franco CFA usados pelos países da África ocidental. De acordo com Hermes (2022):

A despeito da independência de boa parte dos países, em especial na África, o governo francês foi responsável por emitir o Franco CFA, uma moeda criada em 1945, após o final da segunda guerra, e que garantia a França certa blindagem comercial em suas possessões. O Franco CFA, uma moeda de

¹¹ se a criança é bonita (bem disposto), o é o arroz

valor fixo com o Franco francês, perdurou mesmo após a adoção do Euro pela França no final dos anos 90. Além de ser responsável pela política monetária das ex-colônias, a moeda francesa na África exigia que os países da região mantivessem metade de suas reservas no Banco Central francês, um domínio considerado humilhante por governantes locais. (Hermes, 2022).

Atualmente, alguns países estão cortando relações com essas potências como no caso de Mali, Burkina Faso, Níger entre outros.

A ajuda externa abrange vários interesses em jogos tais como comercial, política, estratégia militar e a geopolítica. Corroborando com Nipassa (2009), entre os vários interesses em jogo, os principais são os comerciais, estratégicos e os da política externa. Os interesses comerciais refletem a necessidade de os países doadores encontrarem novos mercados e ampliarem suas indústrias. Diante disso, no plano da política externa, ajudar representa uma forma de exercer política, cultural e econômica nas regiões receptoras. Por outras palavras, os países doadores aproveitam a ajuda externa para reforçarem e defenderem as suas posições no seio da comunidade internacional. Quanto ao nível estratégico-militar, a ajuda externa pode dar preciosos contributos para a estabilidade dos países doadores. A presença de um país doador pode ser uma “arma” estratégica no âmbito da política internacional. (Nipassa, 2009, p.7).

Quanto à cultura, a dependência acaba moldando os nossos valores, o que nos leva a perda de identidade cultural e à imposição de valores estrangeiros, em Guiné-Bissau por exemplo, no carnaval antigamente as pessoas se vestiam de acordo com suas tradições e etnias, porém, na atualidade a cultura está ganhando novos contornos.

O país tem uma cultura diversificada e rica em tradições e costumes. Contudo, a influência do “que vem de fora” tem afetado suas tradições, observa-se que a forma a população se alimentar mudou bastante, o aumento do produto industrializado importado em detrimento da produção local, da comida tradicional que é rica em nutrientes, que uma das consequências da dependência do mercado exterior. A falta de inspeção sanitária dos produtos importados culmina no surgimento de doenças como colesterol, diabetes entre outras.

Bock (2009) destaca algumas consequências da ajuda alimentar:

São dados durante um período limitado, nem sempre alcançam o efeito programado, e acabam muitas vezes por beneficiar os menos necessitados (população citadina); necessitam de condições especiais de armazenamento, transporte e distribuição, nem sempre existentes, de tal modo que, quando chegam aos grupos destinatários o resultado final é um produto com o mesmo aspecto, mas com certeza, com reduzida qualidade ou valor nutritivo; podem desencorajar a produção local de alimentos, pelas quantidades a que chegam, e constituir uma grave ameaça em termos de segurança alimentar nacional, porquanto é volátil a definição de prioridades definidas externamente; podem provocar mudanças nos hábitos alimentares, não sustentáveis a longo prazo. As pessoas começam a preferir os alimentos estrangeiros ou a pensar que são melhores que os locais, o que nem sempre corresponde à verdade; pode ser um vício da dependência das pessoas. Isto é, as pessoas podem querer que o governo sempre continue a fornecer alimentação após ter parado a doação dos alimentos (Bock, 2009, p.42).

A dependência de importações afeta a economia nacional, pois, desincentiva e “acomoda” os governos em relação ao investimento de produção local, escoamento e comercialização de produtos internos. Isso resulta em perdas de muitos produtos locais como mangas e cajus e outros produtos. Além disso, a dependência contribui no aumento de desemprego, principalmente na camada juvenil, o que afeta significativamente a economia nacional (Camará, 2023).

A fragilidade da base produtiva interna faz com que o consumo interno de bens alimentares essenciais bem como o abastecimento às indústrias nacionais seja fundamentalmente garantido pela importação. O comércio externo é caracterizado pela incipiência das exportações que se mantêm a um nível bastante reduzido. O seu desenvolvimento defronta-se com problemas ligados à fraca base produtiva, à irregularidade e elevado custo de transportes, à insuficiência de infraestruturas económicas e à inexistência de uma classe empresarial nacional bem vocacionada com capacidade financeira para a exportação (Bock, 2009, p.90).

A Guiné-Bissau, sendo um país pobre e dependente do exterior, em termos de importação dos bens de primeira necessidade, é também altamente deficitário em termos de soberania alimentar, o que acaba por afetar a segurança alimentar. Os preços do cereal mais consumido – o arroz –, bem como do produto de exportação com mais peso sobre a balança comercial – a castanha de caju –, dependem das flutuações do mercado internacional. Estes factos tornam a questão da segurança alimentar em um assunto não apenas de alcance meramente nacional, mas algo que integra um sistema com uma dimensão internacional inquestionável. O aumento dos preços dos produtos usados na nossa alimentação expressa muito mais do que um mero desajuste entre a oferta e a procura mundial. Na verdade, trata-se de uma crise

do modelo global de produção e consumo de alimentos que coloca em questão a soberania e a SAN dos povos, podendo comprometer o direito à alimentação e as iniciativas de inclusão social de parcelas significativas das populações carentes ((Ministério de Economia e Finanças et.al., 2019, p.19).

O país tem se beneficiado significativamente de fluxos de ajuda externa. Torna-se evidente, portanto, que apesar dos esforços e expectativas otimistas, a pobreza ainda persiste no país, a saúde precária, educação, saneamento básico, carências em alimentação continuam a afetar mais de metade da população.

5.5.3 Desafios de execução do programa

O programa de alimentação escolar é importante para garantir que as crianças e jovens recebam regularmente uma refeição nutritiva que contribua diretamente para a sua saúde, desempenho escolar e desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. Além de promoverem a igualdade de oportunidades, reduzindo a insegurança alimentar e apoiando as economias locais, estes programas desempenham um papel fundamental nas comunidades de todo o mundo, construindo uma base sólida para um futuro mais saudável e sustentável.

A seguir apresentamos os principais desafios enfrentados pelo programa de Cantinas Escolares em Guiné-Bissau sob a perspectiva dos entrevistados:

- a) Infraestrutura e Logística:** existe falta de cozinhas adequadas, armazenamento inadequado (ou falta do mesmo) de alimentos e transporte precário, conforme mostra a Figura 21 e 22.

Figura 21 - Cozinha da Escola Surdo e Mudo a) é a cozinha, b) as pedras usadas para o cozimento de comidas, c) as lenhas usadas nas pedras.



FONTE: (AUTORA, 2024)

A escola possui apenas 4 salas de aula, 2 banheiros, uma cozinha e uma horta. Não existe um refeitório, os alunos fazem suas refeições nas salas de aula ou no pátio. A merenda é ofertada de segunda à sexta-feira, a entrega de gêneros alimentícios por parte do PMA ocorre trimestralmente. Com a falta de merendeira, a preparação dos alimentos é feita pelas próprias alunas, a infraestrutura da cozinha é muito precária, sendo utilizada pedras e lenhas para o cozimento dos alimentos.

Figura 22 - Estrutura da escola.



FONTE: (AUTORA, 2024)

Com a falta de salas de aula e professores, alunos de séries diferentes se juntam na mesma sala no momento de aula, corroborando com os interlocutores D e G:

Alunos de terceira e quarta série ficam na mesma sala de aula por limitação de espaço, estamos com falta de professores (interlocutor D e G ,2024)

Segundo o interlocutor F:

Algumas infra estruturas ligadas às cantinas são muito pobres (cozinhas e armazéns). Os refeitórios são praticamente inexistentes em 95% das escolas assistidas, falta do combustível e meios de transportes para seguimento sistemático do programa e poder facultar apoio aos diretores das escolas, sensibilizar as comunidades e fornecer orientações tidas como pertinentes (Interlocutor F, 2024).

Essa falta de infraestruturas como a falta de cozinhas e armazenamentos compromete tanto na capacidade do preparo e quantidade de alimentos, como na perda e deterioração de alimentos e má qualidade devido ao armazenamento inadequado/inexistente. Além disso, as infraestruturas precárias das estradas e o

transporte precário dificultam o fornecimento de refeições eficientes às escolas, principalmente em áreas de difícil acesso (especialmente na zona rural). Estes desafios de infraestruturas afetam diretamente a qualidade e a consistência das refeições escolares e a nutrição e o bem-estar dos alunos beneficiários do programa.

b) Participação do Estado: o programa é financiado por organizações internacionais por meio de doações dos países doadores, o Estado não possui orçamento destinado ao programa. Conforme aponta o interlocutor F:

Falta de fundos do governo para o programa que vem sendo financiado pelo PAM e outros parceiros financeiros bilaterais e multilaterais (Interlocutor F, 2024).

Essas limitações financeiras e pouca participação do Estado no programa representam um grande desafio tanto para sua eficácia como para a sua sustentabilidade. Essa falta de apoio compromete a implementação de políticas e diretrizes adequadas para garantia e regularidade da alimentação escolar. Assim como, na supervisão inadequada de gestão de recursos destinados à alimentação escolar, que pode levar a falta de transparência, mau uso dos recursos e inconsistências na distribuição de alimentos.

Como o país tem dificuldades enormes financeiramente, os fundos postos à disposição do setor da educação pelos parceiros são canalizados e/ou priorizados para construção de salas de aulas sem tomar em consideração as infraestruturas da cantina escolar (armazéns, refeitórios, cozinhas e água). O comitê intersetorial da cantina escolar não funciona e devia ser o elo de ligação dos diferentes ministérios com a DGASCE e permitir que as políticas e orientações referentes à implementação da cantina possam ser apropriadas pelos ministérios integrantes. (Interlocutor C, 2024).

c) Desafios na capacitação de técnicos: a falta de preparação técnica e as dificuldades na gestão de recursos são os principais obstáculos que afetam a implementação eficaz da política de alimentação escolar. De acordo com o interlocutor C:

Técnicos do Ministério da educação ainda precisam de capacitação na elaboração de projetos da cantina escolar, implementação, avaliação do mesmo e reportagem. Estruturas de supervisão e de gestão são insuficientes, os pontos focais da cantina sozinhos não suportam o volume de trabalho exigido por esta. É preciso uma célula/secção de cantina escolar em cada região com o número de técnicos adequado ao número de escolas e o volume de trabalho (Interlocutor C, 2024)

d) Instabilidade política e barreiras administrativas: em contexto como a Guiné-Bissau, com baixa produção de informações e pesquisa escassa, as ONGs têm desempenhado papel fundamental para o preenchimento dessa lacuna, se tornam principais responsáveis pela produção de dado para formulação de políticas públicas.

No entanto, a ausência de base de dados eficiente no Ministério de Educação dificulta na coleta de análises das informações sobre o programa, prejudicando o monitoramento, o planejamento estratégico e a avaliação. Corroborando como o interlocutor F:

As trocas permanentes dos quadros nos ministérios, atinge o comitê ministerial da cantina, não permitindo a existência de um quadro estável e conhecedora das políticas de alimentação escolar para se empenhar na sua implementação; ausência duma base de dados no Ministério da educação para captação de dados e análise dos mesmos para se saber do impacto da ajuda alimentar no sistema educativo ... Ausência de uma base de dados no Ministério da educação para captação de dados e análise dos mesmos para se saber do impacto da ajuda alimentar no sistema educativo. (Interlocutor F, 2024).

A instabilidade política que assola o país desde a sua independência e as barreiras administrativas, são entraves à implementação eficaz do programa no país. A instabilidade política agrava os desafios e afeta a consistência e qualidades de iniciativas de SAN no país, além disso, aumenta a incerteza das partes interessadas e cooperação entre os parceiros e o governo.

e) Desafios na gestão: Os responsáveis da gestão de cantinas têm dificuldades em desempenhar suas funções de forma eficaz, e conseqüentemente impacta na supervisão e no planejamento, conforme mencionado pelo interlocutor F:

Os comités de gestão dos refeitórios escolares muitas vezes lutam para desempenhar eficazmente as suas funções, resultando numa supervisão insuficiente da utilização dos alimentos. Além disso, os relatórios mensais elaborados pelas escolas chegam atrasados ao Programa de Alimentação Escolar (PAM/DGASCE), dificultando o planejamento e a resposta atempada às necessidades dos alunos. Para garantir uma gestão mais eficiente e transparente da alimentação escolar, é necessário reforçar a formação dos comités e melhorar os sistemas de notificação (Interlocutor F, 2024).

A chegada tardia dos relatórios sobre os estoques, assistência e entre outros, afeta negativamente na tomada de decisões sobre distribuição eficiente dos alimentos, nos ajustes e no planejamento, ainda segundo o interlocutor F:

Nas escolas, os comitês de gestão da cantina nem sempre cumprem o seu papel de participar na descarga de gêneros, armazenagem, assistência na medição diária para cozinha, reuniões de balanço mensal, etc. Os relatórios mensais elaborados nas escolas e que informam sobre o uso dos gêneros e estoques remanescentes chegam ao PAM/DGASCE com atraso, o que por vezes dificulta a planificação. O mesmo se pode dizer também para com a estatística inicial do ano, cuja demora na recepção obriga a demora na distribuição dos gêneros do primeiro trimestre (Interlocutor F, 2024).

- f) Desafios de aquisição de produtos de agricultura familiar:** A criação da Lei nº1/2019 para aquisição mínima de 30% de produtos de agricultura familiar resultou de um debate entre o Governo, PMA e outros parceiros, em 2018, entrou em vigor em 2019.

Segundo Dju; Freitas; Silva (2022) antes da criação do decreto Lei nº1/2019, as compras dos alimentos para as Cantinas Escolares eram importadas do exterior, tais produtos eram distribuídos na forma de ajuda ao país e estão organizadas em diversas categorias. Conforme aponta Bock (2009):

Os produtos distribuídos a título de ajuda à Guiné-Bissau estão agrupados em diversas categorias. Por ordem de importância, encontram-se em primeiro lugar os cereais (arroz, milho e trigo), que constituem por excelência os produtos de base para fazer face às situações de fome e de carência alimentar. Além de que estão presentes em todos os regimes alimentares dos guineenses, têm qualidades nutritivas e economicamente mais acessíveis. Em seguida, vêm os legumes, especialmente os feijões, que são produtos com elevado teor em proteínas, e estão especialmente indicados devido a sua adequação aos regimes das populações beneficiárias. Depois vêm os produtos tais como o óleo vegetal, açúcar e leite em pó incluídos na categoria “outros produtos”. O óleo vegetal enriquecido em elementos gordos os regimes alimentares, enquanto que o açúcar é essencialmente utilizado como contributo energético, em benefício de populações com graves carências, tais como os grupos mais vulneráveis. Quanto ao leite e outros, só são utilizados em programas específicos de alimentação, tais como programas de nutrição e saúde, grupos especiais de crianças, cantinas escolares, programas de alimentação coletiva nos hospitais, centros de saúde etc. Na Guiné-Bissau, todos os produtos doados são distribuídos gratuitamente pela PAM e seus colaboradores aos seus beneficiários finais (Bock, 2009, p.41)

Os processos de aquisição de produtos de agricultura familiar continuam enfrentando dificuldades, apesar da criação da Lei nº1/2019, não existe uma chamada pública como por exemplo ocorre com o Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil.

Entretanto, de acordo com Dju; Freitas e Silva (2022), apesar da exigência dos 30% oriundos da agricultura familiar, o cenário de aquisição de produtos locais para a alimentação escolar não sofreu mudanças significativas, pois a maioria de gêneros ofertados segue sendo importada.

Por outro lado, a falta de infraestrutura e dificuldades logísticas afetam a disponibilidade de alimentos frescos e saudáveis para os alunos, além disso aumenta os custos e tempo de os produtos chegarem às escolas.

Dificuldades em comprar produtos suficientes localmente e o recurso aos produtos externos para complementar o cabaz alimentar ¹²(Interlocutor, 2024).

A falta de transporte e combustível afeta tanto em questões de apoio, sensibilização, como na orientação do programa, além disso as infraestruturas das estradas também contribuem negativamente. De acordo com o interlocutor F:

Falta do combustível e meios de transportes para seguimento sistemático do programa e poder facultar apoio aos diretores das escolas, sensibilizar as comunidades e fornecer orientações tidas como pertinentes (Interlocutor F,2024).

Em síntese, os desafios enfrentados pelo programa de Cantina Escolar no país são multifacetados e complexos. Tendo em conta os desafios enfrentados pelo programa, é fundamental abordarmos a cultura alimentar e sua importância na alimentação escolar.

¹² cabaz alimentar tem mesmo significado com a sexta básica aqui no Brasil

6 CONCLUSÃO

O país enfrenta desafios significativos tanto no campo político como na promoção de SAN. A instabilidade política crônica no país, marcada por frequentes crises governamentais, tem prejudicado a implementação de políticas públicas.

Os desafios enfrentados no programa de merenda escolar em nosso país são complexos e multifacetados. A análise revelou uma série de dificuldades significativas, incluindo a falta de uma base de dados eficiente, a gestão inadequada dos recursos e a deficiência nos meios de transporte e comunicação. Esses problemas comprometem a qualidade da alimentação oferecida aos alunos e impactam negativamente o planejamento e a execução do programa.

A alimentação desempenha papel fundamental tanto no desenvolvimento psicossocial como na promoção de saúde pública, quando integrada a uma política de soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional, pode se tornar uma grande ferramenta para o desenvolvimento rural, economia local, hábitos alimentares saudáveis e na diminuição de dependência externa de um país.

Diante dessa problemática, constata-se que os desafios do PNCE no país são multifacetados. Ficou evidente que as dificuldades como a falta de base de dados eficiente, gestão inadequada de recursos, fraca infraestrutura de logística e grande dependência do país ao exterior, comprometem a qualidade da alimentação ofertada nas cantinas escolares e conseqüentemente no planejamento e execução do programa. Embora o país seja abundante em recursos pesqueiros e tenha solo fértil para a agricultura, observa-se uma troca entre o governo, o PMA e o Japão para a importação de arroz e sardinhas para merendas escolares. Isso levanta uma questão crítica: até que ponto a ajuda externa realmente contribui para o desenvolvimento dos países africanos? É evidente que essa assistência pode perpetuar um círculo vicioso de dependência. Por que não se desenvolver estratégias para conservar e aproveitamento do pescado local, dado que o país possui uma riqueza significativa em recursos pesqueiros?

Em suma, é importante salientar que a compreensão dos impactos da dependência de ajuda externa, tanto em termos econômicos como sociais, afeta na autonomia de um país de modo geral. Quando um país é extremamente dependente da ajuda externa para suprir as necessidades básicas da sua população, compromete a sua soberania alimentar e dificultam implementação de políticas eficazes para o seu desenvolvimento, nesse sentido, é fundamental que um país tenha capacidade controlar sua própria produção e distribuição de alimentos, sendo essencial para garantia de SAN e na diminuição da ajuda externa.

Reconhece-se, no entanto, que a soberania alimentar é fundamental na autonomia e resiliência do país. Ser capaz de controlar sua produção, distribuição e consumo de alimentos, significa assegurar acesso a alimentação saudável, culturalmente apropriada e produzida sustentavelmente para todas as pessoas. Isso não se limita apenas ao fortalecimento da economia local, como também na redução da vulnerabilidade a crises globais.

Apesar dos desafios enfrentados, o PNCE no país tem avanços significativos que refletem seu impacto positivo tanto na promoção de SAN, como no aumento de taxa de frequência escolar, principalmente nas zonas rurais, onde a garantia de refeição diária tem se tornado um grande incentivo para permanência das crianças nas escolas, além disso, a participação dos pais e da própria comunidade no funcionamento e desenvolvimento do programa, por meio de iniciativas que integram a agricultura familiar à alimentação escolar, incluindo capacitação dos agricultores sendo maioria pais dessas crianças, essa estratégia além de diversificar e melhorar a qualidade das refeições também estimula a economia local. Contudo, o programa contribui para melhoria de condições nutricionais das crianças, além de promover a conscientização sobre alimentação saudável, apesar da introdução de alimentos processados, tem avançado no fortalecimento das parcerias internacionais, garantindo assim, a continuidade dos recursos necessários para o seu funcionamento.

Embora esta pesquisa tenha contribuído para o entendimento sobre o programa de alimentação escolar em Guiné-Bissau, algumas dificuldades marcaram seu desenvolvimento. Dentre eles, destaca-se a dificuldade de obtenção de dados, tanto on-line quanto no campo. O país carece de uma cultura de transparência e compartilhamento de informações para fins acadêmicos. Além disso, as pesquisas

mais acessíveis e relevantes, em sua maioria, são conduzidas pelas organizações internacionais, e refletem os interesses dessas organizações, enquanto o Estado desempenha apenas papel colaborativo. Essas limitações evidenciam a fragilidade estrutural na gestão e na disponibilização de dados, o que representa um entrave não apenas para o avanço de pesquisa científica, mas também para a formulação de políticas públicas adequadas à realidade do país. Esses desafios reforçam a necessidade de fortalecimento de gestão e a transparência de dados locais para subsidiar futuras investigações e políticas públicas.

7 REFERÊNCIAS

_____. Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2020. Roma, Programa Mundial de Alimentos. 2020

_____. Guiné-Bissau Resumo do país. Janeiro de 2022

_____. Inquérito de Monitorização de Segurança Alimentar, 2017. Disponível em: https://docs.wfp.org/api/documents/WFP0000062460/download/?_ga=2.125865092.820489308.1625488880-1670397285.1624461352 Acesso em: 02/nov/2022

_____. O histórico do Programa Mundial de Alimentação. Disponível em: <https://www.wfp.org/history>. Acesso em: 06/mar/2023

_____. Plano Estratégico do País - Guiné-Bissau (2019-2024), 2019

ALMEIDA, Janylle Araújo, SANTOS, Amaury Silva; NASCIMENTO, Maria Adriana de Oliveira. Fatores associados ao risco de insegurança alimentar e nutricional em famílias de assentamentos rurais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 2, p. 479–488, fev. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.27102015> Acesso

Alvarez, Daniela Bicalho. O Pnae em fatos e números [livro eletrônico]: a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar / Daniela Bicalho Alvarez; com a colaboração de Vanessa Manfre. -- Brasília, DF: FIAN Brasil, 2022. Pdf em: 21/04/2023

ARAÚJO, Bruna Dayane Xavier de; SILVA, Izabela Cristina Gomes da. A geopolítica dos alimentos, uma perspectiva da fome à soberania alimentar: as experiências agroecológicas das camponesas no Cariri - CE. *Revista de Geografia*, [S. l.], v. 38, n. 4, p. 261–282, 2021. DOI: 10.51359/2238-6211.2021.251787. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/251787>. Acesso em: 26 dez. 2023.

BANCO MUNDIAL- Na Guiné-Bissau, o crescimento económico passa pelo reforço da igualdade de género e da educação, publicação de 08 de março de 2023. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/guineabissau/publication/in-guinea-bissau-economic-growth-depends-on-strengthening-gender-equality-and-education> Acessado em: 09/03/2023

BARROS. D. Miguel; SANTY. Boaventura - Mulheres Rurais na Guiné-Bissau: estudo de base e diagnóstico participativo nas comunidades de Leste e Norte da Guiné-Bissau. 2018

BELMONT, Flávia; DIAS, Atos; LIMA, Thiago. Cooperação Internacional, assistência alimentar e Política Externa brasileira. *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, ISSN 2236-4811, Vol. 4 (2), 2013

BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte. Uma análise comparada das políticas de alimentação escolar na Bolívia, Brasil e Chile.

Boletim Oficial. Conselho de Ministros Decreto-Lei n.º 1/2019 Regulamentação dos Serviços de Cantina Escolar. Número 21. Terça-feira, 21 de maio de 2019

BOCK, Ana; FURTADO, Odair e TEIXEIRA, Maria. *Psicologias. Uma introdução ao estudo de Psicologia*. São Paulo: Saraiva, 1999.

Bock, Augusto João (2009), Segurança Alimentar – potencialidade dos recursos na Guiné--Bissau e política alimentar, tese de doutoramento em Engenharia Agronómica, Lisboa, ISA-UTL

BORGES, Mayara Drummond. O Brasil e a difusão internacional de programas de alimentação escolar: uma análise do caso do Benim. 2018. 98 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). - Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

Camará. Aminata. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA GUINÉ-BISSAU: DEPENDÊNCIA DA IMPORTAÇÃO DE ARROZ E OS DESAFIOS NA AUTONOMIA ALIMENTAR, 2023. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4124/3/2023_proj_aminat_acamara.pdf

CAMBANCO, Deuinalom, Cambanco, cooperação Sul-Sul e suas contradições: um estudo crítico sobre os acordos de cooperação no setor de pescas entre a República Popular da China e a República da Guiné-Bissau, Universidade Federal da Bahia, instituto de humanidades, artes e ciências, p. 21, 2019

CARVALHO, F. J. C. de. Keynes e o Brasil. Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, Número especial, p. 569-574, dez. 2008.

CATAÑO HOYOS, C. J.; D'AGOSTINI, A. SEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS/ Food Security and Food Sovereignty: convergences and divergences. REVISTA NERA, [S. l.], n. 35, p. 174–198, 2017. DOI: 10.47946/rnera.v0i35.4855. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4855> Acesso em: 26 dez. 2023.

CAVALCANTI, Laís Andrade Batista. Assistência Humanitária Internacional: O papel da CONAB para a doação de alimentos. Planaltina – DF, 2019.

CAZELLA, A.A; Capellesso, A.J; Medeiros, M; Tecchio, Andréia; Sencébé, Yannick; Búrgio, Fábio Luiz. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. 2016. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p49>

CÓ, Samora Gomes. A Instabilidade Política e o Desenvolvimento Económico na Guiné-Bissau. Outubro, 2020.

CONTRERA, Renata Bueno; ESTEVINHO, Telmo Antonio Dinelli. – Neoinstitucionalismo na Ciência Política: uma revisão, 2021. REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA, DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS - POLITI(k)CON. UNEMAT. VOL.2 Nº 1, agosto/dezembro, 2021. ISSN: 2763-5945

CURIACOS BERTOLINI, A.; DE ASSIS REIS NETO, S.; DE LIMA ANDRADE, J. R. SEGURANÇA ALIMENTAR NAS POLÍTICAS ESTRATÉGICAS DA CHINA E DOS ESTADOS UNIDOS: APORTES PARA O BRASIL. Revista Tempo do Mundo, n. 31, p. 319-343, 30 abr. 2023.

D'ASCENZI, Luciano; Lima, Luciana Leite. Implementação de Políticas Públicas: Perspectivas Analíticas, 2013.

Declaração de NYÉLÉNY, 2007. Disponível em: https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2024/04/Nyeleni-Declaration_Food-Sovereignty_EN.pdf

DIAS, Julieta Domingos Nancassa. Viabilidade da validação da escala de aferição de insegurança alimentar em Guiné-Bissau / Julieta Domingos Nancassa Dias. — Recife: J. D.N, 2011.77 p Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/guineabissau/overview> Acesso em: 09/04/2024

Dju, Ivandro Marcos; Freitas, Alan Ferreira de; Silva, Samuel Soares da. Dinâmica de implementação do programa nacional de cantina escolar em Guiné-Bissau. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/view/469>

Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP) 2011

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and. WHO. 2024. The States of Food Security and Nutrition in the World 2024 – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms. Rome. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cd1254en>

FAO. Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional nos Países da CPLP, 2011

FAO; UNIÃO EUROPEIA; CIRAD. -PERFIL DE SISTEMAS ALIMENTARES - GUINÉ-BISSAU Catalisando a transformação sustentável e inclusiva dos sistemas alimentares. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/057eff8b-c077-4fd1-9543-a270c76ee82a/content>

FIGUEIREDO, Nicole. A experiência brasileira em segurança alimentar e o trabalho do Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos, 2018.

Fórum Sociedade Civil, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2013.

FREITAS, Alan Ferreira de. Dinâmicas de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: Uma abordagem relacional/ Alan Ferreira de Freitas. - Viçosa, MG, 2017.

FREITAS, Alan Ferreira de.; FREITAS, Alair Ferreira de. - Análise relacional do Programa Nacional de Alimentação Escolar: relevando dimensões institucionais dos processos locais de implementação, 2020.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. 2000

Gerhardt, Tatiana Engel; Silveira, Denise Tolfo- Métodos de Pesquisa, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antônio Carlos. – 6. Ed. –3. Reimp. – São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDENBERG, Mirian- A arte de pesquisar. Editora Record, 1997.

GOMES, Peti Mama. Caminhos de gênero nas feras de Bissau: resiliência e desafios de mulheres guineenses em contextos de vulnerabilidade diante dos impactos sociais e econômicos da COVID-19, 2024.

GUINÉ-BISSAU. Conselho de Ministros Decreto-Lei n.º 1/2019 Regulamentação dos Serviços de Cantina Escolar. Número 21. Terça-feira, 21 de maio de 2019. Boletim Oficial

Guiné-Bissau. Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Plano de Desenvolvimento Agrícola Regional de Bafatá. Direção Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. – Bafatá, 2017. 134 p

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R.- As três versões do Neo-Institucionalismo, 2003.

HARO, Lara de Regina. - GEOPOLÍTICA DA FOME: SEGURANÇA ALIMENTAR NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2020.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) sociais, 2001

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DA GUINÉ-BISSAU (INE) - Boletim Estatístico da Guiné-Bissau em números, 2017.

Jalil, Leticia Medeiros. Mulheres e Soberania Alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro, 2009. 198p.

KAMUZINZI, Masengesho. Imihigo: a hybrid model associating traditional and modern logics in public policy implementation in Rwanda. International Journal of African Renaissance Studies-Multi-Inter-Transdisciplinarity, v. 11, n. 1, p. 123-141, 2016.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.

LEONARDO, Maria. ANTROPOLOGIA DE ALIMENTAÇÃO. Artigo. Revista Antropos – Volume 3, Ano 2, dezembro de 2009. ISSN 1982-1050 Disponível em: <https://revista.antropos.com.br/v3/downloads/dez2009/Artigo%201%20-%20Anntropologia%20da%20Alimentac%CC%A7a%CC%83o%20-%20Maria%20Leonardo.pdf> Acesso em: 22/06/2024

LEÃO, Marília. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional/organizadora, Marília Leão. – Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf Acesso em; 26 de novembro 2021

LIMA, Thiago e DIAS, Atos. A ajuda alimentar internacional dos EUA: política externa, interesses econômicos e assistência humanitária, 2016. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v.1, n.1, Jun-Ago/2016, pp.189-211.

LIMA, Maria. Caldo de Chabéu(tchebem) Disponível em: <https://sabordagbissau.blogspot.com/2020/04/gastronomia-da-guine-bissau.html> sábado, 25 de abril de 2020, acesso em: 09/09/2024

Machado, M. V., Burbarelli, M. F. C., Garcia, R. G., Binotto, E., & Borges, H. G. (2023). Segurança alimentar e liberalização comercial do mercado de alimentos: uma revisão sistemática. Revista de Economia e Sociologia Rural, 61(3), e256624. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.256624> Acessado em: 15/10/2023

MAGALHÃES, Bruno Valim; Buani, Christiani Amaral. Cooperação Sul-Sul para Segurança Alimentar: Influências do Centro de Excelência do Programa Mundial de Alimentos nas Relações Brasil-África 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>

MAPA DE GUINÉ-BISSAU. Disponível em: https://www.mapnall.com/pt/Mapa-Guin%C3%A9-Bissau_1072707.html Acesso em: 12/11/2022

MARTÍNEZ, S. A., & Pinho, F. N. L. G. (2016). Política de alimentação escolar brasileira: Representações sociais e marcas do passado. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 24(66). <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v24.2241>

Medina, Nambú. *O Ecossistema Orizícola na Guiné-Bissau: Principais constrangimentos à produção na zona I (regiões de Biombo, Cacheu e Oio) e perspectivas*, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/1977>

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MENDES, H. J. *Segurança Alimentar e a Produção de Caju na Guiné-Bissau*. Dissertação em Programa da Pós-Graduação em Engenharia de Alimento. Instituto Superior de Agronomia. Lisboa, 2010.

MICS6, Inquérito aos Indicadores Múltiplos. Relatório Final. Guiné-Bissau: Ministério da Economia e Finanças e Direção Geral do Plano/ Instituto Nacional de Estatística (INE), 2019.

MILANI, Carlos Carvalho. *APRENDENDO COM A HISTÓRIA: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul*. CADERNO CRH, Salvador, v. 25, n. 65, p. 211-231, maio/ago. 2012

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. *Fome zero na Guiné-Bissau. Desafios para alcançar a Segurança Alimentar e Nutricional (2018-2030)*. 2019

MINISTÉRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, Direção Geral do Plano/Instituto Nacional de Estatística (INE). 2020. Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS6) 2018-2019, Relatório Final. Bissau, Guiné-Bissau: Ministério da Economia e Finanças e Direção Geral do Plano/ Instituto Nacional de Estatística (INE)

MOSSEAU, Frederic. *O DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA ESTÁ NO BOM CAMINHO?* 2017. Disponível em: https://www.righttofoodandnutrition.org/files/r_t_f_a_n_w_2017_por_9.pdf Acesso em: 28/07/24

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *A Análise das Políticas Públicas* / Pierre Muller, Yves Surel; [traduzido por] Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. - Pelotas: Educat, 2002. 156p.

Nascimento, Atos Rabí Dias. *O impacto da política de ajuda alimentar internacional dos Estados Unidos na cooperação multilateral do Programa Mundial de Alimentos* / Atos Rabí Dias Nascimento. – João Pessoa, 2016.

Nipassa, Orlando. *Ajuda Externa e Desenvolvimento em Moçambique: Uma Perspectiva Crítica*. 2009, II CONFERENCIA DO IESE, “DINÂMICAS DA POBREZA E PADRÕES DE ACUMULAÇÃO EM MOÇAMBIQUE”, Maputo, 22 a 23 de Abril de 2009 Disponível em:

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP36_2009_Nipassa.pdf Acesso em: 19/jan/2024

OECD. Climate change and the policy implications for agriculture and fisheries [2019?]. Disponível em: <https://www.oecd.org/agriculture/topics/climate-changeand-food-systems/>. Acesso em: 31 out. 2023.

Organizações das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO)-ONU-América Latina e Caribe: Mais 13,8 milhões de pessoas passaram a sentir fome em apenas um ano, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1457971/>. Acesso em: 18/abr./2022

Organizações das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO)- Guiné-Bissau e a FAO Construir a resiliência e garantir a sustentabilidade da segurança alimentar e nutricional, 2016. Disponível em: <https://www.fao.org/3/au071o/au071o.pdf> Acesso em: 21/fev./2023

Organizações das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO)- Segurança alimentar e nutricional. Conceitos básicos. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-at772s.pdf> Acesso em: 26/12/2023

PEIXINHO AML. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. Ciência Saúde Coletiva 2013; 18:909-16

PEREIRA, A. da S., Campos, F. M., Santos, C. R. B., Lima, E. C. de S., Mocellin, M. C., Serra, G. M. do A., Ferreirinha, M. de L. C., & Azevedo, A. B. C. de. (2020). Desafios na execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia pela COVID-19 / Challenges of the national school meals program during the COVID-19 pandemic. Brazilian Journal of Development, 6(8), 63268–63282. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n8-674>

PMA. Decentralized Evaluation Final Evaluation of McGovern-Dole International Food for Education and Child Nutrition Program in Guinea-Bissau 2016-2019, March 2021.

PROETTI, Sidney. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo objetivo. 2018

RAMPAZZO, Lino. Metodologia Científica – para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as Políticas Públicas Algumas observações, 2005.

SANÉ, S.-. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU: THE CHALLENGES OF EDUCATION IN GUINEA BISSAU. Revista Temas em Educação, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 55–77, 2018. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2018v27n1.39717. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/39717>. Acesso em: 11 maio. 2023.

SANTANA, Jenifer Queila de. A atuação dos doadores emergentes no âmbito da cooperação internacional: uma análise do caso brasileiro no Programa Mundial de Alimentos / Jenifer Queila de Santana. – João Pessoa: UFPB, 2015. 114f. :il

SCHMIDT, João Pedro. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. *Revista do Direito*. Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56, p. 119-149, set/dez. 2018

SCHWARTZMAN, Flavia; Mora, Claudia Andrea Rodriguez; Bogus, Claudia Maria; Villar, Betzabeth Slater. Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. 2017-Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/VZhjckwkxmQDmmyqs7dp3kS/> Acesso em: 06 de nov. de 2022 Esse link não dá acesso ao artigo da Flavia Schuwartzman e demais autores. O link correto é: <https://www.scielo.br/j/csp/a/VZhjckwkxmQDmmyqs7dp3kS/>

SIGA, Fernando. Educação Básica Formal na Guiné-Bissau, acesso, permanência, desafios e perspectivas: Uma análise de políticas educacionais guineenses de 1995 a 2015. /Fernando Siga. -- 2020

SOUSA, Jessica Rani Ferreira de, BATISTA, Leonardo Ferreira; HELAL, Diogo Henrique. Sobre implementação de políticas públicas: uma revisão sistemática da literatura e agenda de pesquisas. *Sociedade e Estado*, v. 37, n. 2, p. 457–487, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202237020004> Acesso em: 21/abr./2023

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Subáreas, 2002. Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães, em dezembro de 2002.

SOUZA, Celina. POLÍTICAS PÚBLICAS: questões temáticas e de pesquisa, 2003

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. In: *Sociedade e Políticas Públicas. Sociologias / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Sociologia – Vol. 1, nº1 (jan/jun, 1999)* Porto Alegre: UFRGS, IFCH, 2006.

UNICEF- Nutrição materno infantil-Contribuir para uma nutrição adequada para cada mulher e cada criança Disponível em: <https://www.unicef.org/guineabissau/pt/nutri%C3%A7%C3%A3o-materno-infantil> Acesso em: 28/07.2024

UNICEF. Relatório Anual Guiné-Bissau de UNICEF de 2022

VERISSIMO, J. F. Silveira. Políticas Públicas de Segurança Alimentar como Estratégia de Desenvolvimento Internacional: O Programa Nacional de Alimentação Escolar brasileiro e a cooperação técnica. 2017

VIEIRA, E. L.; BASSO, D.; KRÜGER, N. R. Aquisições da agricultura familiar e qualidade dos alimentos fornecidos na rede escolar municipal de Catuípe/RS. 2020. DRd - Desenvolvimento Regional em debate, [S. l.], v. 10, p. 461–489, 2020. DOI: 10.24302/drd.v10i0.2833. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/2833>. Acesso em: 10 de nov. 2023.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Revista Temáticas*, Campinas, 22, (44), p. 203-220, ago/dez. 2014.

WORD BANK – Dados socioeconômico de Guiné-Bissau

WORD BANK – Guiné-Bissau

WORLD BANK- População guineense. Disponível em:
<https://www.worldbank.org/en/country/guineabissau/overview> Acesso em: 25/nov/22

WORLD FOOD PROGRAMME (PMA) - El Estado de la Alimentación Escolar a Nivel Mundial. 2013

ZANELLA, Liane Carly Hermes. METODOLOGIA DE ESTUDO E DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. 2012

APÊNDICE A- Roteiro de entrevista com atores chaves de Cantinas EscolaresROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ATORES CHAVES DO
PROGRAMA DE CANTINAS ESCOLARES

Universidade Federal do Pará

Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental

Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Roteiro de entrevista para a dissertação de mestrado- Binto Mane

Data: ___/___/___

Entrevistado/a: _____

1. Como o programa de alimentação escolar é estruturado e implementado no país?
2. Quantas escolas são beneficiadas pelo programa de Cantinas Escolares e quantos alunos são atendidos?
3. Como era o programa de Cantinas Escolares antes da criação da Lei nº1/2019 e como ele mudou após a implementação da lei?

4. Quais são os principais desafios enfrentados na execução das Cantinas Escolares?
5. A meta de aquisição mínima de 30% de produtos da agricultura familiar nas Cantinas Escolares está sendo cumprida?
6. Como você avalia a decisão da distribuição de sardinhas ofertadas nas cantinas escolares, levando em conta que essa prática parece entrar em conflito com as diretrizes do programa e com os princípios de segurança alimentar e nutricional do país?
7. Como essa decisão pode impactar na saúde nutricional dos alunos e quais alternativas poderiam ser exploradas para alinhar-se melhor as políticas estabelecidas?
8. Além da sardinha, a ajuda alimentar procura diversificar a oferta alimentar para garantir uma dieta equilibrada e atender a diversas necessidades nutricionais?
9. Quantos e quais são os países doadores do programa?
10. Como assistência alimentar por meio de cooperação internacional, influencia na segurança alimentar e alimentação escolar no país, considerando a grande dependência do mesmo, e de que maneira essas intervenções podem ser remodeladas para não apenas responder as necessidades imediatas, mas também fomentar à segurança alimentar, educação nutricional, encorajando a autonomia e a resiliência a longo prazo?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com atores chaves de Cantinas Escolares**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ATORES CHAVES DO
PROGRAMA DE CANTINAS ESCOLARES**

Universidade Federal do Pará

Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental

Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Roteiro de entrevista para a dissertação de mestrado- Binto Mane

Data: ___/___/___

Entrevistado/a: _____

Ministério de Educação

1. Como o programa de alimentação escolar é estruturado e implementado no país?
2. Como funciona o processo de seleção das escolas beneficiadas pelo programa?
3. Como é feita a gestão e distribuição dos alimentos às escolas participantes?

4. Quais são os mecanismos de supervisão e monitoramento utilizados para garantir a qualidade e eficácia do programa?
5. Quais são os principais desafios enfrentados na implementação e gestão do programa de alimentação escolar?
6. Quais são os resultados e impactos observados do programa de alimentação escolar na educação, saúde e bem-estar dos alunos?
7. Existe algum relatório, documento ou estudo disponível que descreva a eficácia e os resultados do programa de alimentação escolar?